



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA – PPGSP**

**DE INVISÍVEIS A LANÇADORES DE ALERTAS: O caso do
fortalecimento da organização comunitária entre pescadores(as) artesanais no âmbito do
PEA Pescarte**

GISELE BRAGA BASTOS

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
NOVEMBRO – 2023**

**DE INVISÍVEIS A LANÇADORES DE ALERTAS: O caso do
fortalecimento da organização comunitária entre pescadores(as) artesanais no âmbito do
PEA Pescarte**

GISELE BRAGA BASTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto.

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
NOVEMBRO – 2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

B327

Bastos, Gisele Braga.

DE INVISÍVEIS A LANÇADORES DE ALERTAS : O caso do fortalecimento da organização comunitária entre pescadores(as) artesanais no âmbito do PEA Pescarte. / Gisele Braga Bastos. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

164 f. : il.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023.

Orientador: Vitor de Moraes Peixoto.

1. Justiça Ambiental. 2. Educação Ambiental Crítica. 3. Pescadores(as) artesanais. 4. Organização comunitária. 5. Projeto de Educação Ambiental. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

DE INVISÍVEIS A LANÇADORES DE ALERTAS: O caso do fortalecimento da organização comunitária entre pescadores(as) artesanais no âmbito do PEA Pescarte

GISELE BRAGA BASTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto

APROVADA: 07/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Manuela Chagas Manhães Universidade Estácio de Sá – UNESA (Membro Externo)

Prof. Dr. Geraldo Márcio Timóteo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Yuri Walter
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (Membro Externo)

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

AGRADECIMENTOS

A Deus, a Lei Mística, aos anjos, santos, humanos e não humanos gratidão pela bondade, beleza e justiça, por cada oportunidade que me concedem de buscar no hoje ser melhor que ontem e retribuir com gratidão, traduzida na dedicação a uma filosofia da *praxis*, como ensina o mestre Paulo Freire, capaz de partejar, fazer nascer em si e em outros a curiosidade epistemológica, a condição constante de aprendiz, de “ora ensinante ora aprendente”.

Aos mestres e mestras de sabedoria, resistentes tocadores de clarins, os de sempre, da luta pela justiça, bondade e beleza, em um mundo hegemonicamente direcionado ao ódio, à competição, à corrupção e vileza, gratidão pela coragem de insistir na *práxis* do amor, bondade, justiça e gentileza, como ensinaram Jesus, Mahatma, Sidarta, Arjuna e Krishna no Kurushetra. Gratidão por cada umbral, por cada bastião, por cada lição que nem sei se aprendi. Mas mesmo que não, eis-me aqui, disposta a seguir dialogicamente partejando saberes.

Ao apoio proveniente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, sem os quais seria impensável chegar até aqui. Gratidão a Darcy Ribeiro por ter sonhado e empreendido essa Universidade comprometida com seu entorno, apoiada nos pilares de pesquisa, ensino e extensão.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelos recursos financeiros ofertados para a realização do trabalho de campo. Gratidão.

Ao orientador, Professor Doutor Vitor Peixoto agradeço por toda generosidade na produção e análise de dados e por cada pista investigativa convertida em etapas da presente tese. Por cada palavra de apoio durante o caos da pandemia de COVID-19. Por insistir para eu “fazer Olx” e desapegar das hipóteses ligadas aos estudos sobre clientelismo quando o campo revelou outras questões, e por me apresentar ao campo de estudos sobre justiça ambiental. Não foi fácil desapegar, mas acredito que o esforço me fez ampliar meus horizontes. Gratidão!

Ao PPGSP na figura da Professora Doutora Wania Mesquita, incansável e inspiradora. Uma pesquisadora da mais nobre estirpe, não apenas pela dedicação à produção de conhecimento e estímulos acadêmicos às novas gerações de cientistas sociais, mais por cada aluna(o) que ela mantém firme na trincheira da guerra que a ciência vive no momento atual, por cada apoio que ela oferece a todos nós, muitas vezes em horários impensáveis, aos colegas afetados(as) tanto pelos cortes em verbas, quanto pela estafa e adoecimento decorrente da pandemia de COVID-19. À Thaisa por me receber desde o primeiro dia e por me apresentar à biblioteca, aos docentes e aos discentes da turma de Administração Pública para os quais lecionei, a ela e a Neila, por cada apoio com as questões burocráticas da Universidade. Gratidão.

Ao Professor Doutor Mauro Campos gratidão pela leveza, descontração e pelas portas abertas. Gratidão pelo convite a olhar para uma triste realidade entre os sujeitos da pesca artesanal, a insegurança alimentar entre sujeitos produtores de alimentos. Gratidão também por me apresentar ao professor Geraldo Márcio Timóteo e ao Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte.

Ao Professor Doutor Geraldo Márcio Timóteo, agradeço por cada aula, reunião, conselho. Pela inspiração contínua e pela oportunidade e desafio de me integrar a esse projeto de intervenção social, composto por educadores ambientais, pesquisadoras e pesquisadores e sujeitos da ação educativa tão notáveis.

Aos três, gratidão pela acolhida e contribuições à minha trajetória acadêmica e profissional, saibam que podem sempre contar comigo, já estão grafados em minha lápide de ouro. São três gigantes, de humildade e humanidade ímpar! Gratidão por terem me convidado a essa agenda de pesquisa sobre organização comunitária de pescadores(as) artesanais e a fazer mais do que pesquisa, pesquisa-ação.

A cada um das(os) líderes de pesquisas, pós-doutorandas(os), doutorandas(os), mestrandas(os), bolsistas de iniciação científica, educadores socioambientais, equipe técnica e de campo do PEA Pescarte, muito obrigada pelas trocas, por cada *insight*, por cada convite para reuniões e formações, por cada documento disponibilizado, por cada reunião de avaliação e realinhamento, por cada encontro pedagógico e desafios compartilhados, por cada conversa formal e informal. Gratidão.

Ao Núcleo Pedagógico do projeto minha gratidão especial pela parceria, por todo ato Pedagógico, por permitir a todos nós construirmos essa pesquisa-ação e intervenção social que é o Projeto de Educação Ambiental Pescarte. Gratidão.

Aos sujeitos do estudo, pelo tempo de prosa, pelas horas de suas vidas a nós dedicadas respondendo questionários, participando de grupos focais, interagindo em reuniões. Gratidão.

A cada invisível que se faz ver. Degrau por degraú, correndo com pedras nas costas a corrida que muitos fazem carregados por outrem. Gratidão. Pescando no mar da vida vamos juntos sonhando um mundo onde não sejamos exceção, nem eles organizados, nem doutoras, sem eira nem beira, como eu.

À minha mãe-pai, amiga, mestra, Luzia da Pescaria, por todo incentivo e por ter tantas vezes me dado à luz. Por me ensinar a não distinguir as pessoas mesmo em face de um mundo que o tempo todo impõe distinções. A ela minha gratidão por me ensinar a manter a cabeça erguida mesmo quando meus pés carregavam barro à sala de aula, e por me ensinar a entrar e

sair de qualquer ambiente, mantendo portas abertas com humildade, dedicação e ética. “Quem não é o maior (R\$), tem que ser o melhor”.

Ao meu parceiro de lutas e sonhos, gratidão pela paciência, estímulo e por não me deixar desistir. Por cada final de semana sem aventuras ou eventos, imersos em estudo e escrita. Gratidão Gustavo Barra, agora é sua vez!

Ao primo Silvio Fernando, o primeiro doutor e cientista da família, toda minha gratidão pelo incentivo moral e impulso financeiro para que eu pudesse voltar a estudar e passar no vestibular. E a irmã de alma Simone Vargas, por acreditar e investir em mim no início do doutoramento. Sem esses impulsos, hoje eu não estaria aqui. Gratidão

Aos que doaram na vakinha: Vai Gi! Gratidão.

A mim, por não desistir de mim. Muitos foram os nãos, mas eu me ensinei a focar nos sim, e assim, eis-me aqui, quase lá de algum lugar que aos sem eira nem beira não se ensina, ou melhor, não se ensinava a sonhar.

Não são tempos fáceis. Escrevi em plena pandemia de COVID-19. Fomos afetados por mais de 700.000 mortes somente no Brasil. Nossas atividades acadêmicas passaram a ser virtuais desde Março de 2020. Fomos obrigados a ressignificar nossos interesses e reorientar nossos desenhos de pesquisa. Tivemos que nos reinventar e fazer da interação híbrida, presencial e virtual, o novo normal.

Além da pandêmia, tivemos que lidar com outro vírus: o da anti-ciência e desinformação. Não são tempos fáceis. Há ainda iminência de guerras, , crimes ambientais, desastres ambientais, mudanças na legislação ambiental, retrocessos, retrocessos e retrocessos que aproximam-nos do fim do mundo.

Mas seguimos esperando.

À minha mãe Luzia, Luz no meu caminho e à minha avó Ana Braga de Vargas Ferreira, que me ensinaram que “o estudo ninguém me tira” e que “lugar de mulher é onde ela quiser”. Ao meu avô José Vargas Ferreira, agricultor familiar que morreu sonhando com a reforma agrária e dividindo em partes iguais a remuneração com os companheiros de lavoura, gratidão pelo exemplo. A vocês dedico o meu título de Doutora e toda a responsabilidade que ele contém. A cada sujeito de comunidades tradicionais de pesca artesanal, o reconhecimento de que são vocês os mestres e doutores capazes de nos ensinar a adiar o fim do mundo. Gratidão pelas trocas, pela presença e paciência em tantas entrevistas e reuniões. Dedico a vocês este trabalho e todo meu respeito e admiração. Aos sem eira nem beira como eu, que ousam sonhar altos voos como Fernãos Capelos Gaivotas e à Universidade Pública que instrumentaliza esses sonhos, tornando-os possíveis.

“Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”

(FREIRE, 2014, p. 89).

RESUMO

BASTOS, Gisele Braga. DE INVISÍVEIS A LANÇADORES DE ALERTAS: O caso do fortalecimento da organização comunitária entre pescadores(as) artesanais no âmbito do PEA Pescarte. (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

Diante do debate em torno da imposição desigual dos riscos ambientais e climáticos nas sociedades complexas, onde recai sobre os mais pobres os maiores riscos e impactos socioambientais e altos custos de participação, este estudo busca investigar a disposição à participação sócio democrática entre sujeitos em situação de vulnerabilidade socioambiental. O foco recai sobre os membros de comunidades tradicionais de pesca artesanal, historicamente excluídos dos processos e arenas decisórias, frequentemente silenciados tanto de forma objetiva quanto simbólica. A pergunta central que norteia a pesquisa é: qual a disposição para a participação sócio democrática entre pescadoras e pescadores no âmbito do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte? O estudo de caso com pescadores(as) participantes do PEA Pescarte baseia-se em uma abordagem quantitativa e qualitativa. As análises descritivas e multivariadas no escopo quantitativo da tese derivam de dados sociodemográficos e de opinião de pescadores(as) artesanais entrevistados nos dois Censos da Pesca realizados pelo PEA Pescarte, o primeiro entre 2014 e 2016 e o segundo entre 2022 e 2023. Com enfoque nos blocos de adesão ao associativismo, avaliação de serviços públicos e participação em Projetos de Educação Ambiental (PEAs), como indicadores da disposição ao engajamento sócio democrático, busca-se compreender a própria disposição em avaliar como *proxy* da disposição à participação sociodemocrática. Para investigar a multidimensionalidade da pobreza entre os sujeitos do estudo, foi construído um indicador que considera além da renda per capita, a renda consumo, o bloco EBIA e a adesão ao associativismo, objetivando captar a heterogeneidade da pobreza. As evidências empíricas qualitativas são provenientes de trabalho de campo realizado em reuniões online e presenciais de janeiro de 2020 a agosto de 2023. O estudo de caso sobre o fortalecimento da organização comunitária no âmbito do PEA Pescarte envolve análise dos Censos da Pesca, análise documental, observação participante, análise de entrevistas e de grupos focais. No contexto da pesquisa, foram observados alertas vocalizados pelos sujeitos, levando à consideração destes como "lançadores de alertas" (Acselrad, 2002, 2018), especialmente aqueles eleitos pelas comunidades pesqueiras para representá-las nas instâncias decisórias, deliberativas e consultivas do PEA Pescarte - Grupo Gestor (GG), Grupo de Acompanhamento de Obras (GAO), Grupo de Trabalho (GT) e Cooperativas. A pesquisa destaca a autonomia e a criticidade dos sujeitos, bem como seu engajamento sócio democrático e lutas por reconhecimento.

PALAVRAS CHAVE: Justiça Ambiental; Educação Ambiental Crítica; Pescadores(as) Artesanais; Organização Comunitária; Projetos de Educação Ambiental.

ABSTRACT

BASTOS, Gisele Braga. FROM INVISIBLE TO ALERT LAUNCHERS: The case of (Doctorate in Political Sociology) - State University of Northern Rio de Janeiro Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

Given the debate around the unequal imposition of environmental and climate risks in complex societies, where the poorest bear the greatest socio-environmental risks and impacts and the high costs of participation, this study seeks to investigate the willingness to participate in socio-democracy among people in situations of socio-environmental vulnerability. The focus is on members of traditional artisanal fishing communities, historically excluded from decision-making processes and arenas, often silenced both objectively and symbolically. The central question guiding the research is: what is the willingness for socio-democratic participation among fishermen within the scope of the Pescarte Environmental Education Project (PEA)? The case study with fishermen participating in the Pescarte EAP is based on a quantitative and qualitative approach. The descriptive and multivariate analyses in the quantitative scope of the thesis are derived from sociodemographic and opinion data from artisanal fishermen interviewed in the two Fishing Censuses carried out by PEA Pescarte, the first between 2014 and 2016 and the second between 2022 and 2023. Focusing on the blocks of membership of associations, evaluation of public services and participation in Environmental Education Projects (PEAs) as indicators of willingness to engage in social democracy, we sought to understand willingness to evaluate as a proxy for willingness to participate in social democracy. In order to investigate the multidimensionality of poverty among the study subjects, an indicator was constructed that takes into account not only per capita income, but also consumption income, the EBIA block and membership of associations, with the aim of capturing the heterogeneity of poverty. The qualitative empirical evidence comes from fieldwork carried out in online and face-to-face meetings from January 2020 to August 2023. The case study on the strengthening of community organization within the scope of the Pescarte EAP involves analysis of the Fishing Censuses, documentary analysis, participant observation, analysis of interviews and focus groups. In the context of the research, alerts voiced by the subjects were observed, leading them to be considered as "alert launchers" (Acselrad, 2002, 2018), especially those elected by the fishing communities to represent them in the decision-making, deliberative and consultative bodies of the Pescarte PEA - Management Group (GG), Works Monitoring Group (GAO), Working Group (GT) and Cooperatives. The research highlights the subjects' autonomy and criticality, as well as their socio-democratic engagement and struggles for recognition.

KEYWORDS: Environmental Justice; Critical Environmental Education; Artisanal Fishermen; Community Organization; Environmental Education Projects.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIA - Avaliação de Impacto Ambiental
AIE - Área de Influência do Empreendimento
ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBH - Comitês de Bacias Hidrográficas
CEDRUS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CGMAC - Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros
CGPEG - Coordenadoria Geral de Petróleo e Gás
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
DILIC - Diretoria de Licenciamento Ambiental
DP - Diagnóstico Participativo
E&P - Exploração e Produção
EA - Educação Ambiental
EAC - Educação Ambiental Crítica
EAP - Educação Ambiental Pública
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
EVTEAS - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social
GAO - Grupo de Acompanhamento de Obras do PEA Pescarte
GAP - Gestão Ambiental Pública
GG - Grupo Gestor do PEA Pescarte
GM - Grupo Mobilizado do PEA Pescarte
GT - Grupo(s) de Trabalho do PEA Pescarte
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INEA - Instituto Estadual do Ambiente/RJ
LA - Licenciamento Ambiental
LAF - Licenciamento Ambiental Federal
LI - Licença de Instalação
LO - Licença Operação
LP - Licença Prévia
MA - Meio Ambiente
MPF - Ministério Público Federal
NVC - Núcleo de Vigília Cidadã PEA Territórios
PBA - Plano Básico Ambiental
PEA - Projeto de Educação Ambiental
PEAC - Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores
PGTR - Projetos de Geração de Trabalho e Renda
RESEX - Reservas Extrativistas
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
SAE - Sujeito da Ação Educativa
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
UC - Unidade de Conservação
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UEPA - Unidade Escola de Produção Aquícola

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1. Pontuação do Critério Renda Brasil da Pesca.....	29
Tabela 1.1 Pontuação do Critério Renda Brasil da Pesca.....	29
Tabela 1.2 Pontuação do Critério Renda Brasil da Pesca.....	29
Tabela 2. Pontuação de Associativismo.....	32
Tabela 3. Resultado do critério renda Brasil em classes.....	38
Tabela 4. Participação em projetos de educação ambiental.....	44
Tabela 5. Nível de participação em PEAs de acordo com a escolaridade dos pescadores artesanais.....	49
Tabela 6. Frequência com que procuram atores políticos.....	91
Tabela 7. Distribuição da frequência com que são procurados por políticos por Sexo.....	92
Tabela 8. Frequência com que procuram atores políticos.....	93
Tabela 9. Motivos da procura.....	94
Tabela 10. A quem recorrem.....	95
Tabela 11. Distribuição dos níveis de elaboração e construção das cooperativas no âmbito do PEA Pescarte.....	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Instituições executoras, empresas e sujeitos da ação educativa dos projetos.....	43
---	----

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1. Correlação cofenética e número ótimo de cluster.....	34
Figura 2. Distribuição dos Projetos de Educação Ambiental segundo PEA PARMIS.....	46
Figura 3. Representação gráfica das razões de chances estimadas para participação em projetos PEA (modelo logístico binomial).....	51
Figura 4. Questões analisadas. 2º Censo da Pesca PEA Pescarte. Bloco Capital Social e Laços Fracos (CSFL).....	90
Figura 5. Explicação sobre a mudança do período do seguro defeso do camarão na Lagoa de Araruama e Cabo Frio-RJ.....	109
Figura 6. Gaoles de Arraial do Cabo ao lado de sua foto na mostra Caminho das Águas.....	115
Fugura 7. Lançando alertas: Relatos dos comunitários sobre impactos diretos e indiretos da Indústria do Petróleo e Gás.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Renda familiar per capita por ocupação na pesca.....	28
Gráfico 2: Critério renda Brasil por ocupações na pesca.....	30
Gráfico3: Insegurança alimentar: EBIA por ocupações na pesca.....	31
Gráfico 4: Capital social por ocupação na pesca.....	33
Gráfico 5: Dispersão entre interação Renda, Capital Social e EBIA.....	36
Gráfico 6: Dendrograma ocupação na pesca e grupos por aproximação.....	37
Gráfico 7: Comparativo Critério Renda Brasil Pescadores x Regiões do Brasil.....	39
Gráfico 8. Escolaridade, Gênero e participação.....	47
Gráfico 9: Percentual de participação em PEAs de acordo com a ocupação dos pescadores artesanais.....	48
Gráfico 10: Avaliação dos PEAs pelos sujeitos da ação educativa do PEA Pescarte.....	50
Gráfico 11. Distribuição do acesso nas redes sociais Facebook e Instagram, respectivamente	106

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
1.1 Motivações e percurso metodológico	21
2 MULTIDIMENSIONALIDADE DA POBREZA E PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA)	25
2.1 Classes na pesca e multidimensionalidade da pobreza: caracterização do objeto	25
2.1.1 Renda familiar per capita	27
2.1.2 Critério Renda Brasil	28
2.1.3 Insegurança Alimentar	30
2.1.4 Capital Social	32
2.1.5 Grupos de ocupações na pesca artesanal	33
2.1.6 Interações dos quatro grupos entre três dimensões	35
2.1.7 Análises de Cluster	37
2.2 Participação e Avaliação de PEAs em execução no período de 2010 a 2016 a partir dos dados do 1º CENSO da Pesca/PEA Pescarte (2016)	39
3 PROBLEMÁTICA DO ESTUDO	54
3.1 Trabalhos relacionados	55
3.2 Injustiça climática e assimétricas distribuições de custos e benefícios	60
3.2.1 Engajamento político e participação cidadã: caminhos para adiar o fim do mundo	66
3.3 Enfrentando a democracia restringida	70
3.3.1 Participação em Projetos de Educação Ambiental	74
3.3.2 Gestão Ambiental Pública e fortalecimento da participação no Licenciamento do Petróleo e Gás	75
3.4 Participação Política	78
3.4.1 Breves apontamentos sobre participação e representação	80
3.4.2 Participação e delegação entre pescadores artesanais no âmbito do PEA Pescarte	85
3.4.2.1 Lideranças eleitas no âmbito do PEA Pescarte: GG e GAO	85
3.5 De invisíveis a lançadores de alertas	86
3.6 Percepções sobre solidariedade e cooperação entre os sujeitos do estudo	96
3.7 Participação e letramento digital on-line: pedagogia da autonomia para dentro e para fora	102
3.8 Fortalecimento da organização comunitária no âmbito do PEA Pescarte	111
3.9 A participação na atualização do diagnóstico participativo e os “Percebidos Destacados”	118
3.10 Reflexões sobre a participação democrática entre SAEs, GGs e Gaolezes - grupos eleitos no âmbito do PEA Pescarte	125
3.11 Indicador da organização comunitária	129
3.12 O caso das mulheres pescadoras de Arraial do Cabo-RJ	130
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Informam o presente trabalho os debates sobre injustiça e sofrimento ambiental (Acselrad, 2002, 2018; Auyero e Swistun, 2008; Porto, 2012; Quintas, 2006; Veiga, 2013; Walter e Anello, 2012; Zhouri, 2018) de onde provêm importantes debates teóricos sobre a assimetria na distribuição dos riscos e sacrifícios ambientais nos territórios.

Esses riscos, impostos de forma não democrática nos territórios, são agravados na alta modernidade (Beck, 1992; Giddens, 2009; Latour, 2020). Observando-se a quebra da solidariedade (Simmel, 2006) o predomínio da imposição do risco e sofrimento ambiental entre pobres e não brancos - o "lumpemproletariado" na acepção marxiana (Bertoluci, 2013), os "de baixo" nos postulados de Florestan Fernandes (Fernandes, 2008a; b) os "oprimidos" na teoria de Darcy Ribeiro (Ribeiro (2015), a "ralé" de Jessé Souza (Souza, 2006, 2018; Souza e Grillo, 2009).

Nosso objetivo é captar a heterogeneidade presente dentro do que a literatura classifica como a classe de pesca artesanal (Souza (2006); Bronz (2005); Knox e Trigueiro (2014); Machado & Gomes, 2014; Marinhos et al., 2000; Paula, 2020), composta por uma imensa maioria de pobres, conforme indicam os estudos (Almeida et al., 2015) e revelam os dados dos censos da pesca artesanal realizados pelo PEA Pescarte. No entanto, é importante considerar a heterogeneidade da pobreza enquanto categoria sociológica (Paugam, 2003; Simmel, 2006). Pretendemos contribuir no debate ao buscar compreender a distinção intra-classe, indo além da distinção inter classes já amplamente problematizada (Bourdieu, 2007; Fernandes, 2008a; b; Souza, 2018; Souza e Grillo, 2009).

A hipótese que orienta o estudo é que entre os pobres existem níveis distintos de privações que precisam ser compreendidos, não sendo a renda suficiente. Por isso optamos pela inclusão de outros indicadores no modelo, ao lado da renda per capita, compõe nosso modelo: a classe de consumo, o capital social e a aplicação da escala EBIA.

Lançando mão de evidências quantitativas e qualitativas, buscamos contribuir aos estudos no Campo da Ecologia Política, lançando luzes incremento de capital social, cultural, econômico e simbólico, por meio da Educação Ambiental Crítica e pedagogia Freireana, tomando por estudo de caso a adesão à participação sócio democrática entre sujeitos das ações educativas (SAEs) do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte.

Reunimos aqui um conjunto de debates e elementos empíricos, objetivando afastar as

pré-noções da pesca vista apenas como captura, da pobreza vista apenas como privação material/econômica, do artesanal visto como antagônico a tecnologias e da tendência à não adesão à participação sócio democrática entre pessoas vulnerabilizadas.

Partindo da premissa da pobreza como categoria sociológica (Marques, 2010; Paugam, 2003) que precisa ser cotejada em perspectiva multidimensional (Alkire; Foster, 2009); e da pesca, não apenas como captura do pescado, mas também composta por atividades pré e pós captura, investigamos as gradações de vulnerabilizações presente entre os sujeitos na cadeia da pesca artesanal no âmbito do PEA Pescarte.

A disposição dos sujeitos à participação sócio democrática é cotejada por meio de proxies: adesão ao associativismo e avaliação de PEAs (ambos por meio dos dados do CENSO da Pesca) e a disposição à participação sócio democrática a constituição das cooperativas e conquistas dos terrenos para a implantação dos Projetos de Geração de Trabalho e Renda PGTRs.

A fim de observar empiricamente a hipótese de que sujeitos vulnerabilizados tendem a não aderir à participação, selecionamos para o estudo os(as) pescadores(as), por estarem concentrados nos mais baixos estratos de renda, em níveis preocupantes de insegurança alimentar e nutricional (Almeida et al., 2015), com meios e modos de vida ameaçados, obrigados a caminhar ou pedalar longas distâncias até as áreas de pesca, expostos a poluição física, biológica e química dos ambientes, impactando seres humanos e não humanos, marcados pela carência de serviços públicos, entre outros riscos sobrepostos em seus territórios, terrestres e aquáticos.

Essa população tradicional de pesca artesanal, historicamente alijada das arenas públicas, empobrecida e vulnerabilizada, foi identificada como a população mais impactada por danos diretos e indiretos da exploração de petróleo e gás, no Estudo Diagnóstico Participativo (SOMA/PETROBRAS, 2012) realizado como parte das condicionantes no licenciamento ambiental federal das atividades da cadeia do Petróleo e Gás na Bacia de Campos-RJ.

Tomando por recorte os sujeitos da ação educativa do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, iniciado em 2014, como parte da mitigação de impactos prevista no licenciamento de operações da PETROBRAS, interessa ao presente estudo contribuir ao campo da Ecologia Política e da Educação Ambiental Crítica ao olhar para esse grupo, passados dez anos de implementação do PEA Pescarte na Bacia de Campos.

Escolhemos olhar a adesão à participação sócio democrática entre esses sujeitos, por estarem expostos a riscos, vulnerabilizações e pobreza, sendo um campo empírico

interessante para investigar a hipótese de que a Educação Ambiental Crítica gera por meio de processos dialógicos, o incremento de capitais simbólicos (cultural, social, econômico) que refletidos em incidência política e conquistas de ordem material e simbólica, podem ser tomados como resultados da mitigação, no tocante ao fortalecimento da organização comunitária.

Como buscaremos demonstrar entre sujeitos de comunidades tradicionais de pesca existem diferentes níveis de privação, diferentes estoques de capitais econômico, social, cultural e simbólico, diferentes níveis de insegurança alimentar, diferentes artes de pesca, diferentes tipos de captura de pescado, diferentes tipos de embarcações, diferentes locais de pesca, podendo essas diferenças ajudar a analisar as falas de que a “pesca é desunida” muito proferidas nos grupos focais em 2015. De outro lado as dimensões de acionamento de proximidade e cooperação, presentes nos discursos atuais parecem ter mais relação à categoria “família da pesca” e menos a “classe social”. Assim, apresentaremos que coabitam a “classe pesqueira”, diferentes ocupações, o que pode ajudar a explicar as falas de que “a pesca é desunida” como observado nos Grupos Focais (2015) e início do PEA Pescarte.

Para testar a hipótese do incremento dos capitais (sociais, culturais, econômicos e simbólicos) por meio da construção dialógica dos saberes, em perspectiva freireana, em projetos de Educação Ambiental Crítica, olhamos a ação dos sujeitos em ambientes de interações virtuais e presenciais e tomamos como *proxy* da organização comunitária: a constituição de cooperativas, as conquistas dos terrenos nos municípios da Terceira Fase do PEA Pescarte (2021 - 2024) e exemplos de lutas por reconhecimento. Uma vez que a métrica da conquista dos terrenos foi estabelecida pelo IBAMA dentro das regras para a implementação dos Projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR) conquistados pelos comunitários no processo de licenciamento, sendo 3 previstos para a Terceira Fase do PEA Pescarte, entendemos que ao cumprir os requisitos determinados pelo IBAMA os SAEs demonstram o amadurecimento e fortalecimento da organização comunitária, servindo como *proxy* de participação sócio democrática, e também, da mitigação de impactos, no tocante ao fortalecimento da organização comunitária a que se propõe a ação do PEA Pescarte.

Como se dá a disposição para a participação sócio democrática entre pescadoras e pescadores no âmbito do PEA Pescarte? Foi a pergunta que guiou o estudo de caso.

A hipótese, a partir dos estudos sobre custos da participação era de que encontraríamos baixa adesão, dada a realidade dos sujeitos do estudo em seus territórios, estando entre a população mais vulnerabilizada e impactada pela cadeia de petróleo e gás (SOMA/PETROBRAS, 2012), e não só, também por serem impactados pelo turismo, pela

pressão sobre a infra-estrutura decorrente dos processos de urbanização e industrialização, pela expulsão territorial que tornam os locais de pesca cada vez mais distantes das moradias, pelas áreas de pesca reduzidas pelas “zonas de exclusão”, pela discriminação e criminalização de seus modos de vida. Moradias cada vez mais precarizadas e distantes dos aparelhos e serviços públicos, em zonas de sacrifício, distantes e distintos do conforto dos serviços e equipamentos destinados aos turistas, aos trabalhadores do petróleo, ao empresariado e aos industriários na Bacia de Campos-RJ. A eles, os pescadores e pescadoras recaem o cercamento de seus territórios tradicionais e sagrados, as porteiças que impedem o acesso aos rios, as zonas de exclusões que impedem o acesso ao mar. Tantas sobreposições de riscos, tantas preocupações imediatas como a fome, segundo a teoria dos custos da participação e dos estudos sobre alocação desigual de impactos e riscos, fazem recair sobre tais sujeitos dificuldades, também sobrepostas, de engajarem-se em processos participativos e cooperativos no longo prazo.

Dentre um amplo universo de dados qualitativos e quantitativos, produzidos pelo PEA Pescarte, que é um dos maiores projetos de pesquisa e extensão com foco na pesca artesanal no Brasil, focalizamos aqueles que nos ajudam a responder como se dá a adesão à participação sócio democrática entre sujeitos vulnerabilizados?

Por meio, de dados de dois CENSOS da Pesca (2016 e 2023), análise de Grupos Focais presenciais (2015) e on-line (2020-2021), realizados por educadores socioambientais e pesquisadores(as) do PEA Pescarte, comparativamente às percepções e opiniões captadas por meio da observação etnográfica entre Fevereiro de 2020 e Agosto de 2023 e informações do 2º CENSO da Pesca do PEA Pescarte, buscamos, lançar luzes ao engajamento sócio democrático dos sujeitos, muitos dos quais, são ativos no PEA Pescarte desde 2014.

No presente trabalho, o desafio não é a estrutura para obtenção e análise de dados, e sim apresentar esse caldeirão de informações objetivas e intersubjetivas, sem ser enfadonho a nenhum tipo de leitor que possa vir a ler a presente tese. Como um quebra-cabeça com 1000 peças, apresentar os momentos de análises de dados quantitativos e qualitativos, que compõe o percurso do campo nesses quase quatro anos de interação, não é tarefa fácil. Principalmente por se tratar de uma área de estudos que requer a transdisciplinaridade, obrigando a tratar sobre muitos assuntos, o que pode incomodar ao leitor, uma vez que nem todos assuntos serão apresentados aqui com minúcia, e alguns serão apenas destacados como agenda futura de pesquisas.

As tantas janelas abertas, se justificam na própria natureza interdisciplinar do campo e atualidade e gravidade da temática, que exige sempre mais, deixando desejoso quem escreve e

quem lê. Além disso lidamos com diversas camadas que a observação participante traz ao estudo exigindo incorporar novas perspectivas continuamente.

É importante destacar que o conjunto de dados mobilizados na presente tese não nos permitem tecer inferências ao universo da Pesca Artesanal nem no Estado do Rio de Janeiro, nem ao universo da Pesca no Brasil. O que objetivamos é lançar luzes sobre a participação democrática entre os respondentes do Censo da Pesca do PEA Pescarte e a partir de observação participante e análise documental, entre os membros eleitos para compor os grupos internos do PEA Pescarte (GG e GAO) e aprofundar os debates, refletindo sobre a hipótese clássica de que os pobres participam menos, damos foco às evidências qualitativas provenientes de observação, análise de grupos focais e entrevistas que como pretende-se argumentar sugerem a ampliação da participação cidadã, autorreconhecimento e reconhecimento mútuo entre os sujeitos do estudo, no âmbito do PEA Pescarte.

1.1 Motivações e percurso metodológico

Tomamos por sujeitos do estudo, Pescadoras e Pescadores Artesanais, membros de comunidades tradicionais de pesca artesanal, que aderem às atividades do Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte.

Tomou-se por recorte espacial do estudo os municípios da área de abrangência do PEA Pescarte. A escolha do PEA Pescarte, para a realização da observação participante, deu-se em decorrência de possuírem pescadores(as) mobilizados e ativos em diversas atividades pedagogicamente orientadas à autonomia dos sujeitos, à participação democrática e ao fortalecimento da organização comunitária, desde 2014, facilitando a mediação para a entrada no campo e podendo evidenciar o impacto do incremento dos capitais sociais.

Além disso, a tecnologia social inovadora, de grupos eleitos entre pescadores(as), sujeitos esses que participam continuamente em reuniões, oficinas e assembleias no âmbito do PEA Pescarte, facilitaria o contato com lideranças legítimas da comunidade da pesca, o que em face da pandemia de COVID-19, caiu como uma luva. Dados os laços de confiança e cooperação construídos ao longo do tempo entre educadores(as), pesquisadores(as) e pescadores(as), foi possível realizar diversas reuniões em ambientes da web nos anos de 2020 e 2021. Outro ponto na escolha do PEA Pescarte, para a incursão da presente tese, diz respeito ao rico banco de informações construído pelas equipes técnicas e de pesquisa, com e sobre, a comunidade tradicional de pesca artesanal em dez municípios limítrofes à Bacia de Campos¹.

¹ De 2014 até 2021 a área de abrangência do PEA Pescarte incluía os municípios de: Arraial do Cabo, Cabo Frio,

Dispomos assim, de dados quantitativos e qualitativos produzidos no período anterior à incursão etnográfica iniciada em 2020. Imagens no retrovisor, que nos ajudaram a “tatear” o tempo passado, o ontem (uma década atrás). Enquanto novas imagens iam se formando na imersão em reuniões e observação dos sujeitos ativos em atividades on-line, híbridas e presenciais e nas análises dos dados quantitativos e qualitativos produzidos a partir de 2020. O retrovisor, representando o tempo zero, o início do PEA Pescarte, medida de mitigação prevista no licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA, imagens refletidas no retrovisor por meio da análise dos grupos focais (2015), dados do 1º CENSO da Pesca do PEA Pescarte (2016) e entrevistas informais com SAEs, educadores(as) socioambientais e pesquisadores(as), o parabrisa, a frente do carro, o tempo 1, o hoje, após uma década da implementação da política pública do licenciamento ambiental federal tomando por estudo de caso o PEA Pescarte, abarcando a observação participante, as reuniões e entrevistas, bem como análise dos dados do 2º CENSO (2023).

Ainda que o parágrafo anterior sugira a comparabilidade em dois tempos e tome como recorte o início da implementação da política do licenciamento, tomando o PEA Pescarte como caso do estudo, é importante esclarecer de antemão que não está no escopo do presente estudo adentrar o arcabouço teórico sobre avaliação de políticas públicas, nosso intento é cotejar comparativamente não a política do licenciamento, mas sim, sujeitos da ação educativa prevista por tal política, cotejando comparativamente as ações, discursos, opiniões, características sociodemográficas, percepções, verificando permanências e mudanças não da política, mas sim dos sujeitos no âmbito do PEA Pescarte aos quais, impactos pretende-se mitigar.

Assim, o objetivo geral foi cotejar a adesão à participação sócio democrática entre sujeitos da ação educativa do projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte. E de forma específica, cotejar e descrever a participação democrática e lutas por reconhecimento entre “lançadores de alertas” dentre as lideranças eleitas pela comunidade de pesca artesanal para representá-los nos grupos organizacionais do PEA Pescarte (Grupo Gestor – GG e Grupo de Acompanhamento de Obras – GAO).

Trata-se de um estudo de caso (Almeida, 2016) do fortalecimento da organização comunitária no âmbito do PEA Pescarte, composto por análises dos CENSOS da Pesca, análise documental, observação participante, análise de entrevistas e grupos focais.

A investigação está baseada em uma estratégia quanti e qualitativa. As análises

descritivas e multivariadas no escopo quantitativo da tese, partem de dados sociodemográficos e de opinião de pescadores(as) artesanais entrevistados para o CENSO da Pesca do PEA Pescarte entre 2014 e 2016. As evidências empíricas qualitativas são provenientes de trabalho de campo realizado de Janeiro de 2020 a Agosto de 2023, análise documental, observação-ação, entrevistas informais e análise de grupos focais.

Como *proxy* do grau de aderência à participação, analisamos a aderência, opinião e avaliações dos pescadores(as) em relação aos Projetos de Educação Ambiental da Bacia de Campos vigentes na Bacia de Campos, na área de abrangência do PEA Pescarte, até 2012, quando da elaboração e aplicação do *survey* do primeiro CENSO da Pesca do PEA Pescarte (2014-2016) e de execução das rodadas dos Grupos Focais (2015) dos sujeitos prioritários da ação educativa do PEA Pescarte, pescadores(as) afetados(as) pelos impactos socioambientais dos empreendimentos licenciados pelo IBAMA, vigentes. Investigamos quais são os fatores individuais e regionais que impactam na probabilidade de aumentar as chances de participação nesses projetos. Analisamos também, a aderência dos respondentes do *survey* em participar em arenas associativas. Para essas análises, os dados analisados provêm do Censo da Pesca realizado na primeira fase do Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, entre 2014 e 2016.

A partir da observação em reuniões, grupos focais, oficinas de formações, rodas de conversa e entrevistas, cotejamos a percepção dos sujeitos sobre as diferentes privações, vulnerabilizações e riscos aos quais estão expostos, bem como a disposição e percepções sobre a participação democrática em arenas internas e externas ao PEA Pescarte.

Importa destacar que o projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal conduzido pelo IBAMA, construído no âmbito da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em perspectiva transdisciplinar, com um esforço de mitigação de impactos previsto no licenciamento que parecem alcançar efetividade (eficiência e eficácia) na mitigação de impactos ao registrar, publicizar e valorar: memórias, fazeres, saberes, lutas por reconhecimento, dados sociodemográficos, estoques pesqueiros, etc. Ao colocar o foco da ação educativa em empoderar pela pedagogia freiriana aos pescadores tradicionais, fortalecendo a organização comunitária e ampliando a incidência política dos sujeitos observados, historicamente alijados dos processos e arenas decisórias.

Pautada na sociologia da intervenção e na educação ambiental crítica, com base freiriana, busquei construir uma pesquisa acadêmica situada, pedagogicamente orientada a processos dialógicos que despertem a curiosidade epistemológica na direção da autonomia dos

sujeitos e valoração da ética universal do ser humano (Freire, 2021).

Imaginamos contribuir aos campos, ou seja, ao campo da “pesquisação” os sujeitos do estudo, e aos campos teóricos, ao trazer para o texto debates, análise de dados, descrições, buscando a boniteza esperançosa da “discência” freiriana, a condição de eterno aprendiz, a indissociabilidade entre docência-ensinar e discência-aprender, a certeza que ensinar exige pesquisa, pesquisar exige ensinar (Freire, 2021).

2 MULTIDIMENSIONALIDADE DA POBREZA E PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA)

2.1 Classes na pesca e multidimensionalidade da pobreza: caracterização do objeto

Os achados dos estudos sobre justiça ambiental indicam a imposição desigual do risco e racismo ambiental às populações mais pobres e não brancas (Acseirad, 2002b, 2018; Bullard, 1993; Porto, 2012; Veiga, 2013) os argumentos, parecem estar em consonância à teoria dos custos da participação, no tocante à dificuldade de organização coletiva das populações em zonas de sofrimento ambiental em face dos baixos estoques de capital financeiro e riscos e vulnerabilizações a que estão submetidos. No entanto, no âmbito da perspectiva dos movimentos por Justiça Ambiental e teóricos da Ecologia Política com suporte na Teoria Crítica, esse lugar de invisibilidade está para além da coisificação economicista e pode ser transmutado por meio da reflexividade dos sujeitos, do autorreconhecimento e da troca dialógica de conhecimentos que conduz à criticidade e autonomia dos sujeitos.

Longe de dizer que a renda não deva entrar nas análises, a questão é problematizar que olhar somente para renda, parece insuficiente. Sendo fundamental, analisar e estimular o incremento dos estoques de capitais sociais, culturais e simbólicos dos sujeitos em zonas de sofrimento e sacrifício ambiental, a fim de enfrentar a lógica economicista e unidimensional que associa a não adesão à participação exclusivamente à renda, colocando os pobres como perpetuamente enjaulados na posição de não escolha coletiva em decorrência das urgências fisiológicas que tenderiam, a serem priorizadas.

Nosso argumento é o de que parece insuficiente, atribuir a causalidade da não participação exclusivamente à renda, de um lado em função da multidimensionalidade da pobreza e de outro, dada a possibilidade de possuírem capital social que lhes permitam alterar as posições nas arenas de participação. Além do caráter emancipatório do incremento de estoques de capitais sociais, é importante considerar a hipótese de que podemos encontrar pessoas que sejam “ricas” em capitais sociais e simbólicos, ainda que, por escolha (em face de possuírem modos de vida e práticas tradicionais não capitalista) ou por imposição, não acumule bens de consumo, nem capital financeiro.

Essa foi a problemática investigada pelo presente estudo, tomando por objeto sujeitos de comunidades tradicionais de pesca artesanal, afetados direta e indiretamente pelas atividades da indústria do petróleo e gás na Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro (SOMA/PETROBRAS, 2012), entrevistados por meio de dois CENSOS da pesca realizados pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte.

A questão que nos orienta é a de que entre os pobres existem níveis distintos de privações que precisam ser compreendidos, não sendo a renda suficiente, para explicar a adesão à participação, principalmente por estarmos lidando com populações tradicionais cujas cosmovisões atribuem valorações diferentes ao que é valorado pela lógica economicista. Nesse sentido, como estratégia de pesquisa, além das análises quantitativas, optamos pela imersão qualitativa que nos ajudasse a melhor compreender os dados dos CENSOS da Pesca realizados pelo PEA Pescarte e que apresentaremos a seguir.

Buscamos analisar as multidimensões da pobreza, entendendo-a como categoria complexa (Alkire; Foster, 2009; Marques, 2010; Paugam, 2003). Assim, para enfrentar a fixidez unidimensional economicista, optamos pela inclusão de outros indicadores no modelo criado. O modelo é composto por quatro indicadores: a classe de consumo, a renda familiar per capita, em reais, a escala de percepção de insegurança alimentar (EBIA) da população e o índice de associativismo.

Nessa direção, analisamos a heterogeneidade presente no que convencionou-se chamar classe pesqueira ou classe da pesca. Entendemos que a categoria “classe pesqueira”, ainda que os sujeitos encontre-se, majoritariamente, nas classes sub-C, esconde, assimetrias de status, de capital econômico, social e cultural entre as diferentes ocupações que compõem a cadeia produtiva da pesca. O que, poderia ajudar a pensar dificuldades organizativas relatadas nos grupos focais de 2015, em função do não autorreconhecimento e do não reconhecimento mútuo, o que faz com que os laços de cooperação, solidariedade e reciprocidade fiquem comprometidos. Não implicando necessariamente em não disposição para participação, mas talvez, dificuldades em identificar o outro como um ente pertencente ao mesmo grupo dado o não reconhecimento do outro como parte do mesmo grupo, ainda que a renda seja semelhante.

Nos dispusemos a cotejar esses *insights* e proposições teóricas acerca da multidimensionalidade da pobreza por meio da operacionalização do conceito de estratos sociais da pesca criando indicadores com o objetivo de classificar por meio da análise de *cluster* os pescadores artesanais de acordo com i) a classe de consumo (a partir da metodologia do Critério Renda Brasil); ii) a renda familiar per capita em reais; iii) a escala de percepção de insegurança alimentar (EBIA) da população e, por fim, iv) o índice de capital social (a partir das questões ligadas ao bloco capital social, do *survey* Pesca PEA Pescarte).

O primeiro indicador foi baseado no Critério Renda Brasil do ano de 2020. Com essa dimensão foi possível capturar capacidade de consumo dos pescadores, acesso à serviços públicos e grau de escolaridade. Dentro deste indicador encontra-se: número de banheiros,

disponibilidade de água tratada e esgoto, tomados como *proxy* ao sofrimento ambiental.

O segundo indicador é a autodeclaração de renda na ocupação (necessariamente proveniente da cadeia da pesca) do respondente principal.

O indicador de insegurança alimentar foi criado com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A análise desse bloco de questões revelou grave insegurança alimentar entre aqueles que provêm alimentos, uma contradição, amplamente debatida (Campos, Timóteo e Nogueira, 2018; Campos, Machado, Timóteo, Mesquita, 2016; Campos, De Almeida, Timóteo, 2021; Timóteo, 2019; Belo e Peixoto, 2017; Peixoto, Bastos, Marques, Santos, 2021; Belo, 2018).

Para o indicador de associativismo foram utilizadas as questões provenientes - do bloco capital social - do *survey* que permitiam operacionalizar os diferentes níveis de adesão dos pescadores aos mecanismos de participação (Helal; Neves, 2007).

Estas são, portanto, as quatro dimensões incluídas no método de agrupamento proposto e que permitem mensurar a heterogeneidade/homogeneidade dos estratos sociais na pesca de acordo com a ocupação que exercem na atividade pesqueira. Por meio destas dimensões propõem-se indicadores para analisar as diferentes ocupações na cadeia da pesca artesanal. Ou seja, trata-se de uma construção de estratos socioeconômicos das atividades profissionais exercidas pelos pescadores de acordo com a renda, o consumo, a fome e o capital social.

2.1.1 Renda familiar per capita

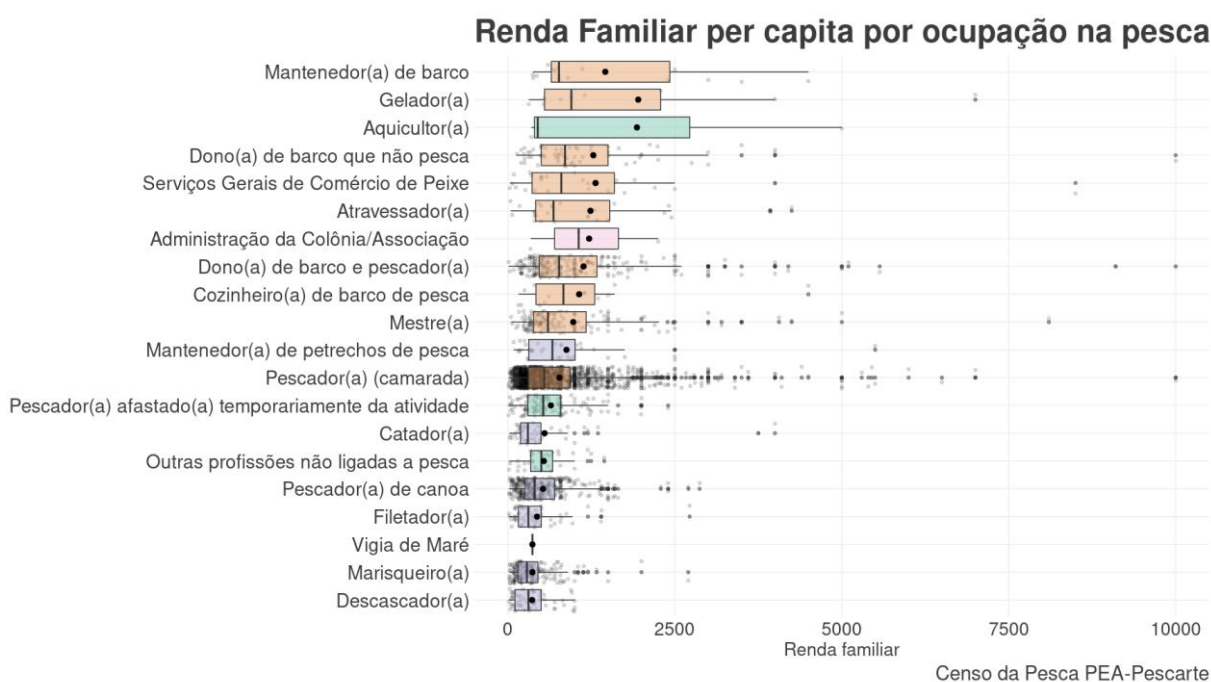
Para este indicador, foi selecionada apenas a renda do respondente principal do questionário e cruzado com a ocupação. A renda varia de 0 a 16.000 reais. O que pode ser observado é a concentração das médias dos quatro grupos consideravelmente abaixo de 2.500 reais por pessoa, o que converge para certa semelhança dos grupos quanto a média de renda per capita. A ocupação que possui maior rendimento médio é a dos Aquicultores(as), seguida dos Geladores(as), enquanto os com menor rendimento, são Descascadores(as) seguidos dos Marisqueiros(as).

A presença das marisqueiras como segunda ocupação com menor renda, sugere o encontrado nos debates da temática sobre a divisão sexual do trabalho e não reconhecimento da mariscagem como trabalho e a categorização do trabalho da pescadora como “ajuda”, sobreposição de sofrimentos e fragilidade das condições das mulheres na pesca, nas dimensões sociais, jurídicas e afetivas. Mariscagem, pesca e catação, invisibilizadas e classificadas não como trabalho e sim como ajuda (Cezar; Theis, 2020; Martínez; Hellebrandt, 2019).

Voltaremos ao debate da invisibilidade e luta por reconhecimento das mulheres da pesca, mas, por ora, cabe ressaltar que também no indicador de capital social e na observação em campo, as mulheres das categorias ocupacionais: marisqueiras, descascadeiras e filetadeiras, destacam-se ao variar positivamente e não negativamente como na renda *per capita*.

Lembrando que a renda per capita é a média de renda mensal por pessoa dentro do domicílio, ou seja, somam-se as rendas e divide-se pelo número de habitantes.

Gráfico 1: Renda familiar per capita por ocupação na pesca



Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

Assim como nos outros índices, uma característica deste censo é a concentração dos casos da amostra na categoria de pescadores camaradas. A concentração dos pontos nessa categoria de trabalho e a distribuição dos casos no lado esquerdo da média, revelam a concentração de casos na faixa com menor renda. Essa distribuição, concentrada na faixa com menor renda, é observada também entre os(as) pescadores(as) de canoa e marisqueiros(as).

A seguir, apresentamos a segunda dimensão que compõe nosso modelo, o critério renda Brasil.

2.1.2 Critério Renda Brasil

Esta dimensão foi desenvolvida com base no Critério Renda Brasil² 2020 elaborado pela

² Link de acesso em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>.

Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) que se propõe a produzir um indicador que reflete a classificação econômica do Brasil. As variáveis utilizadas para a construção deste indicador da pesca artesanal foram, quase em sua totalidade, as mesmas utilizadas no Critério Renda Brasil. Estas variáveis estão dispostas no bloco ASP.14 do questionário de Diagnóstico socioeconômico das comunidades pesqueiras da Bacia de Campos e estão de acordo com o bem de consumo, bens imóveis e acesso à serviços públicos, receberam diferentes pontuações, conforme as tabelas a seguir:

Tabela 1. Pontuação do Critério Renda Brasil da Pesca

Item	Variável no questionário	0	1	2	3	4 ou +
Banheiros	ASP.10	0	3	7	10	14
Automóveis	ASP.14(ASP.14.1OptionOther)	0	3	5	8	11
Microcomputador	ASP.14(14.12OptionOther)	0	3	6	8	11
Lava Louca	ASP.14(14.18OptionOther)	0	3	6	6	6
Geladeira	ASP.14(14.3 e 14.4)	0	2	3	5	5
Freezer	ASP.14(14.5OptionOther)	0	2	4	6	6
Lava Roupa	ASP.14(14.6)	0	2	4	6	6
DVD	ASP.14(14.10)	0	1	3	4	6
Micro-ondas	ASP.14(14.14)	0	2	4	4	4
Motocicleta	ASP.14(14.2)	0	1	3	3	3

Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

Tabela 1.1 Pontuação do Critério Renda Brasil da Pesca

Grau de Instrução do chefe da família	Variável	Pontuação
Analfabeto/Fundamental I Incompleto	CF.6	0
Fundamental I completo/ Fundamental II Incompleto	CF.6	1
Fundamental II completo/ médio incompleto	CF.6	2
Médio completo/ superior incompleto	CF.6	4
Superior completo	CF.6	7

Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

Tabela 1.2 Pontuação do Critério Renda Brasil da Pesca

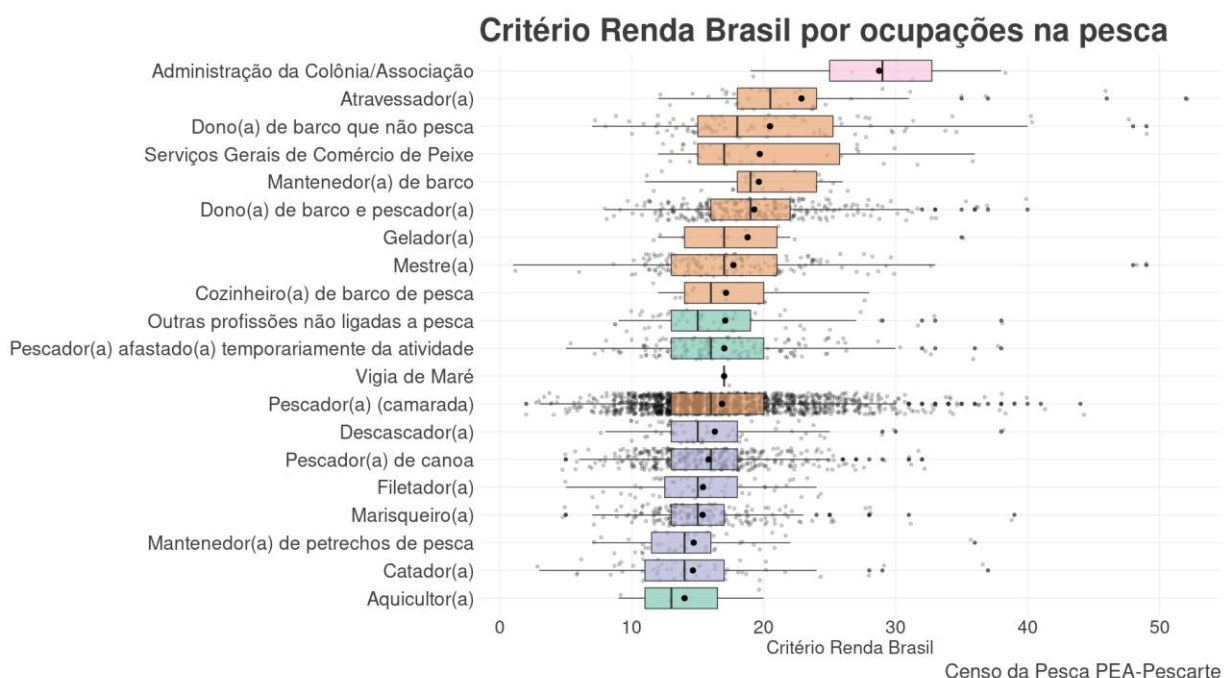
Serviços Públicos – Pontuação			
	Não	Sim	Variável
Água encanada	0	4	ASP.5
Rua pavimentada	0	2	ASP.11

Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

A atribuição da pontuação seguiu as premissas teóricas, cabe apenas destacar o uso da quantidade de banheiros e água encanada como proxy de sofrimento ambiental.

As análises gráficas, apresentadas a seguir, revelam o distanciamento da categoria Administradores da Colônia/Associação dos indivíduos das demais ocupações. Além disso, esta categoria possui a maior pontuação média do indicador. Há, também, proximidade entre as ocupações dos grupos que receberam a cor laranja e as que receberam cor lilás, o que será possível de visualizar no gráfico de três dimensões que apresentaremos mais à frente. O que destoa na distribuição da renda entre os casos da amostra é a ocupação que possui menor pontuação, a dos(as) Aquicultores(as), que se afasta das demais atividades localizadas em seu grupo.

Gráfico 2: Critério renda Brasil por ocupações na pesca



Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

O próximo indicador busca refletir a dimensão da fome entre as ocupações. Os resultados desagregados do próximo indicador que compõe o modelo são alarmantes, revelam altos índices de insegurança alimentar. A seguir.

2.1.3 Insegurança Alimentar

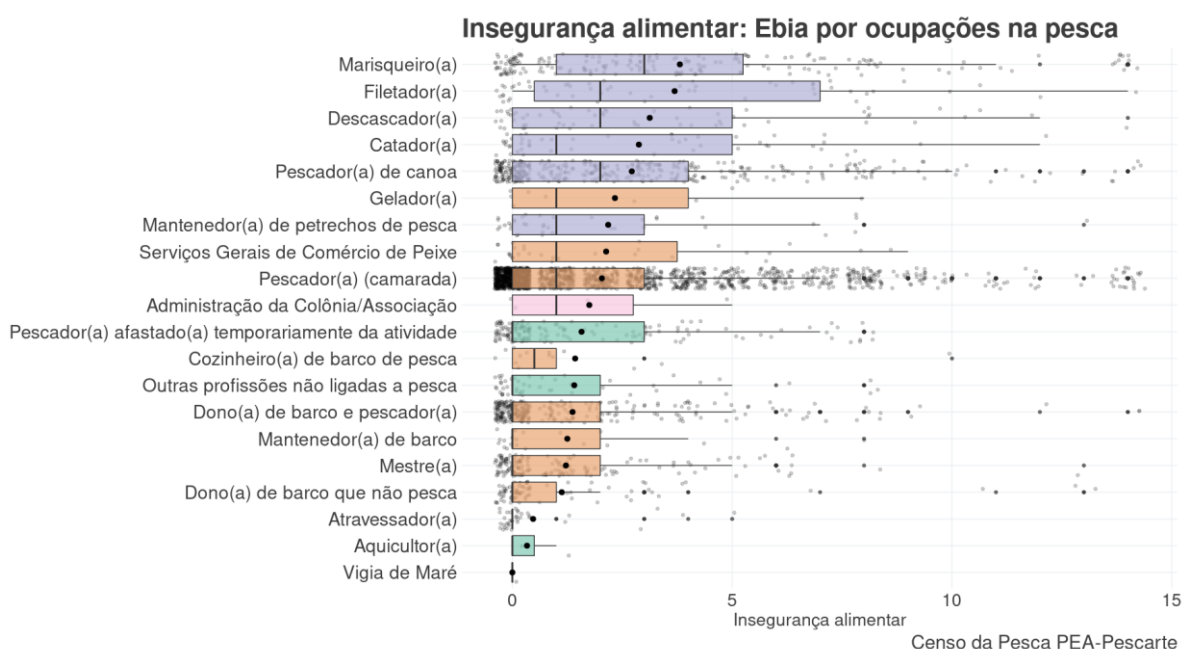
O indicador sobre a situação de insegurança alimentar possui variação de 0 a 14 pontos. Esta variação foi obtida a partir da soma de respostas afirmativas às questões que permitiam operacionalizar o conceito de insegurança alimentar de acordo com a escala EBIA³ (Cunha et

³ Link de acesso em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>.

al., 2019). A partir desse *score*, os respondentes são classificados em situação de insegurança alimentar quando obtinham zero ponto; insegurança leve quando a pontuação variava de 1 a 5 pontos; insegurança moderada quando a pontuação era de 6 a 10 pontos e insegurança grave quando a pontuação obtida era de 11 a 14 pontos.

O cruzamento entre os grupos de ocupações da pesca e esta dimensão indica grave insegurança alimentar entre os(as) Catadores(as), Descascadores(as) Filetadores(as) e Marisqueiros(as). Esses são os que possuem maior pontuação média, sendo assim os casos com maior índice de insegurança alimentar. No outro extremo encontramos os(as) Aquicultores(as) e Atravessadores(as) que possuem menor média na pontuação.

Gráfico 3: Insegurança alimentar: EBIA por ocupações na pesca



Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

Se, nos índices anteriores estar no topo do gráfico indicava, superioridade per capita e de capacidade de consumo, no indicador da insegurança alimentar estar no topo é estar passando fome.

No entanto, ainda que com fome e baixos capitais econômicos, essas ocupações em elevado índice de insegurança alimentar, apresentam-se com destaque considerável no tocante ao capital social, como revelado na próxima dimensão de análise que refere-se ao indicador de capital social e ocupação da classe pesqueira.

2.1.4 Capital Social

Esta dimensão foi operacionalizada a partir do bloco de perguntas *survey* que busca mensurar a propensão ao associativismo entre os trabalhadores(as) na cadeia da pesca (Peixoto; Belo, 2019). Dentre as perguntas feitas aos sujeitos⁴, escolhemos: se participa e com que frequência.

Estabelecemos um critério de pontuação: os que responderam que participam ganharam 1 ponto, os que responderam que não, ganharam 0 pontos. No tocante à frequência com que participam atribuímos 4 pontos aos que responderam que foram em todas as reuniões, 3 pontos aos que responderam que participaram de quase todas. Aos que responderam que participaram de quase nenhuma e nenhuma reunião, atribuímos, 2 e 1 pontos, respectivamente.

Tabela 2. Pontuação de Associativismo

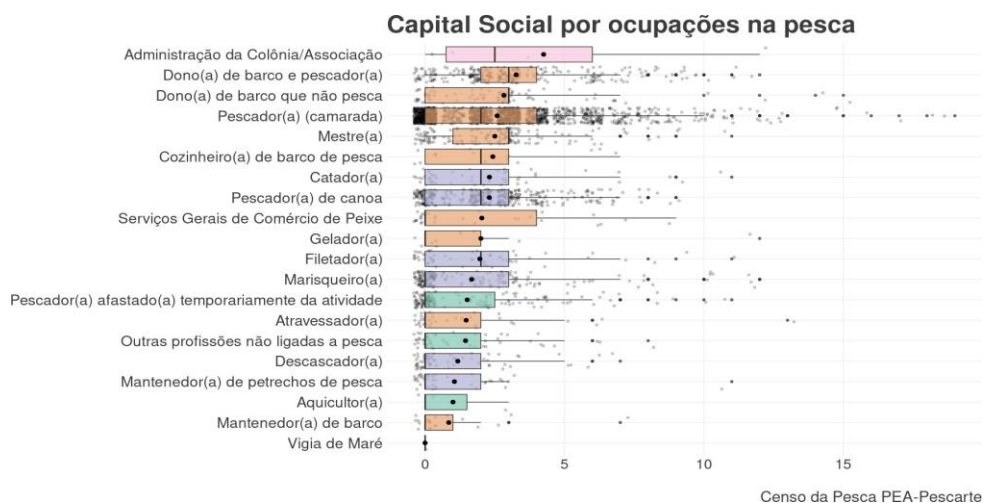
Tabela 2: Pontuação de Associativismo

	Participa?		Frequência			
	Sim	Não	Todas as reuniões	Quase todas as reuniões	Quase nenhuma reunião	Nenhuma reunião
Colônia de Pesca	1	0	4	3	2	1
Associação de Pescadores	1	0	4	3	2	1
Associação de Aquicultores / Pescadores	1	0	4	3	2	1
Associação de Marisqueiras	1	0	4	3	2	1
Associação dos Moradores	1	0	4	3	2	1
Sindicato	1	0	4	3	2	1
Cooperativa	1	0	4	3	2	1
Partidos Políticos	1	0	4	3	2	1
Associação de pais e alunos	1	0	4	3	2	1

Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

Não surpreende no gráfico, a posição dos(as) Administradores(as) da Colônia/Associação, pelo próprio exercício de suas funções nos cargos que ocupam, o que surpreende são as posições dos (as) Catadores, Marisqueiras(as) e Filetadores(as), que conforme destacado, estavam em posições que sugerem maior sofrimento sócio-risco (alto índice de insegurança alimentar, baixa quantidade (per capita) de recursos financeiros e baixo índice de consumo). Ao contrário dos debates clássicos da teoria, os dados sugerem que entre os participantes do *survey*, entre os sujeitos mais vulneráveis, um esforço em ocupar arenas de participação, ou minimamente a identificação desses espaços como *lócus* de uma rede de proteção inspirando que participem.

⁴ CSLF.1. Eu vou citar algumas instituições associativas e gostaria de saber se elas existem, se o (a) Sr. (Sra.) ou algum familiar participa de alguma delas, quando aconteceu a última reunião, se participou dela, se não, porque não participou, e com que frequência o (a) Sr (Sra.) participou das reuniões.

Gráfico 4: Capital social por ocupação na pesca

Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

O argumento que pretendemos refletir com a construção do presente modelo é o de que ao olhar separadamente esses índices, é possível identificar que esses indivíduos são em sua maioria pobres, porém há entre esse estrato uma heterogeneidade que precisa ser melhor cotejada. Entendemos que elaborar políticas públicas e ações de mitigação de impacto ambiental, sem considerar essa heterogeneidade, deixando a cargo da discricionariedade dos agentes implementadores das políticas a responsabilidade de equanimizar as diferenças de necessidades e expectativas, perpetua assimetrias e intensifica vulnerabilidades.

No entanto, olhar dados desagregados e a cada índice separadamente ainda que tenha oferecido pontes a importantes *insights* e informações na etapa exploratória do estudo, não nos permite qualificar as características que aproximam ou afastam os grupamentos. Como um esforço nessa direção partimos para a etapa de elaboração de um modelo de sóciorisco, agregando os quatro indicadores aqui descritos⁵.

2.1.5 Grupos de ocupações na pesca artesanal

A fim de construir um modelo do sóciorisco agregamos os quatro indicadores anteriormente descritos. Com o objetivo de identificar a homogeneidade/heterogeneidade intragrupos e de refinar as análises sobre estratos sociais na pesca artesanal, de forma a evidenciar os mais vulneráveis entre os vulneráveis, buscamos mensurar a organização dos grupos das ocupações por meio da técnica de clusterização.

Como um dos procedimentos padrões para a técnica estatística multivariada aplicada no

⁵ Resultados desses estudos estão disponíveis em: (Inserir; SBS; revistas, congressos...).

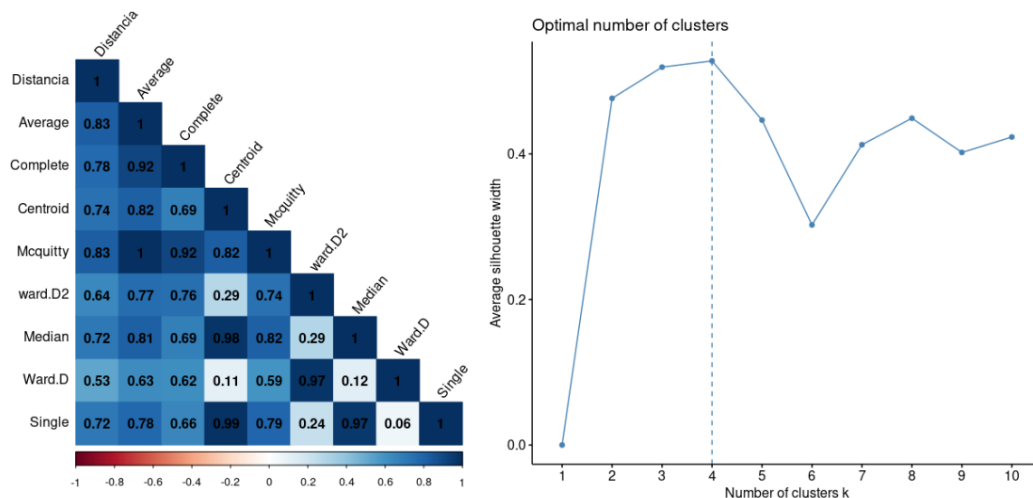
trabalho, o método de cálculo das distâncias - critério de escolha para os agrupamentos - foi o Euclidiano que é descrito pela equação abaixo:

$$d(\underline{x}, \underline{y}) = \sqrt{\sum_{i=1}^p (x_i - y_i)^2}$$

Ainda como um passo para construção da análise de cluster, foi calculado o número ótimo de clusters. Para definir a quantidade de grupos utilizou-se o teste de “silhueta”, que define o número ótimo de cluster por meio da comparação das médias de máximos e mínimas distâncias de cada observação para o grupo em si.

A escolha do método de mensuração das distâncias intragrupos se deu por meio da matriz de correlação cofenética entre o vetor de distâncias euclidianas (“Distância”) com os resultados dos diferentes métodos (“Average”, “Complete”, “Centroid”, “Ward.D2”, etc.). A partir deste teste, foi selecionado o método *average* que apresentou correlação cofenética (0.83) mais próxima de 1 o que indica a melhor solução de agrupamento.

Figura 1: Correlação cofenética e número ótimo de cluster



Fonte: Elaboração própria.

Como base para a averiguação do cálculo das distâncias de dois conjuntos de observações clusterizadas foi feito o teste cophenetic⁶ entre as observações do censo. Esse teste permite observar a dissimilaridade entre os grupos.

⁶ Por meio da função cophenetic do pacote stats (hospedado no R-Cran).

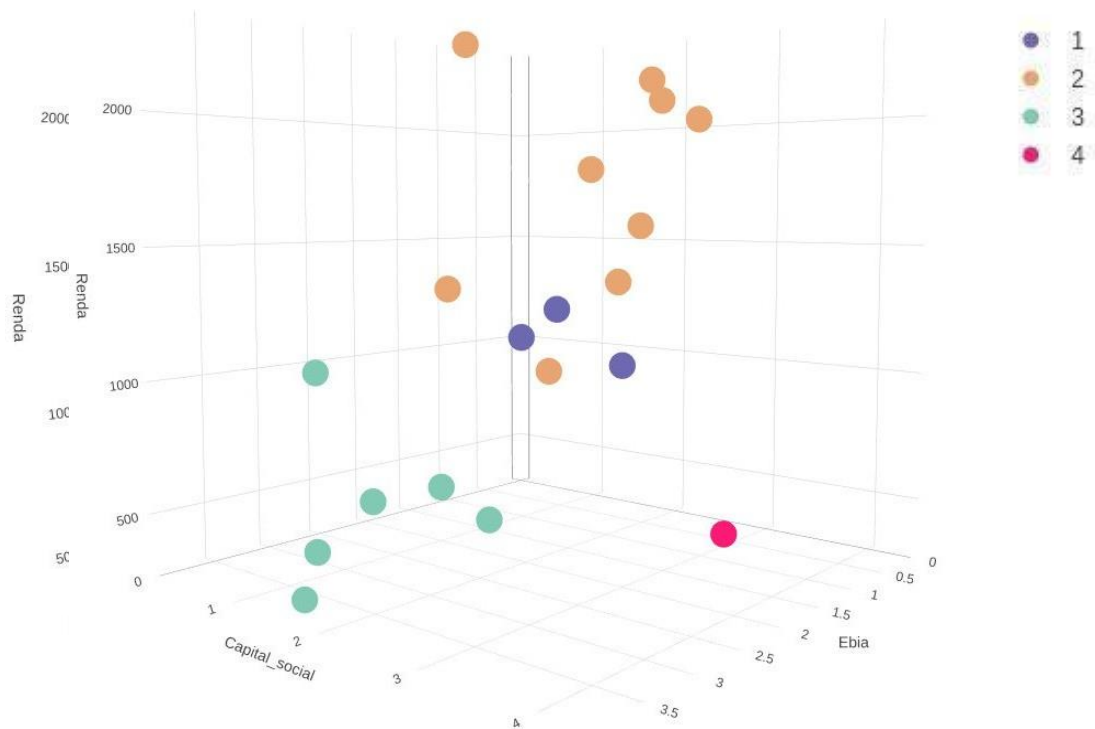
2.1.6 Interações dos quatro grupos entre três dimensões

A partir do gráfico de dispersão tridimensional com as variáveis no nível individual (pescadores) é possível afirmar que há uma grande concentração nos estratos médios devido a grande quantidade de casos entre os “pescadores camaradas” e “pescadores afastados temporariamente”.

O gráfico revela agrupado no grupo 1 os sujeitos em maior vulnerabilidade, a “ralé” da pesca, nos termos (Souza; Grillo, 2009), o que corrobora os debates da temática da imposição desigual dos riscos ambientais entre pescadores artesanais que identificam grande vulnerabilidade entre esses sujeitos, e conforme revelado na Bacia de Campos, pelo Diagnóstico Rápido Participativo, realizado pela consultoria SOMA, no ano de 2012. Nesta direção, é importante destacar que assim como indica o dendrograma na seção a seguir, há uma concentração dos casos nas regiões do gráfico que revelam que a maioria dos sujeitos tem renda familiar per capita baixa e estão localizados abaixo de C2 na classificação do critério renda Brasil aplicado ao Censo da Pesca, porém com diferentes níveis de insegurança alimentar. O que reforça o argumento da necessidade de aprofundamento das análises, por meio de abordagem qualitativa, a fim de descortinar a heterogeneidade entre o que convencionou-se chamar: pobres, e as distinções entre os sujeitos que compõem o que vínhamos chamando de “classe da pesca”.

A seguir apresentamos os quatro grupos e as ocupações neles contidas.

Gráfico 5: Dispersão entre interação Renda, Capital Social e EBIA



Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

Conforme argumentado na construção da hipótese da tese, chama a atenção a localização do grupamento 1, onde estão as marisqueiras, catadoras, descascadeiras e filetadeiras, na interação com a dimensão capital social, vemos aqui, indicativos importantes de adesão à participação entre os mais pobres, o que inspira outros testes e análises qualitativas, que serão apresentados em outras seções.

Por agora, o intuito principal de criar os quatro indicadores descritos anteriormente e interagi-los com as ocupações na pesca foi o de verificar possíveis grupos com características individuais semelhantes entre si e diferentes das características dos elementos de outros grupos. Para este objetivo foi aplicado a técnica estatística de análise de agrupamentos (cluster)⁷ hierárquico com base na similaridade (distância) entre os sujeitos.

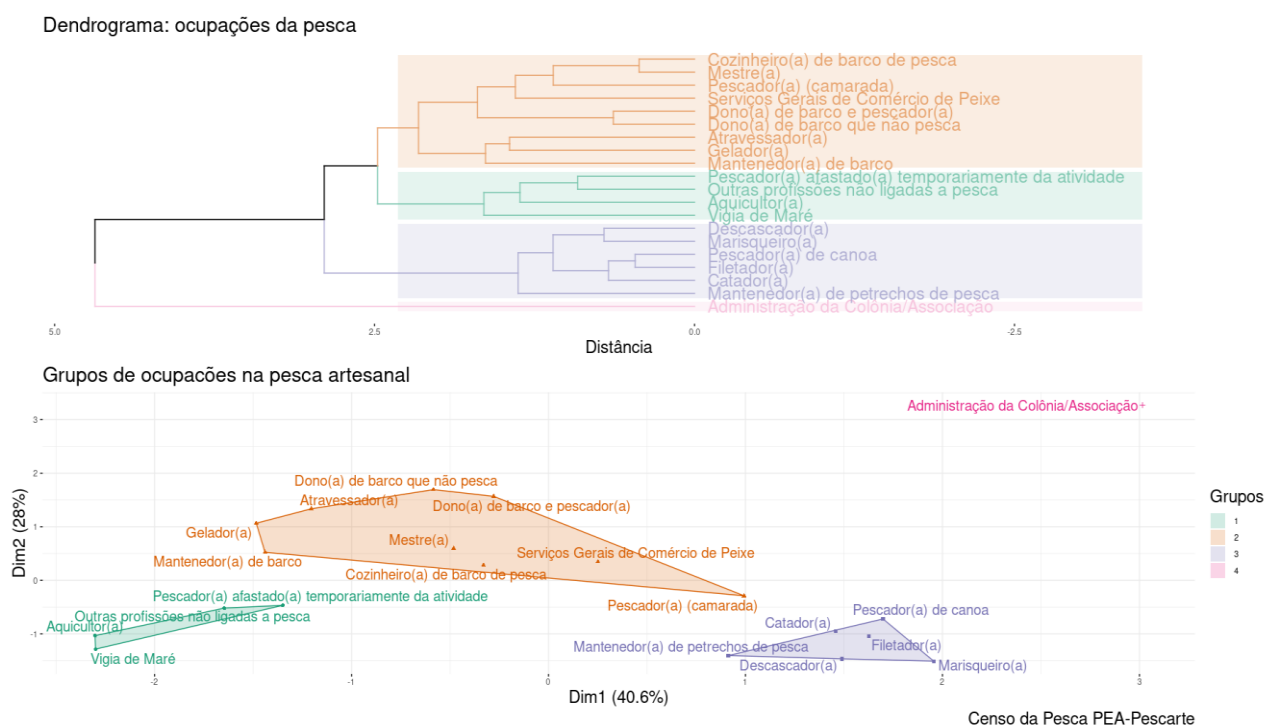
⁷ Para o desenvolvimento da análise foi utilizado o pacote factoextra integrado ao Software estatístico R.

2.1.7 Análises de Cluster

Procedemos a análise de agrupamentos para classificar as ocupações a partir das semelhanças e diferenças entre os indivíduos que pertencem a cada grupo. O agrupamento dos indivíduos foi feito em função das quatro dimensões (renda per capita, insegurança alimentar, classe de consumo e capital social).

A partir do cálculo da distância entre os grupos, agrupados por semelhanças intra-grupo e dissimelhanças entre os grupos, o resultado pode ser visualizado por meio do dendrograma a seguir e do gráfico 6.

Gráfico 6: Dendrograma ocupação na pesca e grupos por aproximação



No dendrograma observamos quatro grupos, dentre os quais o grupo 4 concentra os sujeitos com rendas mais elevadas, maior poder de consumo, maior capital social e em situação de segurança alimentar, esse cluster contém apenas a ocupação: administradores de Colônia/Associação. O grupo 3, destacado em azul, concentra as ocupações em maior vulnerabilização: Descascador(a), Marisqueiro(a), Pescador(a) de canoa, Filetador(a), Catador(a) e Mantenedor(a) de petrechos de pesca. Sendo essas ocupações exercidas majoritariamente exercidas por mulheres, podemos inferir daí que, as mulheres estão em maior risco.

Conforme sugerem as análises iniciais, os pescadores(as) artesanais do CENSO da pesca

artesanal estão concentrados nos estratos mais baixos, abaixo do estrato C2 do Critério Brasil. Ou seja, há altas concentrações dos sujeitos em baixos valores dos estratos, ao aplicar o Critério Brasil na análise crítica do censo da pesca artesanal da região do norte fluminense, semelhante a um funil invertido, remetendo ao diagrama – Representação das Classes Sociais por Níveis de Renda apresentada por Darcy Ribeiro. Neste sentido:

O critério utilizado foi um índice de conforto doméstico medido objetivamente pelos bens que havia na vivenda. Uma trempe para cozinhar, um pote, um prato e alguns talheres podiam valer quarenta pontos; enquanto uma casa cheia de todos os bens, com televisão, geladeira, telefone e automóveis, podia valer até 2800 pontos (Ribeiro, 2015, p. 161).

Conforme apresentaremos no debate teórico, grande parte dos estudos tem nessa clivagem a chave explicativa, mas nossos dados sugerem um comportamento diferente entre os sujeitos da pesca artesanal. Em segundo momento, a análise dos *boxplots* permitiu visualizar paridade em relação ao critério de renda entre a distribuição dos casos dos autodeclarados brancos e pardos.

As medianas de todas as categorias estão centradas aproximadamente em 17 pontos do critério de renda, ou seja, metade dos casos do CENSO estão localizados nas pontuações mais baixas do indicador. Esse dado nos conduz à ratificação exposta no debate teórico para investigar essa estratificação nos sujeitos das comunidades analisadas.

As análises iniciais do estudo dos dados do primeiro CENSO da Pesca sugerem paridade com os achados clássicos, no tocante à concentração da população da amostra nas classes abaixo do que o critério de consumo renda Brasil rotula como classe C2.

Tabela 3. Resultado do critério renda Brasil em classes

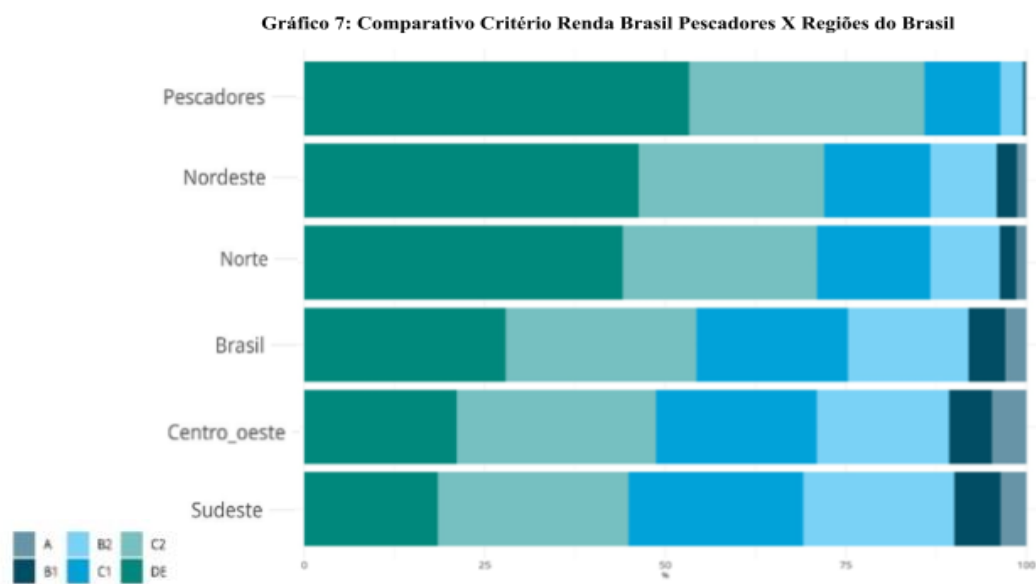
Estratos	Pontos	%
1- A	43.5 – 5.1	0.20
2 – B1	35 – 43.5	0.74
3 – B2	26.5 – 35	5.01
4 – C1	18 – 26.5	26.33
5 – C2	9.5 – 18	63.04
6 – D – E	0.949 – 9.5	4.65

Fonte: Elaboração a partir do Critério Renda Brasil- ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa.

Os dados do segundo censo apresentados no gráfico a seguir, no tocante a renda mostram que se a pesca fosse uma região do país, seria a mais vulnerabilizada ainda que observe-se incremento na renda, conforme achados no âmbito da linha de pesquisa do PEA Pescarte, “Análise Crítica do Censo e Produção de Indicadores Sociais da Pesca na Bacia de

Campos dos Goytacazes-RJ”, liderada pelos pesquisadores Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves e Dr. Vitor de Moraes Peixoto.

Gráfico 7: Comparativo Critério Renda Brasil Pescadores x Regiões do Brasil



Fonte: Linha de pesquisa Análise Crítica do Censo e Produção de Indicadores Sociais da Pesca na Bacia de Campos dos Goytacazes-RJ e Núcleo CENSO PEA Pescarte., produzido com base no 2º Censo da Pesca PEA Pescarte, 2023, coleta parcial setembro 2023.

Fonte: Elaboração com base no 2º Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2023.

Como podemos observar no gráfico anterior, os dados de renda consumo dos pescadores, comparados com os dados de renda e consumo do Critério Brasil, mostram os pescadores nos níveis de renda/consumo abaixo de C2, semelhante ao encontrado no primeiro CENSO da Pesca do PEA Pescarte apresentado na presente seção, ainda que análises realizadas pelos pesquisadores da linha de pesquisa do PEA Pescarte “Análise Crítica do Censo e Produção de Indicadores Sociais da Pesca na Bacia de Campos dos Goytacazes-RJ”, Dr. Jorge Alexandre Neves e Dr. Luciano Matar da Universidade Federal de Minas Gerais, indiquem incremento na renda, sugerindo o sucesso dos processos empreendidos pelas condicionantes de licença que abordaremos na seção a seguir.

2.2 Participação e Avaliação de PEAs em execução no período de 2010 a 2016 a partir dos dados do 1º CENSO da Pesca/PEA Pescarte (2016)⁸

É através das condicionantes de licenças, previstas no licenciamento ambiental federal

⁸ Publicado na Revista Brasileira com o título: Participação e avaliação de projetos de Educação Ambiental nos municípios limítrofes à bacia petrolífera de Campos (RJ) em parceria com Vitor de Moraes Peixoto, Larissa Martins Marques e Lara Bernardo de Oliveira, aos quais agradeço. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13950>.DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v15.13950>.

que obrigasse às empresas uma série de ações compensatórias, entre as quais, a realização de projetos de educação ambiental, PEA, integrantes de Programas de Educação Ambiental, a serem conduzidos pelo IBAMA, realizados em diversas regiões do país.

A fim de cotejar uma das dimensões da participação entre sujeitos de comunidades tradicionais de pesca artesanal no período de início das atividades dos PEA Pescarte, tomamos como *proxy* da participação a adesão à participação e avaliação em Projetos de Educação Ambiental na Bacia de Campos, a partir dos dados do Censo realizado pelo PEA Pescarte entre 2014 e 2016.

Dialogando com os debates sobre a importância da participação democrática, observamos as dimensões do engajamento e participação dos sujeitos cotejando a adesão e avaliação que os entrevistados do CENSO PEA Pescarte fazem sobre os PEAs (vigentes no período entre 2010 a 2016) na Bacia de Campos.

Aqueles que informaram participar e assim responderam as questões desse bloco de perguntas, ainda que seja um baixíssimo número, avaliaram positivamente os projetos de educação ambiental vigentes no período recortado. Seguindo o esperado pela teoria, de que participantes tendem a avaliar mais positivamente aos serviços, políticas, etc.

As análises a seguir, tem como foco o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos – PEA-BC e os seus projetos de educação ambiental- PEA⁹ que fazem parte do licenciamento de Petróleo e Gás e que existiam entre 2010-2016 até o momento da realização do Censo da Pesca, realizado pelo PEA Pescarte. Estes PEAs são conduzidos pelo IBAMA como condicionantes das empresas licenciadas¹⁰.

Tais projetos englobam municípios que estão localizados desde o centro-norte do Estado do Rio de Janeiro até o Sul do Estado do Espírito Santo. Dentro dessa localidade sedimentar, existem os empreendimentos de cinco empresas (Petrobras; Shell, Equinos, PetroRio e Dommo) e sete projetos de educação ambiental regionais. A dinâmica dos projetos de educação ambiental visa construir a emancipação e autonomia dos sujeitos através, principalmente, de um processo educativo de orientação freiriana.

Os PEAs presentes na Bacia de Campos até 2014 foram analisados por meio das questões do *survey* do CENSO da pesca do PEA Pescarte.

A partir dos dados apresentados no site PEA-BC, pesquisa documental e relatos de participantes dos projetos, organizamos breves descrições dos PEAs em questão:

⁹ PEAs - Projetos de Educação Ambiental.

¹⁰ No caso do presente estudo, pelos empreendimentos marítimos de produção de petróleo e gás na bacia sedimentar de Campos, processo nº 0222.008099/02-18, com recorte temporal no início do Censo da Pesca do PEA Pescarte.

- **FOCO:** O Projeto de Educação Ambiental Fortalecimento da Organização Comunitária (PEA-FOCO) é executado desde 2011 pela empresa Equinor. Com o objetivo de incentivar a criação e/ou fortalecer organizações comunitárias, incorporando e trabalhando com as mulheres inseridas direta ou indiretamente nas atividades identificadas com a pesca artesanal. Sendo assim, os sujeitos da ação educativa são as mulheres que estão relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal, além de sua atuação na Linha de Ação A, o que implica no fortalecimento da organização comunitária para a atuação na gestão ambiental pública.

- **NEA-BC:** O Projeto Núcleo de Educação da Bacia de Campos (NEA-BC) tem como sujeitos da ação educativa, os jovens e as lideranças comunitárias da região. O projeto atua desde 2008 visando incentivar e promover a participação popular na definição de políticas públicas, produzir e disseminar conhecimentos na perspectiva de uma Educação Ambiental crítica e transformação. O NEA-BC é executado pelo convênio firmado entre a Petrobras e a Associação NEA-BC e está atuando com base na Linha de Ação C.

- **OBSERVAÇÃO:** O Projeto de Educação Ambiental Observação teve sua atuação alocada na Linha de Ação D e tinha como objetivo identificar, monitorar e encaminhar os impactos socioambientais da cadeia produtiva de petróleo e gás na região nos municípios sob a influência do empreendimento Campo de Polvo. O projeto estava sob responsabilidade da PetroRio e era realizado junto a representantes da sociedade civil, comunidades quilombolas, pescadores(as) artesanais, agricultores familiares, entre outros. Suas atividades foram encerradas em dezembro de 2020. Sendo incorporado ao PEA Rema, formando o PEA Redes de Observação a partir do ano de 2021.

- **QUIPEA:** Quilombos no Projeto de Educação Ambiental (Quipea) é executado pela empresa Shell Brasil, está baseado na Linha de Ação A com a proposta de desenvolver ações de Educação Ambiental com a perspectiva de fortalecer as comunidades quilombolas em suas lutas por respeito, reconhecimento e garantia de direitos de cidadania, principalmente o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e o direito de existir como quilombolas. Sendo assim os sujeitos da ação educativa são membros de Comunidades Quilombolas presentes na Bacia de Campos. O projeto atua desde 2010.

- **REMA:** O Projeto Rede de Estudos para o Meio Ambiente (REMA), encerrado em dezembro de 2020, teve como sujeitos da ação educativa, jovens ligados à pesca artesanal e foi executado pela PetroRio. O projeto atuava na Linha de Ação A com o objetivo de organização comunitária de jovens ligados à pesca artesanal, na perspectiva de contribuir para participação qualificada dos sujeitos da ação educativa na gestão pública. Sendo incorporado ao PEA

Observação, formando o PEA Redes de Observação a partir do ano de 2021.

- **PROJETO PÓLEN:** Criado em 2006 e extinto em 2013, elaborado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o PEA Pólen abarcou 13 municípios da área de influência da Bacia de Campos e revelou lideranças por meio de formações e do diagnóstico participativo. Algumas dessas lideranças comunitárias seguem ativas como parte dos sujeitos da ação educativa e também da equipe técnica dos Projetos de Educação Ambiental que o substituíram, a saber: PEA Pescarte e Territórios do Petróleo. Esses dois PEAs foram criados pela Petrobras em cumprimento às diretrizes da Norma Técnica 01/10 e como resposta ao Diagnóstico Participativo. Seus sujeitos da ação educativa eram professores/as e técnicos/as das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Educação e lideranças ambientalistas de organizações da sociedade civil (Walter et al., 2021).

- **PROJETO OGX:** O Projeto OGX, teve como sujeitos da ação educativa pescadores(as) artesanais com o foco na gestão e sustentabilidade dos projetos resultantes do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP)¹¹. O projeto era baseado na Linha de Ação D e era executado pela empresa OGX (Serrão, 2012).

É importante ressaltar que cada PEA presente no PEA-BC possui o seu público-alvo. Entretanto, o CENSO, por ser feito pelo PEA-Pescarte, aplica o seu questionário apenas ao grupo prioritário do seu executor, isto significa que, as avaliações encontradas e analisadas sobre os PEAs serão baseadas na visão que os pescadores(as) artesanais, ou seja, sujeitos da ação educativa do PEA-Pescarte, tem sobre os outros PEAs que estavam presentes na região da Bacia de Campos no recorte geográfico dos sete municípios da área de abrangência do PEA Pescarte, à época da aplicação do *survey* (2014 a 2016) e com o recorte temporal de referência para a resposta dos entrevistados de 2010 a 2016.

Com base em metodologia quantitativa foram realizadas descrições da composição do censo em relação ao número de indivíduos que participam dos projetos de educação ambiental de acordo com o sexo, escolaridade, município de residência e a ocupação na pesca. Em segundo momento, realizou-se uma análise multivariada com o intuito de analisar quais os principais fatores capazes de aumentar a probabilidade de participação dos sujeitos da pesca nos PEAs.

¹¹ O PCAP consiste em um plano que visa compensar as comunidades pesqueiras artesanais em virtude da interferência e impacto causados às suas atividades de pesca e qualidade de vida. Trata-se da destinação de recursos, através do fomento de projetos locais voltados ao fortalecimento da atividade de pesca artesanal e do uso sustentável dos recursos pesqueiros, segundo o site da Petrobras. Disponível em: <https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/programa-ambiental/plano-de-compensacao-da-atividade-pesqueira-pcap.html>. Acesso em 07/Abril/2022.

São os pescadores(as) artesanais presentes nos 7 municípios do PEA-Pescarte que avaliaram os demais Peas. Cabe deixar claro que os sujeitos da ação educativa (SAEs) dos PEAs avaliados podem não coincidir com os SAEs do PEA Pescarte, como por exemplo, casos entre os quilombolas que não são pescadores ou mesmo pescadores que participaram dos PEA fora da área de abrangência do PEA Pescarte. A avaliação aqui realizada se restringe aos pescadores(as) artesanais que responderam ao Censo da Pesca do PEA Pescarte e não de todos os sujeitos dos demais PEAs.

Foram avaliados sete projetos específicos por meio de cinco perguntas para cada¹², são eles: REMA, Quipea, NEA, FOCO, OBSERVAÇÃO, PEA OGX e Pólen. Permitiu-se também que os entrevistados relatassem participações em outros projetos que não os especificados.

Quadro 1: Instituições executoras, empresas e sujeitos da ação educativa dos projetos

PEAS	Instituição executora	Empresa	Sujeitos da ação educativa
Nea BC	Associação Raízes	Petrobras	Jovens e lideranças comunitárias da região
FOCO	Consultoria: Transformar	Equinor	Mulheres ligadas à pesca artesanal
QUIPEA	Ambiental Engenharia e Consultoria	Shell Brasil	Comunidades quilombolas
PEA OGX	SOMA	OGX	Pescadores(as) artesanais
REMA	AECOM (uma empresa de consultoria ambiental)	PetroRio	Jovens relacionados à pesca artesanal
Observação	Associação Observação Ambiental Engenharia e Consultoria	PetroRio	Representantes da sociedade civil e sujeitos prioritários da ação educativa
Pólen	UFRJ	Petrobras	Professores/as e técnicos/as das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Educação e lideranças ambientalistas de organizações da sociedade civil

Fonte: Elaboração própria¹³.

¹² As questões do survey das quais nos valem para operacionalizar os conceitos de participação e avaliação dos PEA para a análise, foram: O(a) Sr. (Sra.) já participou de alguma atividade ligada a um projeto de educação ambiental, (como oficinas, peças de teatro, devolutivas ou reuniões com a comunidade para discutir questões relacionadas à pesca), que tenha sido realizado nos últimos 5 anos na sua comunidade? Nós vamos listar 7 projetos de educação ambiental e gostaríamos que o (a) Sr. (Sra.) falasse de qual projeto participou, pode ser mais de um, dizendo como ficou sabendo e se concluiu sua participação no projeto. Tendo em vista a nossa conversa gostaria de saber a sua disposição em participar e contribuir com o projeto PESCARTE. Por favor, indique seu interesse em uma escala de 0 a 10 em que zero significa nenhum interesse e 10 muito interesse. Fonte: Censo da Pesca PEA-Pescarte disponível em <https://uenf.br/cch/lesce/files/2019/10/Livro-1-eBook.pdf>.pg. 324.

¹³ Resgate histórico construído a partir de entrevistas informais com participantes e trabalhadores dos projetos.

A primeira questão do bloco de Educação Ambiental se refere à participação em algum projeto. Logo após passam aos sete projetos específicos quanto não somente à participação, mas também à frequência e modo de participação, a forma que ficou sabendo do projeto, motivos de abandono ao projeto e por fim avaliação geral.

Foi possível identificar que 3.314 respondentes não participaram de projetos de educação ambiental, o que representa 98,7% do total de 3.355 questionários válidos. Apenas 241 (7,2%) haviam participado de alguma atividade como oficinas, peças de teatro, devolutivas ou reuniões com a comunidade para discutir questões relacionadas à pesca nos últimos cinco anos. Não responderam 108 indivíduos e outros 15 declararam não saber.

Em Campos dos Goytacazes, dos 565 respondentes apenas 36 (6,4%) haviam participado de alguma atividade como oficinas, peças de teatro, devolutivas ou reuniões com a comunidade para discutir questões relacionadas à pesca nos últimos cinco anos. Não responderam 19 indivíduos e outros 2 declararam não saber. Em Macaé, do total de 296 respondentes apenas 17 (5,7%) haviam participado de alguma atividade dos PEAS. Não responderam, 6. Em São Francisco do Itabapoana, 985 responderam e 74 (7,5%) participaram de algum PEA. Não responderam, 34. Em São João da Barra, dos 472 apenas 19 (4%) participaram. Não responderam, 9. Em Arraial do Cabo, 378 responderam o questionário e apenas 47 (12%) haviam participado. Não responderam, 13. Em Cabo Frio, 509 responderam ao Censo e apenas 30 (5,9%) participaram de algum PEA. Por fim, em Quissamã, 150 responderam e apenas 18 (12%) haviam participado.

Tabela 4: Participação em projetos de educação ambiental

Participação em PEA	Pea		Total
	Não	Sim	
Município			
Campos dos Goytacazes	529 (94%)	36 (6.4%)	565 (100%)
Macaé	279 (94%)	17 (5.7%)	296 (100%)
São Francisco do Itabapoana	911 (92%)	74 (7.5%)	985 (100%)
São João da Barra	453 (96%)	19 (4.0%)	472 (100%)
Arraial do Cabo	331 (88%)	47 (12%)	378 (100%)
Cabo Frio	479 (94%)	30 (5.9%)	509 (100%)
Quissamã	132 (88%)	18 (12%)	150 (100%)
Total	3,114 (93%)	241 (7.2%)	3,355 (100%)

Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

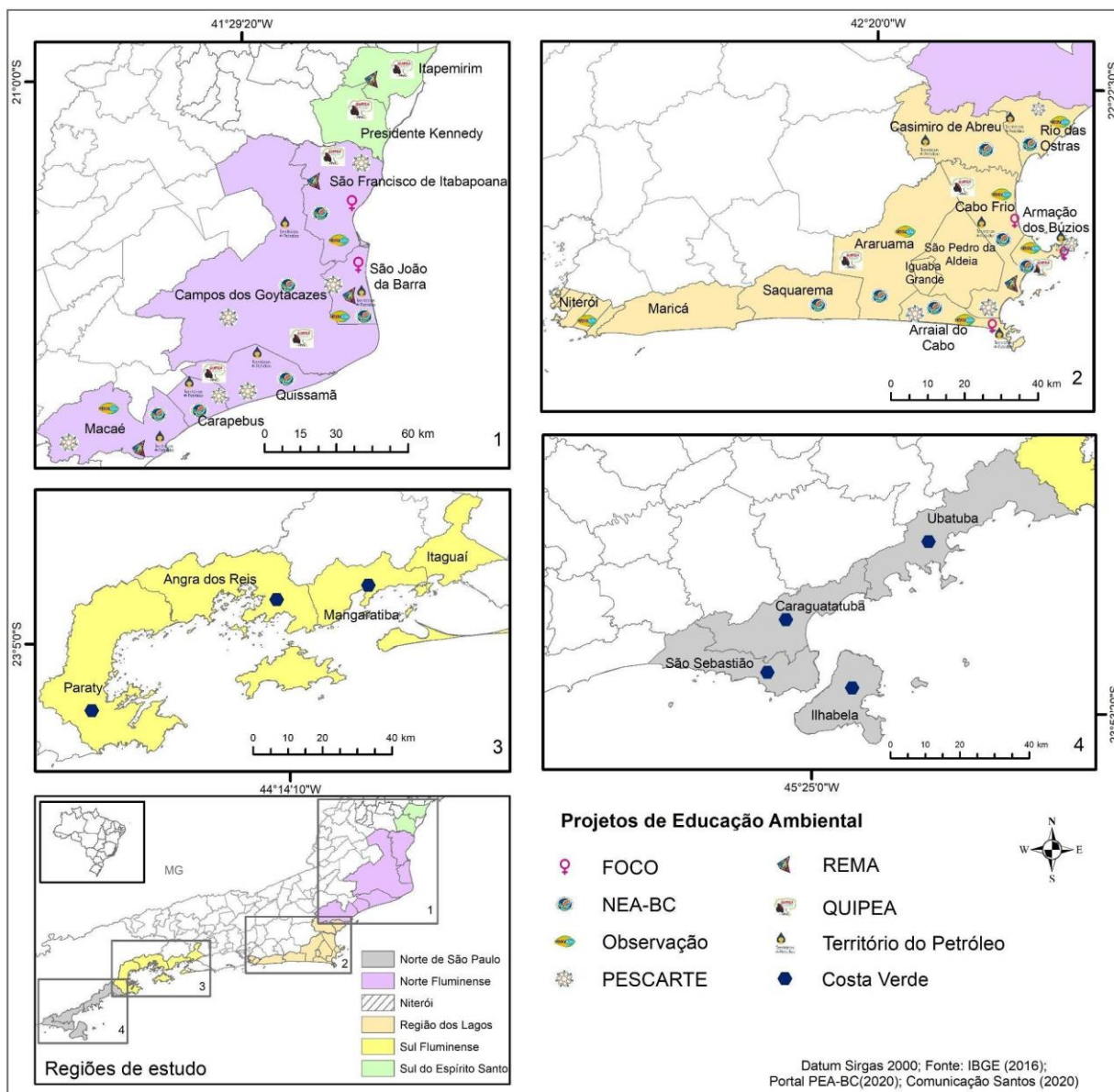
A primeira coluna da Tabale 4 apresenta os municípios da área de abrangência atual do PEA Pescarte. Na segunda coluna apresentamos o mapa com os percentuais de participação de acordo com os municípios de execução dos projetos. As colorações mais escuras indicam níveis mais elevados de participação. Arraial do Cabo e Quissamã foram os municípios que apresentaram níveis mais elevados de participação. Este fato pode ser explicado pela distribuição desigual dos PEAs no território à época da realização do CENSO PEA Pescarte, distribuição desigual que se mantém conforme observado pelos estudos do Projeto PARMIS, apresentado na figura 2. Há municípios que tendem a concentrar mais projetos do que outros ou mesmo possuir mais pescadores(as) artesanais. Mais adiante será realizada uma análise multivariada com o objetivo de controlar esta variação da oferta de projetos entre os diferentes municípios, assim como ponderar a concentração de pescadores no território.

Como mostra a distribuição dos PEAs apresentada pelo **Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS)** no mapa a seguir, e conforme resultados debatidos e divulgados pela equipe do PARMIS¹⁴, podemos observar a sobreposição de PEAs nos territórios. Essa questão é uma das problemáticas que vem subsidiando as propostas no âmbito do Eixo 4 do Plano Macro (IBAMA) - Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro¹⁵, na direção de evitar sobreposição de atividades, por exemplo.

¹⁴ Disponível em: https://maress.furg.br/images/Doc_1_e_apendices_16092023.pdf.

¹⁵ Proposição de Programas Macrorregionais para comporem o Eixo 4 do Plano Macro Disponível em https://maress.furg.br/images/PARMIS_Documentos_2_e_3_31072023_v2.pdf.

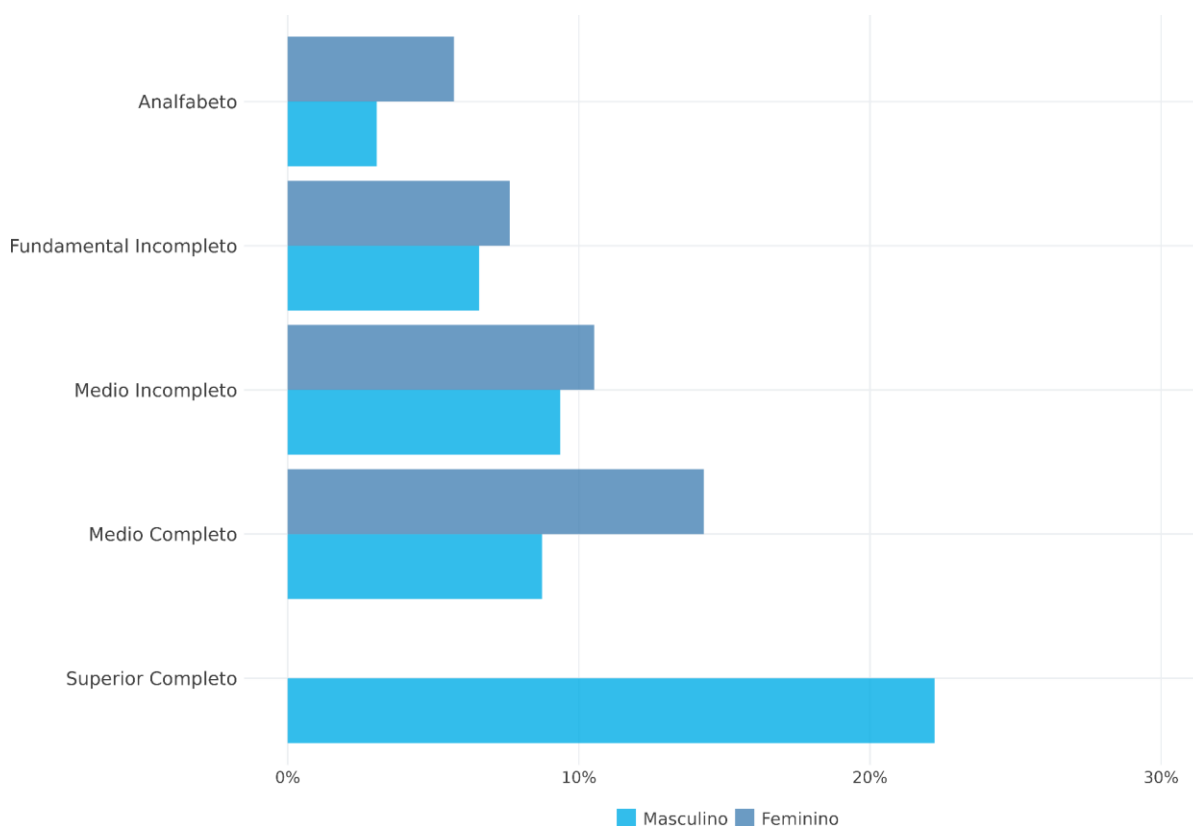
Figura 2: Distribuição dos Projetos de Educação Ambiental segundo PARMIS



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do PEA PARMIS/Laboratório MARES¹⁶.

Dando continuidade à análise das avaliações realizadas pelo CENSO da Pesca PEA Pescarte, no tocante ao gênero, os homens apresentaram um percentual de 6,8% enquanto as mulheres 8,6% de participação nos projetos. Este dado aparenta evidenciar uma participação mais alta entre as mulheres do que entre os homens. A figura 2 acima apresenta o percentual de participação de acordo com o gênero e a escolaridade. Quanto à escolaridade, em todas as categorias em que aparecem as mulheres, elas também participam mais.

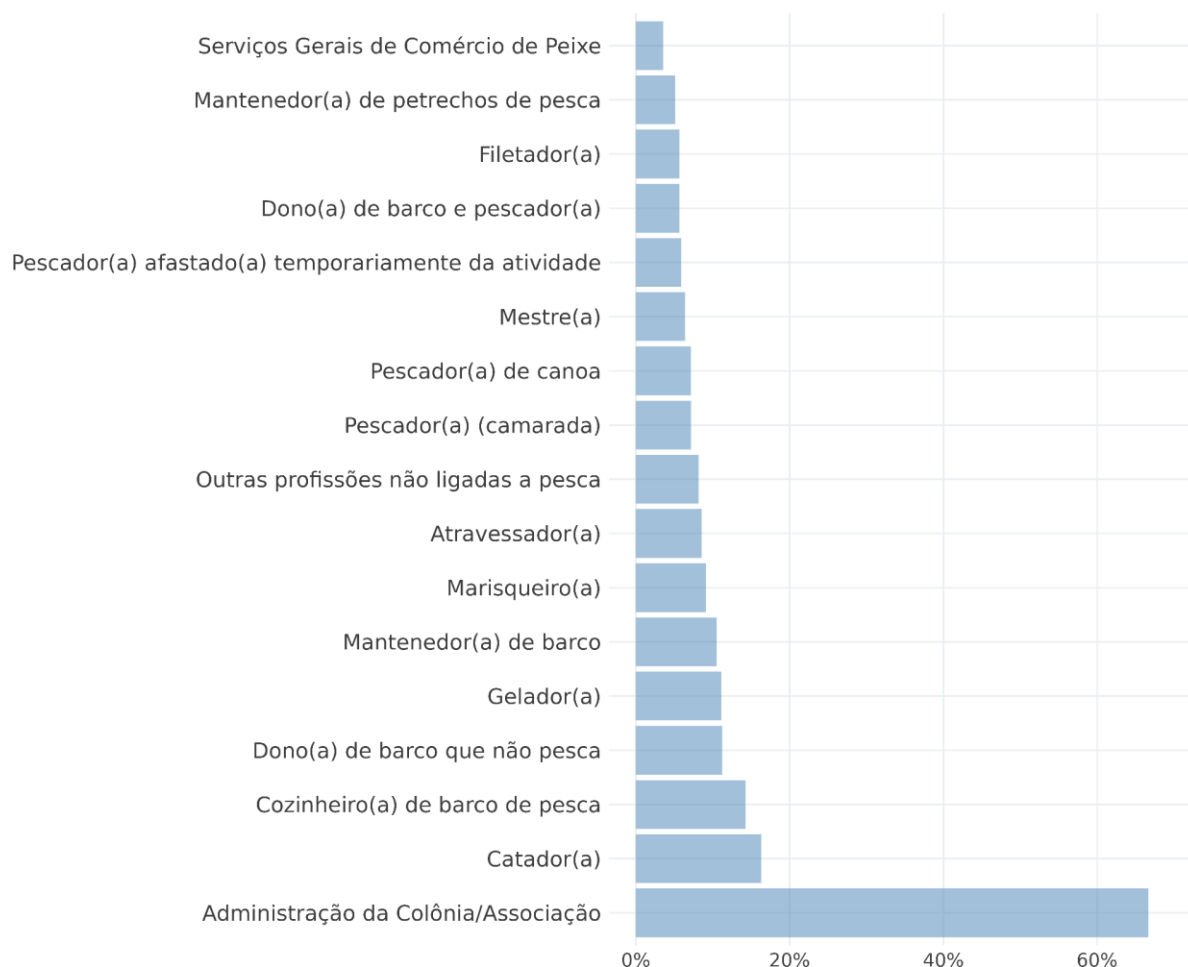
¹⁶ Link de acesso em: <https://i.ibb.co/JxGv07x/PEA-PARMIS-RJ-ES-SP-Corte.jpg> Acesso em 17/02/2022.

Gráfico 8: Escolaridade, Gênero e participação

Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

A interação entre participação e ocupação na pesca também foi alvo de análise bivariada e pode ser observada na figura 4. Ao investigar a relação entre essas duas variáveis, foi possível perceber que os sujeitos que mais manifestam participação foram aqueles que ocupam a posição de administrador da colônia ou associação, seguidos dos que são catadores(as) e cozinheiros(as) de barco na pesca. E na terceira posição, as filetadeiras, o que surpreende dados os custos elevados para a participação das mulheres e a situação de sóciorisco em que elas se encontram, como apresentado na seção anterior “classes na pesca e multidimensionalidade da pobreza”.

Gráfico 9: Percentual de participação em PEAs de acordo com a ocupação dos pescadores artesanais



Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

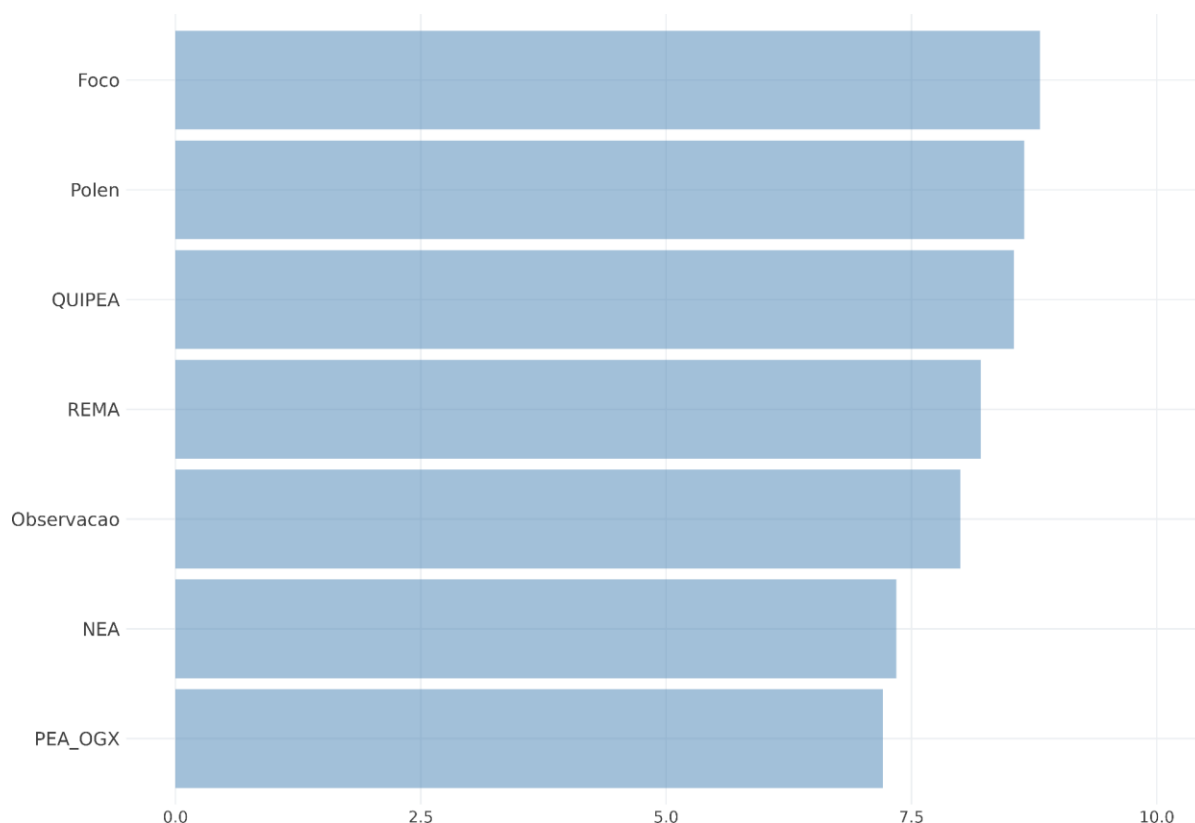
A tabela 6 a seguir ressalta que apenas 20% dos respondentes que possuem ensino superior completo participam dos PEA. Ao observar a distribuição entre as categorias de escolaridade, 74% dos indivíduos se encontram até o ensino fundamental incompleto. Dos indivíduos com fundamental incompleto, 6,8% alegaram participar dos PEA. O ponto que se busca destacar com estas informações é o fenômeno da participação nos PEA, dado que aumenta positivamente de acordo com a escolaridade, seguindo a expectativa da teoria.

Tabela 5: Nível de participação em PEAs de acordo com a escolaridade dos pescadores artesanais

Participação em PEA	Pea		Total
	Não	Sim	
escolaridade			
Analfabeto	251 (97%)	9 (3.5%)	260 (100%)
Fundamental Incompleto	2,015 (93%)	148 (6.8%)	2,163 (100%)
Medio Completo	276 (90%)	32 (10%)	308 (100%)
Medio Incompleto	419 (90%)	45 (9.7%)	464 (100%)
Superior Completo	16 (80%)	4 (20%)	20 (100%)
Total	2,977 (93%)	238 (7.4%)	3,215 (100%)

Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

A avaliação dos PEAs (Tabela 5) é realizada por aqueles que alegam participar dos projetos. Quanto a esta dimensão, a nota poderia ser atribuída em uma escala que ia do valor zero ao dez onde o zero indica completa insatisfação e o valor dez muita satisfação. De modo geral, os projetos tendem a receber notas médias altas de avaliação, o que indica satisfação com os projetos entre aqueles que participam. O melhor avaliado foi o Foco com média de 8,8, seguido do Pólen (8,6), Quipea (8,5), Rema (8,2), Observação (8), Nea (7,3) e o Pea OGX (7,2).

Gráfico 10: Avaliação dos PEAs pelos sujeitos da ação educativa do PEA Pescarte

Fonte: Elaboração com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2016.

Com intuito de analisar a participação nos PEAs de forma multivariada foi construído um modelo econométrico logístico binário. A variável dependente é participação em algum dos sete PEAS (participa = 1 e não participa = 0) e as variáveis independentes foram: escolaridade, município, sexo, cor ou raça e, por fim, critério renda Brasil¹⁷.

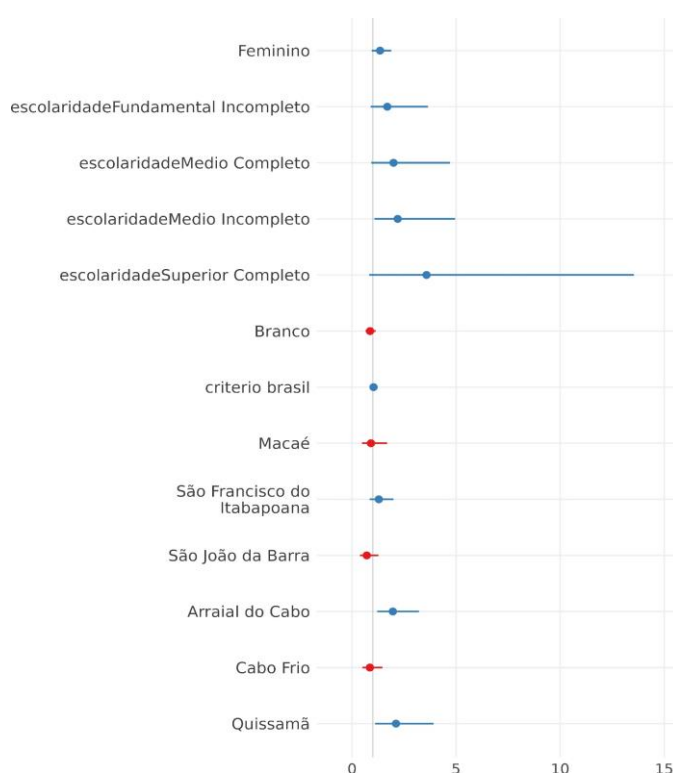
Foram incluídos 3.179 respondentes principais no modelo e as categorias bases das respectivas variáveis mencionadas são: homens, sem escolaridade, não brancos residentes em Campos dos Goytacazes.

A partir da análise econométrica multivariada (regressão logística binomial), demonstrada na figura 3, foi possível observar que duas características individuais e dois municípios demonstraram efeitos positivos e estatisticamente significativos: elevado padrão de consumo, possuir ensino médio incompleto e morar na região de Arraial do Cabo ou Quissamã,

¹⁷ Indicador criado com base na metodologia do Critério Renda Brasil do ano de 2020 elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). As variáveis utilizadas para a construção desta dimensão foram, quase em sua totalidade, as mesmas utilizadas no Critério Renda Brasil. Estas variáveis estão dispostas no bloco ASP.14 do questionário de Diagnóstico socioeconômico das comunidades pesqueiras da Bacia de Campos e estão de acordo com o bem de consumo, bens imóveis e acesso à serviços públicos. As diferentes questões do bloco receberam diferentes pontuações.

todas com sinal positivo. Possuir ensino médio incompleto aumenta em 2.19 vezes as chances de um pescador participar de um PEA em comparação com um pescador sem escolaridade (os demais níveis de escolaridade também se demonstraram positivos, porém, sem significância estatística). E ser residente em Arraial do Cabo aumenta em 96% e Quissamã 111% a chance de participar de algum PEA do que um pescador residente em Campos dos Goytacazes.

Figura 3: Representação gráfica das razões de chances estimadas para participação em projetos PEA (modelo logístico binomial)



Fonte: Elaboração própria.

Dito de outra forma, indivíduos da pesca com mais alto *score* de poder de consumo que moram em Arraial do Cabo ou Quissamã apresentam maior probabilidade de participar dos projetos, na direção das análises apresentadas por Peixoto & Belo (2019).

Peixoto e Belo (2019) apresentam dados semelhantes sobre a participação dos pescadores nas colônias, em Arraial, 54% informaram participar das colônias. Quissamã apresenta o índice mais elevado entre os sete municípios no tocante à participação nas colônias, 76,7% dos entrevistados declararam participação nas colônias. Ainda que a maioria dos pescadores participem como ouvintes.

Esses resultados corroboram com os achados da observação participante realizada no

período pandêmico e da observação participante, com destaque para Arraial do Cabo que é um município que possui uma forte tradição associativa¹⁸, ainda que sejam também atravessados por rupturas e quebras de confiança e solidariedade intra e entre os grupos, conforme a análise qualitativa da presente tese, evidenciou, com destaque ao protagonismo feminino observado.

É importante frisar que esses dados, assim como as análises dos grupos focais realizados em 2015 são como as imagens projetadas no retrovisor do carro, refletem opiniões informadas no passado, daí a importância da realização de CENSOS e diagnósticos participativos contínuos, para captar e analisar comparativamente os impactos diretos, indiretos e difusos da atividade licenciada, mas também, captar a efetividade dos processos de mitigação dos impactos e as mudanças sociais que se pretende potencializar com as políticas públicas, o Licenciamento Ambiental Federal, no caso do presente estudo.

Esses dados e os dados dos grupos focais 2015, refletem opiniões dadas em tempo diferente do contexto atual. À época, os projetos avaliados estavam recentes, as interações desses sujeitos¹⁹ com as ações pautadas na educação ambiental crítica que orienta os PEAs vem refletindo em maior adesão às atividades e comprometimento com as atividades dos projetos. É o que pudemos observar por meio de incursão junto aos sujeitos da ação educativa do PEA Pescarte que com ações de pesquisa, ensino e extensão nos territórios vem fortalecendo o autorreconhecimento, a autogestão, o reconhecimento mútuo e a organização comunitária dos sujeitos.

Assim, se, no contexto da coleta dos dados do CENSO da Pesca 2016 e grupos focais 2015, observava-se a baixa aderência aos projetos, a desconfiança em relação a novos projetos nos territórios, a busca por retornos materiais individuais e imediatos, o discurso da desunião na pesca (Campos; De Almeida; Timóteo, 2021), após 3 anos de incursão junto à lideranças de comunidades tradicionais de pesca artesanal, acompanhando e mediando reuniões e formações, e a partir de suas ações e atos de fala, é possível captar a conquista do autorreconhecimento (Honneth, 2009, 2020) e da autonomia (Freire, 2021).

Se, no levantamento do primeiro CENSO da Pesca realizado pelo PEA Pescarte, os sujeitos informaram não participar, assim como nos grupos focais havia a marca nas falas de que “a pesca é desunida” (Campos; De Almeida; Timóteo, 2021), “vou lá fazer o que lá? Não perdi nada lá? Diferentemente, no contexto observado entre 2020 e 2023, a marca nas ações e nos discursos em reuniões, oficinas, assembleias é o “junto somos mais fortes”, defesa da ação

¹⁸ O município tem cerca de 30 associações segundo levantamento realizado pela equipe municipal de Arraial do Cabo.

¹⁹ Autoidentificação dos sujeitos.

coletiva, participação nas atividades, contribuições ativas e críticas nas construções participativas, importantes conquistas no tocante ao autorreconhecimento, ao reconhecimento mútuo, social e jurídico (Honneth, 2009, 2020) que resultam e são resultantes das interações sociais (Simmel, 2006), não apenas no âmbito dos PEAs, mas de forma ampla, nas arenas de lutas por reconhecimento e por justiça socioambiental no âmbito familiar, social e jurídico, evidenciando conflitos e, por meio da participação democrática, atuando como lançadores de alertas (Acselrad, 2002b, 2018) denunciando, reivindicando e contribuindo nas tomadas de decisões.

A linguagem para mim é isso aí/ é um modo de expressar e falar o que eu sinto/ o que eu passo/ não esconder/ não ter vergonha e fala claramente/ ser transparente em tudo/ porque não adianta eu chegar perante uma sociedade falar que eu sou uma coisa e não sou/ então por isso através dessa situação como eu tenho reagido eu tenho me saído muito bem/ porque eu acho que a gente tem que ser muito claro então a linguagem para mim/ eu acho que é assim você tem que ser claro/ você não pode mentir/ você não tem medo de falar/ não tem medo de esclarecer as coisas que tá passando nessa cidade tem que falar/ se tá bom tem que falar/ se tá razoável tem que falar/ então é isso para mim a linguagem e Eu acho que nós temos que ter força de vontade e falar/ porque até então a gente as coisas/ muitas das vezes **a gente passa por muita dificuldade nessa cidade porque nós não temos voz/ principalmente nós não temos voz no poder/ nós não temos lá no poder legislativo/ nós não temos/ então nós ficamos calados/ por nós ficarmos calados eles não sabem o que acontece com nós/ que a gente faz/ para eles dar tudo bem// É uma situação que eu quero esclarecer aqui/ que **quando é época de política vem tanta gente aqui/ é tanta gente/ eles vem promete tudo então eles estão se esclarecendo para gente mas só que quando é depois que eles ganham que a gente bota ele lá em cima eles somem/ aí não tem como ouvir mais a gente** eu fico indignado com essa situação porque/ poxa eu parei para ouvir eles/ para escutar eles/ **e agora sumiu não tem com quem eu falar/** não tenho para quem eu me expressar mais aí eu tenho que ficar com a palavra presa aqui na garganta sem poder me expressar” (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).**

O alijamento das populações tradicionais das arenas consultivas, deliberativas e decisórias é um fato histórico, amplamente evidenciado. Longe de romantizar a questão, ciente dos silenciamentos explícitos e implícitos, mas esperando, pretendemos descrever e evidenciar, por meio do “percebido destacado” (Freire, 2014) evidenciado durante o período da observação participante, avanços e mudanças importantes no autoreconhecimento, reconhecimento mútuo e na participação democrática vêm ocorrendo, no âmbito do PEA Pescarte. Podendo corroborar os postulados de que por meio do fortalecimento do capital social e cultural pode-se elevar o poder simbólico e influenciar a quantidade e qualidade da participação democrática em ambientes decisórios sejam públicos ou privados.

3 PROBLEMÁTICA DO ESTUDO

O argumento que orienta o campo dos estudos na Ecologia Política ao qual pretendemos contribuir, é o de que a distribuição dos riscos sociais e ambientais não se dão de forma democrática nos territórios sendo destinados às nações, comunidades e pessoas empobrecidas, com baixo, ou nenhum, poder de influência sobre os “detentores da caneta” nas tomadas de decisões, acerca da destinação de atividades potencialmente geradoras de impactos, nem sobre os resíduos e macro impactos diretos, indiretos e difusos das atividades potencialmente poluidoras em seus territórios. Imperando na distribuição dos riscos um recorte de classe e raça, haja visto que, nessas regiões, prevalecem populações não-brancas e pobres (Acselrad, 2002a, 2018; Acselrad; Campello; Bezerra, 2009; Porto, 2012; Souza, M. L., 2019).

Diversos estudos em zonas de riscos e sofrimento socioambiental evidenciam e problematizam ainda, o império da imposição da espera via intermediação de interesses por meios formais e informais, nessas regiões (Acselrad, 2002a; Auyero, 2001, 2015; Auyero; Swistun, 2008).

Habitadas por populações com menores estoques de capital financeiro, cuja capacidade de ação coletiva e participação política e social tendem a ser reduzidas. Em partes, dado os custos da participação, em partes, pela invisibilização e silenciamentos ante as instituições e elites políticas; em partes pelo alijamento por meio de violências simbólicas, constrangimentos linguísticos, procedimentais/burocráticos, academicistas e em alguns casos, por meio de cooptação, coerção e violência física.

Essas regiões denominadas de zonas de sofrimento ambiental são áreas marcadas por riscos ambientais e sociais (Auyero; Swistun, 2008; Viscardi, 1999), territórios marcados pela espera por serviços e equipamentos públicos de qualidade. Nessas zonas observa-se sobreposições de riscos, insegurança alimentar e nutricional, endemias, precariedade sanitária, violências... Estando, menos propensos à adesão à participação, à baixa capacidade organizativa para defesa de interesses coletivos e individuais, estando os sujeitos que habitam tais zonas, mais suscetíveis à cooptação, à coação e à coerção por meio de mecanismos formais e informais, lícitos e ilícitos.

No contexto empírico observado, encontram-se práticas que vem invertendo o fiel da balança em favor das comunidades, organizando-se coletivamente para fazer ecoar suas vozes, apropriando-se dos recursos das tecnologias de informação e comunicação para lançar alertas e também para perpetuar conhecimentos, saberes e fazeres tradicionais, registrando sabores culinários, artesanias de apetrechos, ações políticas, construção de embarcações,

podcast's na web e por meio da participação em pesquisas acadêmicas situadas, articulando-se também em processos cooperativos e em mercados solidários, criativo, circular.

Outro fator, importante a se destacar, no tocante à dimensão de estarmos à frente de um caso empírico de aporte aos estoques de capitais sociais e culturais por meio da Educação Ambiental Crítica nesses territórios, são os investimentos no fortalecimento da organização comunitária e em projetos de geração de trabalho e renda, orientados pelas perspectivas da economia solidária (Santos, 2002) ganhando escalabilidade por meio de políticas públicas e parcerias público-privado que podem refletir no incremento dos estoques de capital cultural, social e econômico, elevando o poder simbólico dessas comunidades, fortalecendo as dinâmicas democráticas em seus territórios, o reconhecimento de saberes e fazeres.

Importa ao presente estudo investigar a problemática ligada à disposição à participação democrática e à lutas por reconhecimento e por Justiça Socioambiental, o Ecologismo dos Pobres (Alier, 2018), evidenciando alguns dos “percebidos destacados” (Freire, 2021) emergidos nesses contextos, alertas vocalizados pelos “lançadores de alertas” (Acselrad, 2002, 2018) dentre o grupo de pescadores e pescadoras, sujeitos do presente estudo, representantes eleitos pelas comunidades pesqueiras para representá-los nas arenas decisórias, deliberativas e consultivas, no âmbito do PEA Pescarte, objetivando a observação, análise e descrição da disposição para a participação entre pescadoras e pescadores no âmbito do PEA Pescarte.

O papel do lançador de alerta (*whistleblower* em inglês) é visto, cada vez mais, como fundamental na democratização dos processos decisórios contemporâneos. Surgido no campo da sociologia pragmática do risco, este termo designa indivíduos e grupos que denunciam aquilo que estimam ser comportamentos perigosos e contrários à moral cívica em que tendem a se inspirar as leis. Tratam-se de sujeitos que vêem-se como testemunhas de atos ilícitos ou perigosos para terceiros, e que, por civismo, decidem alertar a esfera pública e, em particular, as autoridades que tem o poder de lhes por fim (Acselrad, 2018, p. 166).

Tomamos por objeto lançadores de alertas da pesca artesanal, lideranças pesqueiras eleitas para compôr o Grupo Gestor (GG) e o Grupo de Acompanhamento de Obras (GAO) e sujeitos da ação educativa do Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte. PEA este que, desde 2014, atua no fortalecimento da organização comunitária por meio de projetos de geração de trabalho e renda, pautado na educação ambiental crítica e pedagogia Freireana, combinando Docência, Discência, Pesquisa e Extensão, e assim, contribuindo para que tais sujeitos conquistem a autonomia para sair da invisibilidade (objetiva e simbólica) a qual estão, historicamente, submetidos.

3.1 Trabalhos relacionados

O argumento dos movimentos por Justiça Ambiental e teóricos da Educação Ambiental Crítica de que a baixa organização comunitária, baixa renda são preferidos para alocação de impactos, nas tomadas de decisão. Esse argumento é apoiado em um importante estudo, um mapa da desigualdade ambiental, por meio do qual, o sociólogo Bullard (1983), evidenciou, com base em dados oficiais dos territórios dos Estados Unidos da América (EUA) a correlação estatística entre localização dos depósitos de lixo tóxico e moradias de grupos étnicos e de baixa renda, demonstrando que os empreendimentos com alto risco ambiental, como destinação final de lixo tóxico, são direcionados para regiões onde vivem pessoas pobres e predominantemente não branca, com baixos índices de organização comunitária (Acsehrad, 2002a, 2018; Bullard, 1983, 1993; Porto, 2012).

Entretanto, esta problemática não se restringe aos resíduos tóxicos. A imposição desigual de custos e benefícios e a necessidade de fortalecer a participação cidadã nas sociedades complexas é uma problemática planetária e local, e vem ganhando novos contornos nos debates acerca do aquecimento climático e alteração e quebras de resiliência de múltiplos sistemas, humanos e não humanos. Trazendo para a pauta do dia, a necessidade, tão evocada pelos movimentos por justiça ambiental, da inclusão das dimensões sociais e aspectos intersubjetivos nas tratativas das questões ambientais.

Estudiosos vêm demonstrando a necessidade da escuta e inclusão na agenda pública e na arena acadêmica, das vozes, saberes e conhecimentos das populações tradicionais, observando seus modos de vida e de representação social e política, desconstruindo e horizontalizando as posições, uma vez que suas práticas mostram-se mais avançadas que as das sociedades orientadas pelo modelo ocidental colonialista, em questões como a superação do binômio Homem X Natureza, nas relações humanos e não humanos, na consciência planetária e na concepção da terra como “casa comum”, na direção de adiar o fim do mundo e enfrentar a emergência climática (Krenak, 2021).

Segundo Krenak (2021) “Darcy Ribeiro sempre reivindicou a necessidade de se observar o pensamento desses povos, e ele incluía na sua observação desde a América Central até a Terra do Fogo, o que ele chamava de “Povos Testemunho”. (Krenak, 2021, p. 69) A ideia de “Povos Testemunhos” está, segundo Krenak, associada ao fato de que essas populações testemunharam a colonialidade, estando suas visões fora do molde colonial, o que lhes permite olhar de fora as questões ligadas ao exercício da política, para além da oposição direita e esquerda, que segundo ele é “uma pedra pesada em todas as discussões acerca do modo de fazer política” (Krenak, 2021, p. 70).

O enfrentamento à crise climática, assim como as questões ambientais, passa pelo cerne dos debates por justiça ambiental, ou seja, a necessidade do reconhecimento da imposição desigual dos riscos e da inclusão da dimensão social e intersubjetividades nas análises, equações e na elaboração de políticas públicas e acordos público/privados, nacionais e transnacionais.

No entanto, conforme amplamente debatido por Veiga (2013) a partir de um esforço em identificar os principais marcos históricos e principais instituições com prerrogativas de governança global, pouco efetivamente avançou, e no pouco que avançamos em tratados transnacionais, pouquíssimo foi efetivamente cumprido.

Com quase setenta anos de governança global do desenvolvimento gravemente de desconectada de preocupações com a biosfera. e quarenta anos de governança ambiental global bastante prejudicada por tal incongruência, é como se ainda não tivesse saído do papel o Belo projeto de desenvolvimento sustentável consagrado na Rio-92 (Veiga, 2013, p. 79).

A desigual imposição dos riscos e a sobreposição de impactos às pessoas, comunidades, municipalidades, estados e países pobres, como amplamente debatido na teoria é visível a olho nú, sem técnicas de pesquisa, no dia a dia da vida cotidiana, nas telas, nos noticiários de todo o globo, sofrem todos com secas e incêndios severos, com inundações sem precedentes, com altíssimas e baixíssimas temperaturas, mas sofrem ainda mais as populações mais pobres. Não estamos no mesmo barco no dilúvio do fim do mundo, uns estão em submarinos, em iates, outros boiam com ajuda de um graveto.

Além disso, conforme evidenciam os estudos da temática, são as populações não brancas e pobres a sofrerem mais e a menos usufruir os “bens e benesses” das interações e indústrias, na lógica colonial imperialista. Marcada pela injusta distribuição dos custos ambientais, conformando injustiças socioambientais e climáticas e retirando dos mais pobres o direito de existir e bem viver, em nome de um modelo de sociedade capitalista que se mostrando cada vez mais insustentável.

Reproduzida nos territórios do globo, a sobreposição de impactos e riscos conforma zonas da espera e do sofrimento socioambiental, destinadas aos “pobres”, os “esfarrapados do mundo” (Freire, 2018), a “ralé” (Souza, 2001, 2018), populações relegadas à subcidadania.

Aos pobres nos países ricos, aos países, estados, municípios, comunidades, famílias e pessoas pobres, impõe-se os ativos e passivos de atividades degradantes, ancoradas na lógica da reificação, objetificando e descartando pessoas à zonas de sofrimento socioambiental em escala local e global e colocando em risco a existência dessas populações e de populações, humanas e não humanas, em todo o globo, dados os impactos diretos, indiretos e sinérgicos de

atividades degradantes, os impactos globais do aquecimento climático e a dificuldade de pobres, sejam pessoas ou nações, reagirem aos eventos climáticos seja nas arenas deliberativas, seja na realidade tácita das condições dos materiais utilizados na construção das moradias, esgotamento sanitário, sistemas de escoamento de águas pluviais, acesso a recursos econômicos para deslocamentos, novas moradias, tratamentos médicos, apoio psicológico, etc.

Nesse sentido, pensar sobre a distribuição desigual dos riscos e a crise climática e hídrica e em caminhos que nos ajudem a adiar o fim do mundo, implica reconhecer, incluir e atuar nas dimensões sociais, humanas e não humanas, contemplado as vozes dos povos tradicionais, incluindo sua cosmovisão, tradições e modos de vida nas equações e estudos de impactos ambientais, incluindo as vozes dos atingidos nas arenas consultivas e deliberativas, e principalmente, no reconhecimento de seus conhecimentos como receituário moral, social, político e fisiológico para tratar o adoecimento planetário em que nos encontramos.

A Ecologia Política, especificamente a corrente latino-americana, revela a importância de articulação de saberes sobre a questão ambiental e a necessidade em romper com a racionalidade técnico-instrumental e com o conhecimento colonialista. Para essa vertente, há uma lógica excludente na apropriação do ambiente, dado que os impactos socioambientais são distribuídos de forma desigual na sociedade (Walter, 2023, p. XVII)²⁰.

Assim, a teoria e educação ambiental crítica que orienta o escopo dos Programas de Educação Ambiental no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal (LAF) propõe contribuir para a mitigação de impactos, ao buscar romper a separação homem x natureza, ao incluir, os elementos ligados ao direito de existir de humanos e não humanos, na agenda ambiental, estimulando e fortalecendo à participação social tanto em arenas de participação política, na elaboração, implementação e avaliação da política pública e seus instrumentos e programas, quanto nos debates acadêmicos e também nas avaliações da própria Política.

Seguindo a filosofia da práxis em perspectiva Gramsciana de mudança de hegemonia e Freireana no tocante à autonomia e criticidade dos sujeitos, olha-se os impactados por megaempreendimentos e por atividades potencialmente poluidoras, como sujeitos de ações educativas nos projetos de educação ambiental, previstos no licenciamento ambiental federal. Sendo que, principalmente os elencados na linha A, como é o caso do PEA Pescarte, possuem planos de trabalho com o objetivo de fortalecer a organização comunitária, o engajamento à participação, atuando criticamente junto aos SAEs na revelação de conflitos e no suporte à incidência política e no enfrentamento de injustiças e silenciamentos, contribuindo na mitigação da invisibilização dessas populações.

²⁰ Link de acesso em: <https://maress.furg.br/images/PROJETOS/IMPACTOSNAPESCA/Livro-AVALIACAO-DE-IMPACTOS-AMBIENTAIS-site.pdf>.

Ao longo dos poucos anos em vigência, esses projetos são vocalizados pelos sujeitos como desempenhando um importante papel para suas ações nos territórios aquáticos e terrestres, e para a ampliação do escopo de possibilidades de ações dos sujeitos sendo presente deste, e tantos outros estudos, que vem revelando o aumento da adesão à participação e o protagonismo principalmente por ser vedada a remuneração dos sujeitos das ações educativas, pautado no argumento da livre participação cidadã, o que resulta em adesão voluntária que pode servir como *proxy* para participação cidadã, mas mantém elevados os custos de participação e as desigualdades de posições nas arenas consultivas e deliberativas, onde todos, exceto eles, estão em horário remunerado de trabalho.

Ainda assim, sem receber, tendo de deixar de trabalhar, participam! Participam em assembleias, oficinas, encontros municipais, microrregionais²¹ e regionais, reuniões de grupos de trabalho, e as interações e intersubjetividades refletem o autorreconhecimento e o reconhecimento mútuo entre os interlocutores. E, não sendo eles remunerados para participar de tais atividades, o aumento na adesão à participação, pode sugerir efetividade do Projeto de Educação Ambiental no incremento nos capitais simbólicos e no fortalecimento da organização comunitária por meio de processos democráticos e pedagogicamente orientados à autonomia dos sujeitos. Podendo indicar não apenas mudanças individuais mais também mudanças sociais.

Isso por que, pensando pela perspectiva Gramsciana e Freireana, a mudança social passa pelo fortalecimento do empoderamento, da autonomia, do engajamento à participação cidadã e o controle social, por meio de ações pedagogicamente orientadas à dialogicidade, ao partear de saberes, à responsividade e a eticidade na práxis do fazer ensino, pesquisa, extensão, indissociáveis, como conclama Freire (2021).

Olhando para a intersubjetividade dos agentes, entende-se a possibilidade do incremento dos capitais sociais e culturais, pelas lentes Gramsciana e Freireana. Orientado por tal perspectiva o LAF inova ao dar centralidade ao fortalecimento da participação cidadã, por meio da realização de diagnósticos e ações educativas nos territórios, dando centralidade às vozes dos sujeitos atingidos pelos empreendimentos licenciados, sobre os quais sobrepõe-se os riscos. Nos processos diagnósticos evidenciam-se os sujeitos mais vulnerabilizados, e esses passam a

²¹ As microrregiões no âmbito do PEA Pescarte são Microrregião Norte e Microrregião Sul. A primeira abrange os municípios de Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Quissamã. Os outros seis municípios da área de abrangência do PEA Pescarte, compõe a Microrregião Sul, são eles: Armação dos búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Carapebuz e Rio das Ostras. Três destes, Armação dos Búzios, Carapebuz e Rio das Ostras, entraram na área de abrangência do PEA Pescarte em 2021, iniciando então nesses municípios a primeira fase do PEA Pescarte. As fases do PEA Pescarte e intencionalidades pedagógicas de cada uma delas e de cada núcleo do PEA Pescarte, estiveram em versões anteriores da tese, mas foram suprimidas a partir das considerações da banca de qualificação de que seriam por si, uma tese à parte.

ser os grupos prioritários das ações de educação ambiental crítica por meio de Projetos de Educação Ambiental (PEAs), vinculados às licenças de instalação e operação (LI e LO) em todo o país.

Ainda assim, e pesando outras problemáticas como períodos de interrupção da continuidade dos PEAs, com morosos processos licitatórios entre fases, sobreposição de atividades nos territórios com agendas que obrigam aos sujeitos, peeiros como se intitulam, custos simbólicos de participação, ao ter de preterir um PEA ao outro quando há conflito de agenda, gerando custos desnecessários à participação dos sujeitos. Pesando ainda à participação, outras dificuldades inerentes à implementação de políticas públicas, gestão de contratos sem flexibilidade para a atenção às demandas espontâneas dos sujeitos, não previstas nas metas e ações mensuráveis, planejadas com vistas a atender aos objetivos específicos delineados nos projetos com vistas aos pressupostos previstos na Nota Técnica nº 10/2010.

Ainda assim, e pesando diversas problemáticas (PARMIS, 2023) ao menos no escopo do microcosmo observado na tese, avanços podem ser observados nos territórios no tocante ao fortalecimento da organização comunitária e participação cidadã em lutas por reconhecimento e autonomia, como argumentamos.

Não adentraremos em profundidade nos debates contemporâneos acerca da avaliação dos PEAs no âmbito do Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais PARMIS²² e seu escopo, cujas análises trazem ao debate questões, reflexões e proposições importantíssimas, subsidiando os processos de elaboração do Plano Macro/IBAMA (2023). Ainda que esse debate seja de suma relevância e atualidade e tenha, também, lutas por reconhecimento, as etapas processuais de debates e participação, mecanismos públicos de difusão de informações, os resultados, análise e proposições do PARMIS não estão no escopo da tese, ainda que tenham pontos de contato com esta.

3.2 Injustiça climática e assimétricas distribuições de custos e benefícios

Na direção de problematizar as assimetrias na distribuição de custos ambientais, Malm e Hornborg (2014) realizam um importante resgate histórico das mudanças climáticas antropogênicas e destacam que os processos são desiguais desde o início, ou seja, as relações de poder se dão desde os primórdios, desde o gatilho evolutivo de nossos antepassados dominando o fogo, passando pela instituição da propriedade e o Estado, pelas mudanças decorrentes da máquina a vapor e persistem na sociedade baseada na matriz de carbono. Os

²² Link de acesso em: <https://maress.furg.br/images/PROJETOS/IMPACTOSNAPESCA/Livro-AVALIACAO-DE-IMPACTOS-AMBIENTAIS-site.pdf>.

autores lançam luzes ao fato de que tais escolhas não passaram por processos democráticos. Ninguém votou. As decisões que nos lançaram para a economia fóssil partiram dos interesses de uma ínfima parcela dos Homo Sapiens no início do século XIX, na Grã Bretanha. E seguem atendendo aos interesses de uma ínfima minoria de humanos em detrimento da imensa maioria de humanos e não humanos.

Segundo Malm e Horborg (2014), as mudanças (vapor, eletricidade, motor a combustão, complexos petrolíferos), foram e seguem sendo, derivadas de decisões de grupos e por meio de investimentos, em alguns casos com apoio dos governos, mas raríssimas vezes por meio de deliberação democrática.

As desigualdades na imposição do risco perpassam ainda as desigualdades nas proporções entre quem mais impacta e quem mais usufrui dos recursos (Malm; Hornborg, 2014). Ou seja, aos países periféricos, pessoas e comunidades pobres, destinam-se as indústrias e práticas degradantes e poluidoras já “não aceitas” em comunidades ricas e com elevados índices de desenvolvimento. O uso das aspas em “não aceitas” relaciona-se com ao fato de que não aceitam em seus territórios, já nos “territórios” dos “outros”, relativiza-se, faz-se a indiferença reificante, objetificando, tratando por coisas os sujeitos aos quais se relegam as atividades operacionais de extração de *commodities* e destinação de resíduos degradantes.

Em outros termos, enquanto destinam-se os resíduos e impactos ambientais e sociais às pessoas e aos países e comunidades pobres, o conforto, ou melhor, a ilusão do conforto ocidental, resultante dessas práticas (seja pela tecnologia desenvolvida ou pelo usufruto dos produtos e recursos) ficam para uma minoria no globo, concentrada nos países do centro e entre elites nas nações periféricas.

A riqueza material, que poderia, por exemplo, evitar pandemias, erradicar a fome, está concentrada nas mãos de 1% cuja prioridade na acumulação infinita, está longe de deter-se ao planeta e aos outros humanos que o habitam, conforme apontado por Ribeiro (2022).

... é incrível e desesperador saber que, sem saírem de seus iates majestosos nem renunciarem ao caviar norueguês cotidiano, as dez pessoas mais ricas do mundo poderiam com facilidade, após alguns telefonemas de poucas palavras, ter contido o contágio em todo o globo, evitando a mortandade e o surgimento de variantes mais transmissíveis e letais. Mas ainda não o fizeram e provavelmente não o farão. Faltam a eles visão, decisão, vigor ou amor. Na verdade, esses 10 bilionários dobraram sua riqueza material durante os primeiros dois anos da pandemia, enquanto a renda de 99% da humanidade caiu. “Se esses dez homens perdessem 99,999% de sua riqueza amanhã, ainda seriam mais ricos do que 99% de todas as pessoas deste planeta”, disse a diretora executiva da Oxfam Internacional, Gabriela Bucher. “Eles agora têm seis vezes mais riqueza do que os 3,1 bilhões de pessoas mais pobres.” Suas prioridades não estão focadas no planeta habitado pelos outros humanos, mas na acumulação sem fim (Ribeiro, 2022, p. 16-17).

A crítica a essa desigualdade extrema oriunda do modelo capitalista de exploração é

relatada em diversos estudos. Segundo Loureiro (2012, p. 19):

Só é possível sustentar certo padrão de vida para alguns em detrimento do péssimo padrão de vida para outros e com base no uso abusivo da natureza. E isso é eticamente abominável e materialmente insuportável (Gorz, 1976). Em resumo, a constatação era a de que no marco da sociedade capitalista urbano-industrial, a sustentabilidade da riqueza traz ao seu reverso: a sustentabilidade da pobreza! (Loureiro, 2012, p. 19–20).

Entende-se que esses riscos, impostos de forma não democrática nos territórios, são agravados na alta modernidade com a quebra da solidariedade em função do processo de alienação/objetificação em decorrência da colonização das esferas da vida e da esfera pública pela esfera do mercado (Bourdieu, 2021; Beck, 1992; Giddens, 2009; Latour, 2020; Simmel, 2005).

Não serão aprofundados os debates acerca da objetificação, alienação e reificação postulados na tradição marxiana. Muitos trabalhos se dedicam a tal tarefa, e tal tarefa, por si, iria implicar uma tese à parte. Também não irei aprofundar os debates em defesa da intersubjetividade cotejados na virada linguística, tomo como dada a consolidação da perspectiva intersubjetiva. Olho, a questão dos processos de reificação a partir da leitura honnetiana, que traz a questão da intersubjetividade ao debate tendo ele avançado as proposições de Hegel, olhando as lutas por reconhecimento nas dimensões afetivas, sociais e jurídicas, os afetos/autorreconhecimento, as solidariedades/autoestima, os direitos (Honneth, 2009).

Segundo Honneth, o caminho para a fundamentação de uma etiologia social da reificação passa inicialmente pelo entendimento de que “se o núcleo de toda a reificação reside em um “esquecimento do reconhecimento”, então podemos buscar suas causas sociais nas práticas ou nos mecanismos que possibilitam e perpetuam sistematicamente tal esquecimento” (Honneth, 2018, p. 121).

Cabe destacar que esse processo, constitutivo das sociedades capitalistas, retira a subjetividade e objetifica, coisifica, humanos e não humanos, empurrando todos à indiferença, relegando tudo à dimensão mercadológica, atingindo dimensões planetárias dada a expansão do colonialismo ocidental. Repensar o lugar dessa bricolagem caótica que se apresenta no globo no tempo presente, pós COVID-19, duas guerras globais vigentes, guerras de desinformação, alimentando e sendo alimentada pela lógica capitalista bélica e delirante. Não bastasse não assinar tratados, não reduzir as emissões, estão ampliando com explosões, eliminando famílias, povoados, comunidades, cidades, estados e Estados, com mísseis e desinformação, querendo mais armas, vendendo mais guerras, imputando o ódio ao em vez de uma lógica planetária que pudesse ajudar a adiar o fim do mundo.

O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar (Krenak, 2019, p. 23).

Krenak (2019) chama a atenção ao fato de que não há como seguir sendo consumidores do mundo e no mundo, precisamos despertar e pela via da cidadania agir criticamente sobre a lógica mercadológica, hegemônica, que tornando tudo e todos, humanos e não humanos, como objetos, nos trouxe até aqui, nessa nova era geológica, nominada como Antropoceno, dada a mudança ser decorrente não de processos naturais e sim da interferência humana.

A conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças. Porque, se nós imprimimos no planeta Terra uma marca tão pesada que até caracteriza uma era, que pode permanecer mesmo depois de já não estarmos aqui, pois estamos exaurindo as fontes da vida que nos possibilitaram prosperar e sentir que estávamos em casa, sentir até, em alguns períodos, que tínhamos uma casa comum que podia ser cuidada por todos, é por estarmos mais uma vez diante do dilema a que já aludi: excluímos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver — pelo menos as que fomos animados a pensar como possíveis, em que havia corresponsabilidade com os lugares onde vivemos e o respeito pelo direito à vida dos seres, e não só dessa abstração que nos permitimos constituir como uma humanidade, que exclui todas as outras e todos os outros seres. Essa humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra (Krenak, 2019, p. 23).

Essa desconexão entre Homem e Natureza vem nos colocando em risco a nós todos, humanos e não humanos, mas a distribuição dos riscos não é democrática como já argumentado, mas além disso a produção de emissões também são desiguais.

No maior dos problemas, o da mudança climática, que é também o mais urgente, quarenta países eram os responsáveis por 80% das emissões de carbono em 2011. Mais de 50% das emissões podiam ser atribuídas a trinta países: China, Estados Unidos, os 27 da União Europeia e a Índia. Essa concentração ainda seria maior se fossem contabilizadas as emissões de consumo dessas populações, em vez das dos sistemas produtivos nacionais (Veiga, 2013, p. 77).

Segundo (Malm; Hornborg, 2014) grande parte da população não faz parte da economia fóssil, centenas de milhões dependem do carvão, lenha ou resíduos sólidos para cozinhar, nesse sentido, 1/6 da população humana não deveria ser incluída nas alocações de responsabilidades, além disso, argumentam, que 1/3 da humanidade, cerca de 2 bilhões de pessoas não têm, nem mesmo, acesso à eletricidade. O argumento de Malm e Hornborg (2014) é o de que reconhecer que a mudança climática é antropogênica²³, implica reconhecer que é sociogênica, ou seja,

²³ Antropogênica - ação humana nas alterações geológicas (Malm e Hornborg, 2014).

provém de relações sociais.

O argumento da necessidade do reconhecimento das relações sociais é fundante para a educação ambiental crítica (Loureiro, 2012; Quintas, 2006; Walter & De Anello, 2012) e como reivindicado pelos teóricos e movimentos por justiça ambiental (Acseirad, 2002a; Acseirad; Campello; Bezerra, 2009; Da Veiga, 2013) implica reconhecer que impera a imposição desigual do risco no escopo ambiental e social. Implica reconhecer que a alocação do risco não é dada de forma democrática nos territórios e que a lógica do mercado, com seus pressupostos de lucratividade, não é capaz de solucionar o problema criado por esta mesma lógica, sendo fundamental a elaboração e implementação de políticas públicas que incluam as vozes dos sujeitos atingidos, que podem assim, agir como lançadores de alertas.

Os sujeitos sociais que procuram evidenciar a importância de uma relação lógica entre injustiça social e degradação ambiental são aqueles que não confiam no mercado como instrumento de superação da desigualdade ambiental e da promoção dos princípios do que se entenderia por justiça ambiental (Acseirad, 2002a, p. 51).

Esses sujeitos, que com seus modos de existência contribuem para a manutenção da resiliência dos biomas e espécies respeitando ciclos biológicos e não esgotando recursos pesqueiros, são agentes de preservação ambiental e lançadores de alertas, precisam ser ouvidos, e seus conhecimentos precisam ser aprendidos e apreendidos, publicizados, eternizados no autorreconhecimento, empoderamento, reconhecimento mútuo, precisam ser reconhecidos em seus modos de vida, conhecimentos, cosmovisões, saberes, fazeres, reciprocidades, interações de autorreconhecimento e reconhecimento mútuo, e garantir, o reconhecimento jurídico, garantido o direito de existir e o bem viver. Conforme preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Mas ao contrário, a eles recaem os ônus do alijamento político e burocrático/institucional, o silenciamento, a expulsão territorial, êxodos urbanos, como o observado nas comunidades tradicionais de pesca artesanal do presente estudo e como muito bem explicado por Krenak (2019).

Para que não fiquem pensando que estou inventando mais um mito, o do monstro corporativo, ele tem nome, endereço e até conta bancária. E que conta! São os donos da grana do planeta, e ganham mais a cada minuto, espalhando shoppings pelo mundo. Espalham quase que o mesmo modelo de progresso que somos incentivados a entender como bem-estar no mundo todo. Os grandes centros, as grandes metrópoles do mundo são uma reprodução uns dos outros. Se você for para Tóquio, Berlim, Nova York, Lisboa ou São Paulo, verá o mesmo entusiasmo em fazer torres incríveis, elevadores espiroquetas, veículos espaciais... Parece que você está numa viagem com o Flash Gordon (Krenak, 2019, p. 11).

Enquanto isso, a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes — a sub-

humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe. “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, gente não está treinada para dominar esse recurso natural que é a terra.” Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar? (Krenak, 2019, p.11-12).

A expulsão de seus territórios tradicionais descrita por Krenak foi relatada pelos membros das comunidades objeto do presente estudo. Além disso, vivenciam e descrevem outros impactos decorrentes não apenas dos processos de urbanização, mas principalmente da extração e exploração do petróleo e gás. Além disso, segundo eles, são obrigados a conviver com períodos de defesos desconectados da realidade por não serem ouvidos como especialistas, em completo desequilíbrio de posições.

Sendo a alocação do risco proporcional à injustiça social, para enfrentar a crise hídrica, climática e humanitária, vividas em escalas planetárias e para mitigar os impactos de atividades poluidoras, não bastam os argumentos e estratégias da modernização ecológica em prol de campanhas e investimentos no mercado verde e economia azul, nem tão pouco, os postulados conservacionistas quando excluem a dimensão social. Ao contrário, é necessário reconhecer a ligação entre injustiça social e injustiça ambiental. Implica em incluir a dimensão social e vozes dos atingidos nas análises, equações e tomadas de decisão. E ainda mais, implica incluí-los não na perspectiva colonial ocidental, e sim de modo a conseguir construir ecologias de saberes, colocando os conhecimentos em paridade de posições.

Conforme problematiza Porto (2012) essa desigualdade na distribuição de atividades poluidoras que segue a lógica econômica, se soma a outras desigualdades nos territórios como níveis de escolaridade e capacidade organizativa para defesa de direitos e acesso a serviços públicos de qualidade, formando sobreposições de riscos, agravando a vulnerabilização e resultando em precarização das populações.

Porto (2012) destaca que a expressão justiça climática foi construída e divulgada por meio do diálogo entre diferentes participantes (ONGs, movimentos sociais, ambientalistas e pensadores críticos), nos espaços de troca que circundam as COPs²⁴.

Nesses espaços foi debatida e divulgada a expressão ‘justiça climática’, um conceito que articula crise climática com justiça social e ambiental. Duas ideias são centrais: a de que as consequências das alterações climáticas são e serão desiguais, pois afetam populações e territórios mais vulneráveis, pobres, econômica, racial e etnicamente

²⁴ Conferência das Partes (COP) é um encontro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, criado após a Rio-92.

discriminados. A segunda diz respeito à maior responsabilidade dos países mais industrializados e ricos na geração do efeito estufa nos últimos dois séculos – daí a noção de ‘dívida climática’. Portanto, estes deveriam financiar com maior empenho as medidas mitigadoras e os processos de transição para as sociedades mais sustentáveis (Porto, 2012, p. 182).

Na perspectiva da justiça ambiental, as populações atingidas por projetos econômicos e políticas de desenvolvimento reduzem sua vulnerabilidade à medida que se constituem e passam a protagonizar seu papel enquanto sujeitos coletivos permitindo a expressão pública e política de vozes sistematicamente ausentes dos processos decisórios que definem os principais projetos de desenvolvimento nos territórios. Portanto, assim é necessário ‘desnaturalizar’ e politizar a condição de vulnerável, o que é feito através do conceito de justiça, assumido não enquanto o termo técnico do campo jurídico, mas como noção ampla que coloca em xeque questões éticas, morais e políticas relacionadas às operações econômicas, políticas públicas e práticas institucionais que se encontram por detrás de inúmeros problemas ambientais (Porto, 2012, p. 180).

Nessa direção, teóricos do campo da Ecologia Política e da Educação Ambiental Crítica, pautados na Teoria Crítica, propõe ações educativas na direção de estimular a criticidade e a autonomia dos sujeitos, de forma a evidenciar conflitos e fortalecer a participação e o engajamento sociopolítico dos sujeitos, como ato pedagógico fundamental para fortalecer a ação coletiva, o controle social e o exercício da participação, revelando os problemas, lançando alertas e expondo conflitos como estratégia pedagógica e também evidenciando potencialidades e possibilidades.

3.2.1 Engajamento político e participação cidadã: caminhos para adiar o fim do mundo

A partir de quinze anos de investigação empírica em comitês de bacia hidrográficas, por meio do Projeto Marca d’água²⁵ e lastreadas teoricamente no Novo Pragmatismo Francês, Abers e Keck (2017) problematizam as reais capacidades dos atores constituírem o que denominam: autoridade prática – a capacidade de engajamento e participação qualificada em organismos descentralizados – demonstrando que, tal “autoridade prática”, pode estar presente em alguns organismos e em outros não, ainda que em termos estruturais tais organismos fossem semelhantes, importando, portanto, cotejar a agência dos sujeitos.

Retratam esta situação partindo da pergunta: “por que alguns comitês de bacia decolam, tornando-se “espaços vibrantes” para decisão e ação, enquanto outros se mantêm estagnados?” O argumento sustentado pelas autoras é o de que diferentes capitais compõem a ação influenciando a capacidade prática dos organismos de plasmarem os projetos e escopos teóricos. “Instituições não nascem prontas dos textos das leis: precisam ser trazidas à vida pelas pessoas

²⁵ Segundo (Abers e Keck, 2017, p. 15) O projeto Marca d’água iniciou suas atividades, no ano 2000, com o objetivo de compreender a “tentativa de transformação da gestão de água doce no Brasil”.

que as criam. Além disso, precisam convencer outras pessoas que os objetivos e estratégias propostas para alcançá-las fazem sentido” (Abers; Keck, 2017, p. 15).

Os resultados, das pesquisas empreendidas por Abers e Keck, vão na direção do argumento de que a ação e instituições devem ser cotejadas em complementaridade. Observando que a ação dos indivíduos impõe transformações às instituições. Rejeitando a dicotomia agência-estrutura e introduzindo o argumento da autoridade prática dos sujeitos na implementação de políticas públicas ligadas à gestão da água nos comitês de Bacia Hidrográfica, as autoras argumentam que a ação importa na compreensão dos fenômenos.

Segundo as autoras, “Novas políticas nascem em um mundo povoado por muitas outras políticas – algumas preexistentes, outras simultaneamente surgindo – e precisam lutar por *um lugar à mesa* – o que chamamos de autoridade prática” (Abers; Keck, 2017, p. 16).

Os debates teóricos, dados, análises e achados apresentados por estas autoras reforçam a relevância de estudos dedicados a cotejar as diferenças contextuais dos organismos, lançando luzes aos repertórios dos atores que implementam o escopo teórico da política pública, bem como os repertórios, opiniões e percepções dos sujeitos, uma vez que “Instituições não emergem apenas de boas intenções, nem mesmo de bons desenhos. Pessoas dedicadas as constroem e podem transformá-las ou desfazê-las” (Abers; Keck, 2017, p. 16).

Como destacam Abers e Keck (2017), não há como falar em conservação de recursos hídricos sem problematizar que a própria nominação da água como recurso, outorga a ela valor de produto que parece impedir avanços reais na sua conservação e garantia da água em quantidade e qualidade. Principalmente se pensarmos na equação, aos indivíduos mais pobres e não humanos.

Conforme adverte Krenak (2019) há uma questão sociológica ainda mais profunda no antagonismo homem x natureza, uma vez que o Rio é parente, a Montanha é parente, ente vivo na cosmovisão dos povos indígenas, cosmovisão que conservam conhecimentos ancestrais, fundamentais e urgentes de serem internalizados em perspectiva planetária sob pena de não conseguirmos adiar o fim dos mundos como vem advertindo diversos autores. E até nisso o Pensamento Ameríndio é mais capacitado a ensinar do que a lógica política ocidental, lembramos, Krenak (2019), recordando Viveiros de Castro, os povos originários ao longo dos tempos têm tido mundos findados, sendo mestres em refundá-los.

Constelações de seres coabitam os rios, além de humanos e não humanos para os quais, a existência desse ancestral é vital, ainda que não seja por eles reconhecido como tal. A questão posta não se restringe a esse parente ter sido objetificado, e sim o sistema de objetificação

mercadológica que se espalhou e colonizou os mundos da vida, consumindo e descartando as vidas no Mundo, expropriando o direito de existir em nome do desenvolvimentismo sob a lógica colonial ocidental, arrogante, unidimensional, reducionista, binarista e não plural, que descola da Terra os seres, à medida que os planificam pela reificação, a objetificação mercadológica, que coisifica a tudo e a todos, inviabilizando, criminalizando e destruindo as pluralidades, as subjetividades, as dimensões de empatia e solidariedade coletiva (Krenak, 2021).

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo. Para a Unesco, 2019 é o ano internacional das línguas indígenas. Todos nós sabemos que a cada ano ou a cada semestre uma dessas línguas maternas, um desses idiomas originais de pequenos grupos que estão na periferia da humanidade, é deletada. Sobram algumas, de preferência aquelas que interessam às corporações para administrar a coisa toda, o desenvolvimento sustentável. O que é feito de nossos rios, nossas florestas, nossas paisagens? Nós ficamos tão perturbados com o desarranjo regional que vivemos, ficamos tão fora do sério com a falta de perspectiva política, que não conseguimos nos erguer e respirar, ver o que importa mesmo para as pessoas, os coletivos e as comunidades nas suas ecologias. Para citar o Boaventura de Sousa Santos, a ecologia dos saberes deveria também integrar nossa experiência cotidiana, inspirar nossas escolhas sobre o lugar em que queremos viver, nossa experiência (Krenak, 2019, p. 12).

Essa lógica, reificante, produz ficções para entreter. Como no mito da caverna Platônico, as imagens projetadas com objetos expostos à faixa de luz que entrava por uma fresta, gerando sombras, admiradas pelos espectadores acorrentados. Em nome de uma abstração “humanidade”, o modelo colonial ocidental, renuncia à pluralidade e impõe padrões, réguas morais e jurídicas que embasam extermínios desde os primeiros colonizadores, segundo Krenak (2021).

O convite feito pelo pensamento ameríndio, por intelectuais decoloniais na direção do reconhecimento da indissociabilidade homem natureza e da ecologia de saberes, é o de que ciência e tecnologia associada à ordem mercadológica ocidental, em nome da modernização, vem exterminando populações humanas e não humanas, colocando como superior o saber tecnológico, científico, político, institucional, Ocidental, sendo fundamental, avançar e reconhecer conhecimentos tradicionais, não em perspectiva literária reducionista, como subcultura, e sim como uma cosmovisão, mais avançada, que pode ajudar a adiar o fim dos mundos (Krenak, 2019; Santos, 2009).

O mito da sustentabilidade, inventado pelas corporações para justificar o assalto que fazem à nossa ideia de natureza. Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso - enquanto seu lobo não vem -, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (Krenak, 2019, p. 10).

Conforme argumentado por Acselrad (2002), ademais das expectativas e ideais modernizantes com foco na economia dos recursos naturais, a chamada “modernização ecológica”, que postula, com discursos de sustentabilidade, a substituição do entendimento da água como bem natural e inesgotável, pela compreensão da água como recurso finito, ainda que tenha imprimido um novo *status quo*, da água como bem a ser protegido, ao não incluir a dimensão do social das populações na equação, mostra-se insuficiente. Ainda segundo Acselrad (2002) também são insuficientes as perspectivas conservacionistas quando operadas pelo binômio em oposição indivíduo x natureza.

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa) (Krenak, 2019, p. 21).

O Watu, esse rio que sustentou a nossa vida às margens do rio Doce, entre Minas Gerais e o Espírito Santo, numa extensão de seiscentos quilômetros, está todo coberto por um material tóxico que desceu de uma barragem de contenção de resíduos, o que nos deixou órfãos e acompanhando o rio em coma. Faz um ano e meio que esse crime — que não pode ser chamado de acidente — atingiu as nossas vidas de maneira radical, nos colocando na real condição de um mundo que acabou (Krenak, 2019, p. 22).

Proteger o ambiente implica proteger os meios de vida, os sujeitos sociais, os saberes e fazer das comunidades conforme orientam teóricos do campo da Justiça Ambiental e Ecologismo dos Pobres.

No entanto, segundo Alier (2018), “Na realidade, é perfeitamente plausível afirmar que nem todos os ecologistas pensam ou atuam de modo semelhante”, ao que propõe distinguir as três principais correntes.

Posso distinguir três correntes principais que pertencem todas ao movimento ambientalista e que têm diversos elementos comuns: “o culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres”. Tais vertentes são como canais de um único rio, ramificações de uma grande árvore ou variedades de uma mesma espécie agrícola (Guha e Martínez Alier, 1999, 2000). Os antiecológicos se opõem a essas três correntes do ecologismo, as depreciam, desqualifica ou ignoram (Alier, 2018, p. 21).

Conforme encontrado em diversos estudos, por meio de movimentos reivindicatórios sociais e ambientalistas, a necessidade de reflexão e inclusão da dimensão social na seara dos conflitos ambientais vem ganhando centralidade nos debates a partir das décadas de 60 e 70, reivindicando o reconhecimento do elemento social humano e não humano, como partes interessadas ou *stakeholders*, na evidenciação e solução dos conflitos ambientais.

No campo de estudos ambientalistas, a distinção entre problema e conflito é fundamental, uma vez que múltiplos problemas são apenas múltiplos problemas se as partes

que sofrem com os problemas não os identificarem como tal. Assim, evidenciar os conflitos é uma estratégia pedagógica. Somente quando há ação dos sujeitos que sofrem com os problemas na direção de identificá-lo, denunciar, buscando pressionar os entes em direção às soluções é que se tem evidenciado o conflito. Nesse sentido, fortalecer participação e incidência política desses sujeitos nas múltiplas arenas deliberativas e decisória passa a ser foco de diversas políticas públicas, como o licenciamento ambiental federal.

É nessa direção que o Licenciamento Ambiental Federal preconiza o fortalecimento da organização comunitária e a inclusão das vozes dos sujeitos atingidos nas arenas e processos de tomada de decisões desde as licenças iniciais de instalação, assumindo a evidenciação de conflitos como estratégia pedagógica para a inclusão das múltiplas vozes e conhecimentos presentes nos territórios no controle social de empreendimentos portadores de risco. Devendo serem estimulados, instrumentalizados e emancipados (em perspectiva Freireana e Gramsciana) a cobrar dívidas históricas, e não somente as decorrentes dos processos licenciados, por meio da participação em audiências públicas, orçamentos participativos, fóruns, grupos de trabalhos, oficinas, reuniões, pesquisas, assembleias, eventos acadêmicos, de forma a reduzir as assimetrias de poder ao incrementar capitais sociais, culturais e simbólicos, combatendo a invisibilização e o alijamento político a que estão historicamente expostas.

3.3 Enfrentando a democracia restringida

O primeiro passo para o debate sobre conflitos ambientais, passa pelo reconhecimento de que a alocação do risco não é democrática. Ou seja, o risco é imposto de forma desigual nos territórios, estando as populações pobres e não brancas mais expostas aos riscos socioambientais e excluídas dos espaços decisórios (Acselrad, 2002, 2017; Boulard, 1998).

Acselrad (2018) faz uso de três elementos de análise, segundo ele, “pouco evocados e que poderão servir para um aprofundamento da discussão com vistas a construir formas democráticas de controle governamental e social de práticas portadoras de risco” (Acselrad, 2018, p. 162).

Os três elementos a serem incorporados aos debates sobre controle democrático dos territórios, segundo as proposições Acselradeanas são: 1-“A irresponsabilidade organizada “de classe” ” (Acselrad, 2018, p. 162–165); 2- “A desconsideração dos alertas emitidos por cidadãos ou grupos comprometidos com o interesse geral” (Acselrad, 2018, p. 165–169); 3- “As restrições ao exercício da liberdade acadêmica no campo dos estudos de impactos ambientais (Acselrad, 2018, p. 169–173).

Segundo o autor, esses três elementos combinados impedem o controle democrático sobre empreendimentos portadores de risco.

A irresponsabilidade organizada de classe é descrita por Acselrad (2018) como as interações entre gestores públicos e privados, na direção de cometer ilícitos e também, por meio de procedimentos institucionalizados, pautando a agenda pública em favor de interesses privados com impactos diretos e indiretos a humanos e não humanos; e/ou impondo aos agentes públicos fiscalizadores o “fazer vista grossa”, escamoteando impactos, afrouxando multas...; e/ou colocando o aparato estatal contra as populações, seja no uso das linguagens e procedimentos burocráticos, nas violências simbólicas e físicas e/ou nas omissões ao ignorar, deliberadamente, os alertas emitidos por sujeitos das comunidades impactadas, por acadêmicos e cientistas; e/ou colocando o sistema judiciário e policial contra os lançadores de alerta.

Esses lançadores de alertas, são, segundo Acselrad (2018), os sujeitos que habitam as áreas impactadas, conhecedores e moradores do território, são aqueles que sofrerão ou sofrem com as interferências no ambiente, capazes de identificar e relatar problemas, bem como apontar soluções e potencialidades.

No modelo descrito por Acselrad (2018), a Academia, que pode aportar aos lançadores de alertas por meios dialógicos de trocas de conhecimentos, como argumentamos no presente trabalho, é silenciada por meio das engrenagens da irresponsabilidade organizada de classe.

Essa irresponsabilidade organizada de classe é hegemônica nos territórios, por meio da qual elites, corporações, cooptam membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário, coíbem fiscais, silenciam (simbólica e objetivamente) as populações que poderia lançar alertas, além de afastar pesquisadores, cientistas e especialistas dos estudos de impactos de seus megaempreendimentos, seja por intimidação, coação ou coerção, simbólica, social, jurídica e até mesmo física. Cooptada por essa irresponsabilidade organizada de classe, a inação dos poderes públicos dá-se, conforme adverte Acselrad (2018), por meio de acordos entre empresas e governos sem a inclusão das vozes dos atingidos que poderiam agir como “lançadores de alertas” e também por meio de ameaças de assédio processual e coação sobre a comunidade acadêmica e populações tradicionais. Romper essa lógica requer criticidade dos sujeitos.

A necessidade de inclusão das vozes dos sujeitos, a necessidade de contribuição fundamental dos intelectuais no suporte às demandas acadêmicas/científicas das populações dos estudos, é advertida em diversos campos dos saberes, como receituário para controle social, PEA. Neste sentido:

A ideia de nós, os humanos, nos deslocarmos da terra, vivendo numa abstração

civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo (Krenak, 2019, p. 11-12).

Para a Unesco, 2019 é o ano internacional das línguas indígenas. Todos nós sabemos que a cada ano ou a cada semestre uma dessas línguas maternas, um desses idiomas originais de pequenos grupos que estão na periferia da humanidade, é deletada. Sobram algumas, de preferência aquelas que interessam às corporações para administrar a coisa toda, o desenvolvimento sustentável (Krenak, 2019, p. 11-12).

O que é feito de nossos rios, nossas florestas, nossas paisagens? Nós ficamos tão perturbados com o desarranjo regional que vivemos, ficamos tão fora do sério com a falta de perspectiva política, que não conseguimos nos erguer e respirar, ver o que importa mesmo para as pessoas, os coletivos e as comunidades nas suas ecologias. Para citar o Boaventura de Sousa Santos, a ecologia dos saberes deveria também integrar nossa experiência cotidiana, inspirar nossas escolhas sobre o lugar em que queremos viver, nossa experiência de humanidade. Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania. José Mujica disse que transformamos as pessoas em consumidores, e não em cidadãos. E nossas crianças, desde a mais tenra idade, são ensinadas a serem clientes. Não tem gente mais adúlada do que um consumidor. São adulados até o ponto de ficarem imbecis, babando. Então para que ser cidadão? Para que ter cidadania, alteridade, estar no mundo de uma maneira crítica e consciente, se você pode ser um consumidor? Essa ideia dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões (Krenak, 2019, p. 11-12).

Nesse diálogo, em perspectiva transdisciplinar, como próprio à temática Ambiental, postula-se em múltiplos campos a ruptura com essa lógica hegemônica, por meio da organização coletiva e engajamento dos sujeitos expostos aos perigos e riscos na direção de criar formas democráticas de controle, explicitando problemas e colocando suas demandas na agenda política, pressionando e ocupando os poderes públicos por meio da participação democrática e engajamento dos sujeitos atingidos, lutando pela inclusão nas deliberações e tomadas de decisão, de suas identidades, conhecimentos, saberes e cosmovisões (Acselrad 2002; 2018; Da Veiga, 2013; Loureiro, 2012, 2003; Porto, 2012; Souza, M. L., 2019; Zhouiri, 2018).

Não é novidade entre os estudiosos do risco o argumento de que habitam na modernidade tardia graves riscos ambientais e sociais (Beck, 1992; Giddens, 1991, 2009) entre os quais, alertam para as proliferações de pandemias, desertificação e a escassez hídrica, entre os problemas que irão impactar gravemente, principalmente os países em desenvolvimento (Santos, 2001). Para os estudiosos dos efeitos da ação humana na alteração geológica do sistema Terra, estamos em uma nova era geológica, o antropoceno. Esse termo, cunhado por Paul Crutzen em 2002, coloca centralidade no papel da ação humana nas alterações geológicas (Malm e Hornborg, 2014).

Essa chave interpretativa postula que a partir da revolução industrial e em consequência

da matriz energética adotada, as alterações climáticas deixam de seguir os processos naturais e incidem sobre os ecossistemas os impactos das ações humanas e dos processos de expropriação e degradação que afetam o meio ambiente em suas dimensões socioambientais: recursos naturais e populações humana e animais.

Nesse sentido a Ecologia Política, enquanto campo do saber interdisciplinar ao promover a conexão entre saberes acadêmicos e “populares”, (Souza, M. L., 2019) apresenta-se como importante referencial teórico para superar a oposição entre natural e social, e auxiliam a pensar as assimetrias na distribuição dos riscos e sacrifícios ambientais, uma vez que:

Lida potencialmente com todos os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.), em marcos históricos-geográfico-culturais concretos e específicos (Souza, 2019, p. 98).

A partir do Pensamento Ameríndio, frente à complexificação das sociedades modernas, enfrentar os conflitos socioambientais, a emergência climática, passa pela reorientação das bússolas, pela revisão do paradigma da humanidade como uma identidade única, planificada, mercantil, deslocada da Natureza. A rota precisa ser revista, já não é possível navegar com a carta imposta pela lógica colonial ocidental hegemonicamente guiada pela irresponsabilidade organizada de classe e seus crimes a múltiplas espécies, humanos e não humanos.

Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania. José Mujica disse que transformamos as pessoas em consumidores, e não em cidadãos. E nossas crianças, desde a mais tenra idade, são ensinadas a serem clientes. Não tem gente mais adúlada do que um consumidor. São adulados até o ponto de ficarem imbecis, babando. Então para que ser cidadão? Para que ter cidadania, alteridade, estar no mundo de uma maneira crítica e consciente, se você pode ser um consumidor? Essa ideia dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões (Krenak, 2019, p. 13).

Krenak nos coloca a refletir sobre o lugar da cidadania planetária no adiamento do fim do mundo, sobre a ideia da Terra como um lugar comum, que requer de seus habitantes a criticidade, autoconsciência e o reconhecimento da pluralidade de cosmovisões. Estar no mundo, com ética, cidadania e engajamento comunitário no enfrentamento à lógica hegemônica das corporações capitalistas e padrões consumistas expropriantes.

Com foco na mitigação de impactos a engenharia da política pública do licenciamento ambiental federal, pautada na educação ambiental crítica, prevê, entre outras diretrizes, projetos de educação ambiental com foco no fortalecimento da organização comunitária e dedicados à atualização dos diagnósticos participativos com a presença dos grupos prioritários, impactados

pelas atividades licenciadas, que passam a ser Sujeitos da Ação Educativa (SAEs) dos projetos de educação ambiental previstos e coordenados pelo Licenciamento Ambiental Federal (LAF). No caso do PEA Pescarte os SAEs são: pescadores(as) artesanais, que são o objeto do presente estudo. Interessa à presente tese investigar, empiricamente, a disposição à participação entre esses sujeitos.

3.3.1 Participação em Projetos de Educação Ambiental

A relação entre desenvolvimento econômico e o meio ambiente sempre esteve presente durante o desenvolvimento das sociedades, e também na sociedade brasileira, a perspectiva de exploração dos recursos naturais utilizados como fontes de riquezas e ascensão em um modelo colonial e expropriante em relação às populações originárias (Fernandes, 2008). Entretanto, a discussão sobre as consequências e impactos deste uso desordenado não é tão antiga quanto a sua prática, e ainda mais recente, o reconhecimento constitucional das populações tradicionais, de seus territórios e das dívidas históricas a serem restituídas a essas populações; e ainda está por dar-se, a inclusão de suas cosmovisões na refundação de nossos pactos coletivos e nos ensinar sobre educação ambiental e coabitação da nossa casa comum, a Terra, Pathamama, Gaia.

Segundo Loureiro, foi na década de 1960, especificamente no ano de 1965 que o termo educação ambiental foi adotado pela primeira vez, e a partir de 1970 que a educação ambiental se tornou um campo específico e ganhou destaque em eventos como o I Seminário Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado, no ano de 1975 (Loureiro, 2003).

Com o passar dos anos e com o fortalecimento da participação e engajamento das pautas ambientalistas, o entendimento sobre a necessidade de um equilíbrio entre o uso desses recursos e a preservação ambiental ganhou força nos âmbitos sociais e políticos e chegou, enfim, a atingir os âmbitos legais ao tornar-se presente em leis e acordos.

Em termos oficiais, no Brasil a educação ambiental é referida pela primeira vez, com maior destaque, na Constituição Federal de 1988, Capítulo VI, sobre meio ambiente, artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI, onde se lê que compete ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente (Loureiro, 2003, p. 55).

Um dos marcos legais mais importantes da discussão da temática ambiental no Brasil, foi a sanção da Lei 6.938²⁶, de 31.08.1981, que inaugurou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). A PNMA instaurou a síntese do Direito Ambiental brasileiro, em que seu pressuposto é compreender o ambiente como patrimônio comum da sociedade. Esta foi a

²⁶ Link de acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm Acesso em 05 Fevereiro de 2022.

primeira vez que uma lei trazia uma visão global do ambiente, além de integrar na sua proteção regras contra a degradação dos recursos no usos dos seus elementos, estabelecendo assim novos objetivos, ações e instrumentos da política ambiental brasileira (Ferreira; Salles, 2016; Mendonça, 2015).

É na Constituição Federal de 1988 e na Política Nacional do Meio Ambiente que se institucionalizou o licenciamento.

Cujas diretrizes gerais foram definidas pelas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) 01/86 e 237/97. É um instrumento de regulação da relação público-privado e da contradição capital-trabalho, atributo exclusivo do Estado, que busca garantir certos padrões de desenvolvimento social e econômico e de proteção ambiental na autorização de execução de um empreendimento que possui potencial impacto, risco ou dano ambiental e socioeconômico (Loureiro; Anello, 2014, p. 61).

Quando se discute sobre degradação do ambiente e crise climática, um dos principais debates está relacionado a um recurso muito utilizado e diretamente associado ao desenvolvimento econômico, tanto no âmbito nacional, quanto no mundial: o petróleo. Entretanto, a utilização desse recurso acarreta conflitos ambientais, já que a exploração, produção e o uso desse material causam impactos, problemas e conflitos globais e junto à população local, sendo a lógica do consumo de resíduos fósseis, a grande pedra de toque da atualidade.

Sobre essa questão, importantes estudos vêm sendo desenvolvidos na direção de demonstrar a urgência da redução das emissões dos gases de efeito estufa, estufa essa que tem se mostrado capaz de ceifar vidas de forma direta em função das altas temperaturas e em incêndios sem precedentes, como visto no ano de 2023.

Além dessas consequências, circunda a questão da toda cadeia produtiva de Óleo e Gás, riscos e impactos diretos, indiretos, sinérgicos e difusos.

Desterritorialização, favelização dos centros urbanos, conflitos pelo uso do espaço marítimo, uso e ocupação do solo, insegurança alimentar, entre outros macro impactos e impactos difusos, que devem ser diagnosticados periódica e participativamente junto aos sujeitos atingidos.

Cotejar essas questões e evidenciar conflitos e potencialidades nos territórios, implica incluir nos estudos os sujeitos afetados pelos impactos socioambientais de empreendimentos licenciados, fortalecendo sua organização comunitária e incidência política, é o que se prevê no Licenciamento Ambiental Federal, melhor apresentado na seção a seguir.

3.3.2 Gestão Ambiental Pública e fortalecimento da participação no Licenciamento do Petróleo e Gás

No âmbito nacional o Estado tem a obrigação de medir os conflitos ambientais e seus impactos, tendo soberania para permitir ou não o uso dos recursos, no caso do presente estudo, a extração de petróleo. Em outros termos, o responsável pela Gestão Ambiental Pública (GAP), ou seja, análises, medições e pareceres que embasam a aprovação ou não da utilização dos recursos por órgãos privados ou públicos, impondo condicionantes, é o Estado (Quintas, 2006). O Estado usará como ferramenta de análise o Licenciamento Ambiental, que é um dos instrumentos operacionais usados pela PNMA (Buendía; Walter, [s.d.]).

Esta ferramenta torna-se um dos pontos principais da política ambiental principalmente, segundo Ferreira e Salles, após o fim da década de 1990 em que houve sua regularização efetiva através da publicação de normas, entre elas a Resolução Conama nº 237/97, que “permitiram a efetiva institucionalização do licenciamento ambiental como procedimento utilizado, em última instância, para avaliar a viabilidade ambiental de projetos potencialmente causadoras de impactos ambientais” (Ferreira; Salles, 2016, p. 12). Por meio do licenciamento ambiental foi entendido a necessidade da participação popular na análise dos impactos que podem ser causados ao ambiente e à população, principalmente aos grupos considerados socioambientalmente vulneráveis que se tornam os grupos prioritários das ações de mitigação e compensação e sujeitos da ação educativa dos PEAs.

No caso da extração de petróleo e gás, na bacia de Campos, o processo de licenciamento implica a realização de constantes diagnósticos participativos, por meio dos quais, foram e são analisados impactos diretos e indiretos da cadeia produtiva do Petróleo e do Gás. No primeiro diagnóstico, realizado pela SOMA/Petrobras foram identificados como os grupos que mais sofrem com os macro impactos decorrentes da atividade petrolífera: pescadores(as) artesanais e pequenos agricultores. Esses passam a ser, portanto, grupos prioritários das ações de mitigação do impacto ambiental. Sendo a eles direcionados projetos de educação ambiental como o PEA Pescarte²⁷.

Cabe ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) exigir das empresas de Petróleo e Gás a realização de projetos com o objetivo de prevenir, mitigar, monitorar e compensar os impactos ambientais e sociais produzidos por esta indústria junto a população local conforme destacado no site do Programa de Educação

²⁷ O PEA Pescarte propõe o fortalecimento da organização comunitária por meio de projetos de geração de trabalho e renda. “O Projeto PÊSCARTE tem como sua principal finalidade a criação de uma rede social regional integrada por pescadores artesanais e por seus familiares, buscando, por meio de processos educativos, promover, fortalecer e aperfeiçoar a sua organização comunitária e a sua qualificação profissional, bem como o seu envolvimento na construção participativa e na implementação de projetos de geração de trabalho e renda”. Disponível em: <http://www.pea-bc.ibp.org.br/?view=projeto-apresentacao&id=6> Acesso em 08 de Agosto de 2022.

Ambiental da Bacia de Campos PEA-BC²⁸. O IBAMA compreende que a educação ambiental (EA) é uma importante peça para a realização destes projetos juntos aos grupos locais. Isso porque, a EA é entendida como uma forma de incentivar a participação dos indivíduos e do coletivo na construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências para a defesa da preservação do meio ambiente e uma vida de qualidade para todos. A participação da educação ambiental nesse processo de análise foi decretada através da Lei Federal 9.795²⁹, de 27.04.1999, que instaurou a Política Nacional De Educação Ambiental (PNEA).

Conforme destacado em um estudo que apresenta o histórico da educação ambiental, um importante passo previsto pela PNEA é o direito a todos brasileiros à Educação Ambiental feita por meio de abordagem democrática, humanística e holística (Grandisoli; Curvelo; Neiman, 2021).

Logo após o decreto foram iniciados os Programas de Educação Ambiental (PEAs) que tem como objetivo levar essas ações educativas presente no licenciamento para os grupos vulneráveis, grupos prioritários da ação educativa. O foco recai no fortalecimento da participação política e do controle social por meio do estímulo à valorização dos conhecimentos dos sujeitos da ação, em diálogo com os conhecimentos técnico, jurídico e científico.

Um dos principais documentos norteadores elaborados pelo extinto CGPEG/IBAMA para auxiliar os PEAs foi a Nota Técnica 01/2010. Este documento vem sendo o guia das ações dos PEAs e traz como objetivo:

Propor diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente por bacia de produção, vinculados ao processo de licenciamento conduzido pela CGPEG/IBAMA (IBAMA, 2010).

Na Nota Técnica estão presentes definições importantes como: gestão ambiental compartilhada; diagnóstico participativo; projeto de mitigação e compensação; programa de educação ambiental. Além das articulações, diretrizes, normas detalhadas e as linhas de ação que os PEAs serão divididos. Ao total o documento apresenta 6 linhas de ação:

Linha de Ação A – Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental. [...] Linha de Ação B – Controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural. [...] Linha de Ação C – Apoio à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores municipais. [...] Linha de Ação D – linha de ação específica a ser elaborada e fundamentada nos resultados do diagnóstico participativo do programa de educação ambiental. [...] Linha de Ação E – Projetos compensatórios para populações impactadas por empreendimentos de curto prazo (IBAMA, 2010, p. 04).

²⁸ Link de acesso em: <http://www.pea-bc.ibp.org.br/> Acesso em 17 de Março de 2022.

²⁹ Link de acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 06 Fevereiro de 2022.

Neste documento foram apresentados 12 Programas de Educação Ambiental em municípios litorâneos (PEA-RS, PEA-Sul, PEA-SP, PEA-Rio, PEA-BC, PEA-ES, PEA-BA, PEA-Seal, PEA-Pepar, PEA-RN, PEA-CE e PEA-Norte)³⁰, que tem um carácter regional e um objetivo de diminuir os impactos socioeconômicos da indústria de petróleo e gás nas populações locais, além de articular ações educativas que são desenvolvidas em cada bacia.

3.4 Participação Política

A cooperação, participação, engajamento sociopolítico e os mecanismos que os originam, estimulam, desestimulam ou impedem, têm tido centralidade nas Ciências Sociais desde seu nascimento enquanto disciplina, e muito antes, nas disciplinas que a originaram. Diferentes abordagens teóricas e metodológicas são mobilizadas na direção de apreender e compreender os aspectos que afetam a disposição à participação dos sujeitos nas democracias modernas. Se no início o foco dos estudos recai na transição democrática, nas últimas décadas os estudiosos têm dedicado-se a explicar não o surgimento, mas sim, o funcionamento das instituições democráticas.

Após as grandes guerras mundiais e os anos de supressão de direitos dos períodos ditatoriais, o conceito de representação via agregação, ou seja, pelo voto, e a discussão acerca da participação, ganharam centralidade e o debate agregação *versus* participação ganhou novas perspectivas.

Conforme apontam diversos estudos, o debate sobre participação na esfera política, ganhou corpo nos anos 60 e 70 do século passado, principalmente, com o fortalecimento dos movimentos ambientalistas e sociais estadunidenses.

No Brasil, é possível identificar influências pouco evocadas, como a relação dos movimentos eclesiais de base e agricultores, ou no âmbito acadêmico no escopo da teoria crítica no Brasil como Guerreiro Ramos, Maurício Tragtemberg, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola, Florestan Fernandes, e outros; em consonância a Gramsci, evocando o papel da participação cidadã e dos intelectuais orgânicos na construção da mudança social e formação para a autonomia dos sujeitos. Esses autores, que também ocuparam cargos públicos, mesmo que invisibilizados no campo teórico, foram responsáveis por provocar debates e mudanças no tocante ao papel da autogestão, à evocação da emancipação e participação democrática, elevando juntamente a outros grupos, a concepção de uma democracia participativa a ser

³⁰ Link de acesso em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/petroleo-e-gas/notas-tecnicas/5-2010-01-nota-tecnica-programas-de-educacao-ambiental.pdf>. Acesso em: 17 de marc. 2022.

consagrada na Constituição Federal de 1988, que afirmou o princípio da participação direta dos cidadãos, tão reivindicada.

A Constituição Federal de 1988 abriu espaço para uma série de inovações institucionais e mecanismos de participação direta como: orçamento participativo, conselhos setoriais de políticas públicas, audiências públicas de comissões, referendos, plebiscitos, comissões parlamentares de participação popular, entre outros mecanismos deliberativos que estimulam a participação e aproximam os cidadãos e organizações sociais da tomada de decisão e do controle social (De Paula, 2005; Melucci; Avritzer, 2000). Além de elevar os municípios à condição de entes federados, a Constituição Federal de 88, conhecida como constituição cidadã, inaugurou uma série de direitos e atribuiu importantes responsabilidades, com questões humanas e não humanas, historicamente negligenciadas, como por exemplo, as populações tradicionais e a qualidade do ambiente.

Após 35 anos de sua promulgação, as conquistas, ainda que, tímidas frente ao fosso de desigualdades e genocídios existentes no país, e ainda que pesem os complexos problemas e diferentes níveis de implementação, servem de exemplo do exercício da agregação e representação em conjunto à dinâmicas de participação, uma vez que tal Constituição foi redigida por parlamentares eleitos democraticamente (após um longo período ditatorial no país), a partir de amplos debates com diferentes setores da sociedade.

Ailton Krenak também estava lá e no plenário, em fala potente³¹, enquanto pintava-se, criticando os procedimentos a-éticos da casa legislativa que em favor de interesses mercadológicos, ignoram o que é ser um povo indígena, que possuem jeito de pensar e viver que não colocam em risco a vida de outros seres. A ação enviou a mensagem do luto pelas mortes e violações do direito de existir dos povos indígenas, denunciando a ganância mercadológica e os conflitos de interesses aéticos que coloca desde o período inicial da colonização, os índios como inimigos. A ação política da liderança indígena em questão foi fundamental para a aprovação dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 pelos parlamentares constituintes.

Krenak e as ideias para adiar o fim do mundo adquirem cada vez mais relevância para pensar a participação política e o controle social de práticas degradantes e poluidoras, uma vez que além de contribuir para a revisão dos paradigmas acadêmicos no tocante à inclusão da perspectiva decolonial reconhecendo e acolhendo nas pesquisas e publicações a ecologias de

³¹ Discurso Histórico de Ailton Krenak em 04 de Setembro de 1987. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q.

saberes dos sujeitos dos estudos. Esse debate, acerca da lógica racionalista que distingue homem e natureza, caro às perspectivas interacionistas, ganha novos contornos nas sociedades complexas e são ainda mais relevantes frente à crise climática.

3.4.1 Breves apontamentos sobre participação e representação

Em síntese a dimensão da participação se refere à disposição, potencialidade e possibilidade dos cidadãos em influenciar diretamente as decisões políticas, por meio de mecanismos como plebiscitos, referendos, iniciativas populares, conselhos, comitês e orçamentos participativos.

Enquanto a participação envolve a ação dos sujeitos nas decisões, a delegação se refere à transferência de poder dos cidadãos aos representantes, por meio do sufrágio, estando os eleitos autorizados pelo voto e responsáveis por formular e implementar as políticas públicas pautando a agenda política, em nome de seus representados.

Diferentes abordagens teóricas buscam explicar as formas, os motivos e os efeitos da participação política, bem como os desafios e os limites da delegação aos representantes eleitos. Além de amplos debates sobre as vantagens e limitações entre agregação e participação, importantes esforços vêm sendo dedicados objetivando construir tipologias que permitam classificar as modalidades de participação (Borba, 2012).

Segundo Borba (2012) “praticamente todas as grandes pesquisas comparativas na área de opinião pública possuem módulos fixos dedicados ao tema da participação” (p. 280).

Borba (2012) empreende um esforço de sistematização dos principais esforços em tipificar a participação, partindo da conceituação e identificando os pontos de avanços e limitações das tipologias desenvolvidas desde Milbrath (1965) que inaugura a temática, até abordagens mais recentes, que incluem as dimensões formais e as dimensões de protesto nas tipologias, demonstrando a multidimensionalidade do fenômeno da participação e o crescente interesse pela temática (Borba, 2012).

Segundo ao autor,

tal crescimento da área, veio acompanhado da crescente sofisticação dos instrumentos de coleta e das técnicas de análise dos dados, de modo a que temos evidências as mais robustas sobre determinantes individuais e contextuais da participação política nas mais diferentes modalidades de participação. Outro elemento também a ser destacado é que a pesquisa na área foi ampliando o conteúdo do próprio conceito de participação, de modo a incorporar novas modalidades que foram surgindo no âmbito das democracias (Van Deth, 2001, apud, Borba, 2012, p. 280).

Borba (2012) destaca o crescente interesse quantitativo e qualitativo e a vitalidade do campo, no entanto, elenca as críticas aos modelos de classificação como as diferenças

contextuais entre os países e o fato de que nenhum dos esforços classificatórios elencados em seu estudo “tomou como parâmetro empírico os países da América Latina ou África, cujos processos de constituição política têm profundas variações diante do contexto europeu e norte-americano” (Borba, 2012, p. 282). Outra crítica elencada por ele diz respeito às considerações de que as estratégias classificatórias tendem a encaixar os sujeitos em caixas, acarretando no que Huxtin e Denk (2009) denominam de o "problema da caixa-preta".

Os estudos têm mapeado quem são os cidadãos que participam, onde participam e a intensidade de sua participação, mas pouco dizem sobre como os indivíduos fazem suas escolhas (Huxtin & Denk, 2009 p. 12 *apud* Borba, 2012, p. 280).

Para além dos esforços classificatórios tipológicos, diferentes abordagens têm dedicado-se exatamente a explicar as bases das escolhas dos sujeitos no tocante à adesão à participação.

A teoria dos custos da participação política é uma abordagem que busca explicar os fatores que influenciam o grau e a forma de envolvimento dos cidadãos nas atividades políticas. Segundo essa teoria, a participação política depende de uma avaliação racional dos custos e benefícios envolvidos em cada modalidade de ação, bem como dos recursos disponíveis para os indivíduos e grupos. Assim, quanto maiores forem os custos (em termos de tempo, dinheiro, informação, etc.) e menores forem os benefícios (em termos de influência, reconhecimento, satisfação, etc.) de uma determinada forma de participação, menor será a probabilidade de que ela ocorra. Por outro lado, quanto maiores forem os recursos (em termos de renda, educação, organização, etc.) e menores forem os custos de uma determinada forma de participação, maior será a probabilidade de que ela ocorra.

Diferentes tipologias tem o intuito de classificar as modalidades de participação política em função dos seus custos e benefícios. Essas tipologias variam desde as mais simples, que consideram apenas um continuum de custos e complexidade até as mais elaboradas, que levam em conta também outros fatores como o tipo de motivação, o grau de institucionalização e o nível de conflito envolvidos em cada modalidade de participação.

No entanto, ela também apresenta algumas limitações e críticas, como a dificuldade de mensurar os custos e benefícios subjetivos da participação, a tendência a ignorar os aspectos intersubjetivos e identitários que motivam a participação, e a possibilidade de que os custos e benefícios sejam alterados pela própria experiência participativa. Além disso, essa teoria também pode ser questionada por sua visão racionalista e individualista da participação política, que desconsidera as influências estruturais e coletivas que condicionam as oportunidades e as escolhas dos atores sociais.

Uma das abordagens hegemônicas é a da escolha racional, nascida nos Estados Unidos

da América nas décadas de 1950 e 1960. Parte do pressuposto de que os indivíduos agem de forma racional e calculada, buscando maximizar seus benefícios e minimizar seus custos. Nessa perspectiva, a participação política seria um resultado da avaliação dos custos e benefícios de se envolver em diferentes atividades, como votar, se filiar a um partido, participar de uma manifestação, etc. Alguns dos principais representantes dessa abordagem são Anthony Downs (1957), Mancur Olson (1971) e James Coleman (2009).

Anthony Downs (1957) empreende a argumentação acerca da racionalidade dos sujeitos em sua clássica obra "Uma teoria econômica da democracia". Sendo ele, economista, pressupõe a racionalidade econômica como explicativa das ações dos políticos e eleitores, onde os membros da elite política visam a reeleição, os partidos visam a permanência no poder por meio do voto dos eleitores e dos eleitores ao decidir sobre o voto e apoio.

Em Olson (1999) encontramos a premissa de que os sujeitos em ação coletiva ademais dos interesses comuns tendem a priorizar interesses puramente individuais.

James Coleman (2009), é outro importante autor da corrente do individualismo metodológico, que se baseia na perspectiva da escolha racional combinada à perspectiva sociológica da ação coletiva na construção de sua teoria sociológica para explicar permanências e mudanças. Em seu argumento, ainda que os indivíduos tenham interesses coletivos, priorizam os interesses pessoais.

Outra abordagem é a da proximidade dos centros de poder e da posição social dos indivíduos na sociedade, que enfatiza o papel das desigualdades sociais e das oportunidades políticas na determinação da participação política. Nessa perspectiva, a participação política seria influenciada pelo grau de acesso aos recursos materiais, culturais e organizacionais que facilitam ou dificultam a mobilização dos cidadãos, bem como pelo grau de abertura ou fechamento do sistema político às demandas populares.

A perspectiva institucionalista, que destaca o papel das instituições políticas na promoção ou inibição da participação política. Nessa perspectiva, a participação política seria condicionada pelo desenho institucional do sistema político, como o tipo de regime, o sistema eleitoral, o sistema partidário etc., que criam incentivos ou obstáculos para a participação dos cidadãos nas eleições, nos partidos, nos movimentos sociais, etc. Podemos classificar como importantes representantes dessa abordagem: Arend Lijphart (2019), Giovanni Sartori (2005) e Robert Dahl (2005).

Arend Lijphart (2019), empreende um estudo comparado de fôlego com foco na organização política de 36 democracias por todo o mundo. Em sua obra "Modelos de

democracias: Desempenho e padrão de governo em 36 países” o autor foca nos aspectos institucionais para compreender o processo democrático e a participação nos contextos estudados.

Outra abordagem importante nos estudos sobre participação é a da identidade coletiva, que ressalta o papel das identidades sociais e políticas na motivação da participação política. Nessa perspectiva, a participação política seria uma expressão da identificação dos indivíduos com determinados grupos ou categorias sociais, como classe, gênero, etnia, religião etc., que fornecem um senso de pertencimento e de solidariedade entre os membros.

Outra abordagem que merece destaque é a da teoria crítica e do reconhecimento, a qual nos inserimos, que enfoca o papel da participação política na transformação social e na emancipação dos sujeitos. Nessa perspectiva, a participação política seria uma forma de resistir às estruturas de dominação e opressão existentes na sociedade, bem como de reivindicar o reconhecimento de direitos e de novas formas de cidadania.

No tocante aos desafios da representação, Young assume que invariavelmente existem diferenças entre representantes e representados, e que "*o falar por* do representante não significa *falar como* os representados". Tal posicionamento implica entender a representação como um relacionamento entre eleitores e representantes, assim como os eleitores entre si. Concebe, portanto, a representação como um "relacionamento diferenciado entre atores plurais" onde as deliberações democráticas são processos mediados que variam ao longo do espaço e do tempo (Young, 2006, 2014).

A representação é validada pelo relacionamento que os atores políticos têm entre si, exigindo para isso a participação ativa de todos nas comunicações democráticas. O argumento é que, a perda de conexão entre esses atores é o que enfraquece o caráter democrático da representação. É por isso que a participação é elemento central na sua concepção de representação, e acontece por meio dos processos de antecipação, autorização e prestação de contas. Ela se apoia em Pitkin (1979) ao argumentar que a dicotomia existente entre as características delegada e fiduciária da representação é uma falsa polarização, uma vez que estes são aspectos diversos da prática representativa e que o seu objetivo é pensá-los conjuntamente em um processo diferenciado e mediado que varia no espaço e no tempo.

Segundo a autora, essa nova conceituação de representação pode e deve ser usada ao pensar a representação de grupos marginalizados por meio de políticas destinadas especificamente a aumentar a representação destes por meio de um processo diferenciado de relação entre representantes e representados. Como o próprio grupo é internamente

diferenciado, a representação deve se basear na relação, participação e engajamento de cada um deles nos processos de discussão democrática. Mas daí surge uma questão importante: quem deve representar o grupo?

Young (2006) considera que não é muito comum uma pessoa que não possua determinados atributos descritivos represente a perspectiva de um grupo que se forme em torno destas determinadas características, ao menos que compartilhe das experiências e relações sociais similares àqueles que pretende representar. Assim, a concepção de representação como um processo relacional, mediado no espaço e no tempo, abre a possibilidade de pessoas que não compartilham os mesmos atributos descritivos representarem uma perspectiva social comum, uma vez que este grupo reconhece o representante como apto a representá-los. Mas, uma vez na perspectiva de representação de grupos, apesar de compartilharem determinados atributos descritivos em comum, a base é muitas vezes internamente heterogênea.

Uma medida que sugere Young (2006) a fim de pluralizar a representação é fazê-la por meio de comissões e não apenas, por meio de um único indivíduo, o que levaria a expressar as demandas do grupo de modo mais amplo e a pensar a representação de grupos marginalizados, por meio de um processo diferenciado, para além da relação entre representantes e representados, entendendo a representação como processual, baseada na relação, participação e engajamento de cada um deles nos processos de discussão e participação democrática (Melucci, Avritzer, 2020; Almeida, 2015; Abers, Keck, 2017). Neste sentido:

A economia dos bens simbólicos desenvolvida por Bourdieu está enraizada em uma crítica do economicismo que reduz as trocas ao cálculo interessado (Sapiro, 2017 p. 55).

Segundo Bourdieu, crítico à visão unidimensional, os agentes sociais possuem diferentes tipos e quantidades de capital (econômico, cultural, social, simbólico), que determinam suas posições e suas chances de sucesso nos diversos campos (político, econômico, educacional, artístico, etc.). Cada campo tem suas próprias regras, valores e disputas, que exigem dos agentes um investimento específico para participar e se beneficiar dele. Esse investimento implica em custos, não apenas materiais, mas também simbólicos, que podem ser maiores ou menores dependendo do *habitus* de cada agente.

O *habitus* é o conjunto de disposições incorporadas pelos agentes ao longo de sua trajetória social, que orientam suas percepções, pensamentos e ações, implantados desde a primeira educação.

Gramsci (1972) por sua vez, enfatizou o papel da ideologia e da cultura na manutenção ou na transformação das relações de poder. Nesse sentido, a hegemonia é a forma como uma

classe social domina as outras não apenas pela força, mas também difundindo sua visão de mundo e seus interesses como universais e naturais por meio dos aparatos de informação, e a capacidade de uma classe subalterna de construir uma alternativa cultural e política que desafie a ordem dominante. Nesse processo, a educação libertadora e os intelectuais têm um papel fundamental, pois podem contribuir para a formação por meio da filosofia da praxis que permita o fortalecimento da consciência crítica e de uma vontade coletiva nos grupos oprimidos.

3.4.2 Participação e delegação entre pescadores artesanais no âmbito do PEA Pescarte

Olhando para a problemática apresentada, tomamos por locus do estudo a arena local e por problema de pesquisa a adesão à participação democrática entre sujeitos da ação educativa do projeto de educação ambiental PEA Pescarte, de forma geral. E de forma específica, a cooperação e adesão à participação democrática entre as lideranças eleitas pela comunidade de pesca artesanal para representá-los nos grupos organizacionais do PEA Pescarte, a saber: Grupo Gestor (GG) e Grupo de Acompanhamento de Obras (GAO).

3.4.2.1 Lideranças eleitas no âmbito do PEA Pescarte: GG e GAO

Os membros dos GGs e os “gaolezes”, como se autointitulam os membros do GAO, são grupos eleitos pelas comunidades de pesca, que desenvolvem habilidades em cooperativismo, solidariedade, reciprocidade e respeito, participam de reuniões, assembleias, oficinas (em letramento digital, em cooperativismo, em licenciamento ambiental...) e visitas técnicas. São, entre outras atribuições, responsáveis por vocalizar as demandas da pesca, em arenas de participação e deliberação, internas e externas ao PEA, sendo responsáveis também por democraticamente escolher os empreendimentos de GTR e acompanhar, atuar e fiscalizar a implementação dos projetos de geração de trabalho e renda (PGTR) previstos para a terceira fase do projeto PEA Pescarte. Tais grupos são eleitos pela comunidade de pesca sendo garantidas vagas em observância às dimensões de gênero e local da atividade de pesca.

O processo eleitoral guarda requintes de inovação. É realizado após diversas reuniões de mobilização e cada cidadão da comunidade de pesca pode se candidatar, observando-se as regras amplamente divulgadas pelas redes de comunicação e publicadas no jornal de maior circulação local. No momento da eleição cada membro da comunidade de pesca apto a votar tem direito a 4 (quatro) votos³². Esse tipo de eleição reduz as chances de mecanismos pautados

³² Essa estratégia de voto secreto e múltiplo objetiva equilibrar possíveis abusos de poder econômico, desincentivando a compra de votos, por exemplo, uma vez que cada votante escolhe 4 (quatro) nomes entre os candidatos. Um voto que hipoteticamente tenha sido comprado será acompanhado de outros 3 votos, dificultando

no abuso de poder econômico, por exemplo, e permite revelar lideranças ocultas e fortalecer a dimensão do autorreconhecimento e do reconhecimento mútuo no exercício democrático da delegação, sem perder a dimensão da participação uma vez que os representantes eleitos são a todo tempo estimulados a realizarem devolutivas e consultas de opiniões junto aos demais membros das comunidades pesqueiras.

Ao todo são 21 membros eleitos em cada um dos dez municípios da área de abrangência do PEA Pescarte³³, perfazendo um total de 210 lideranças que se dedicam às atividades relacionadas ao PEA Pescarte sem remuneração monetária, o que eleva os custos de participação dos sujeitos do estudo, uma vez que a maioria encontra-se na faixa C e D do Critério Renda Brasil, com alto grau de insegurança alimentar, baixa renda per capita e baixo nível de capital social, conforme evidenciam estudos a partir dos dados do CENSO do PEA Pescarte (Campos, Timóteo e Nogueira, 2018; Campos, Machado, Timóteo, Mesquita, 2016; Campos, De Almeida, Timóteo, 2021; Timóteo, 2019; Belo e Peixoto, 2017; Peixoto, Bastos, Marques, Santos, 2021; Belo, 2018), e corroborado com as análises exploratórias da presente tese.

No entanto, ainda que pesem altos custos de participação sobre o grupo estudo, observa-se grande disponibilidade à participação em atividades promovidas pelo PEA Pescarte e em arenas externas ao PEA, podendo ser evidência do incremento de capitais simbólicos promovidos pelos projetos de educação ambiental nos territórios do estudo, como pretendemos argumentar nas seções a seguir.

3.5 De invisíveis a lançadores de alertas

Simmel (2009) propõe a ruptura na visão binomial indivíduo-sociedade, colocando o foco na interação. Seu aparato conceitual pretende dar conta das interações entre sociação, interação e processo, entendendo que os indivíduos estão em constante processo de interações face-a-face onde o conflito deve estar no foco da análise. O foco sociológico proposto por Simmel, incorporado à presente tese, recai sobre as interações, e os conflitos servem para pensar as sociedades de forma mais dinâmica, construída em interações em redes de sentidos.

o monitoramento e desestimulando a prática de compra de votos.

³³ Armação dos Búzios, Carapebus e Rio das Ostras, ingressaram na área de abrangência do PEA Pescarte em Janeiro de 2021, e passaram pela primeira fase, elegendo seus grupos gestores. Atualmente estão na segunda fase, deliberando sobre os empreendimentos conquistados. É importante ao debate da tese, destacar que a inserção dos 3 novos municípios ocorreu após os membros das comunidades tradicionais de Pesca Artesanal se manifestarem em audiências públicas, reivindicando o reconhecimento jurídico, social e afetivo dos impactos e riscos a que estão expostos.

Iniciei o campo da presente pesquisa-ação em 2020³⁴ na condição de voluntária/pesquisadora do PEA Pescarte, participando nas reuniões dos pesquisadores, nas reuniões de construção dos podcasts, nas lives com pescadores e pescadoras, nas reuniões de trabalho on-line para oferecer suporte burocrático para pleito de recebimento de auxílio para trabalhadoras(es) da economia solidária durante a Pandemia de COVID-19, nas reuniões de elaboração de carta de intenções e compromissos que foram elaboradas por pescadoras(es) e encaminhadas aos candidatos às prefeituras de municípios da área de abrangência do PEA Pescarte, tendo ainda acompanhado todas as reuniões on-line de apresentação de pescadoras(es) da carta aos candidatos à Prefeitura de Campos dos Goytacazes.

Em janeiro de 2021, ingressei na equipe técnica do PEA Pescarte, como Supervisora das 21 linhas de pesquisa desenvolvidas no âmbito do PEA Pescarte. O que permitiu acesso irrestrito a todas as tipologias de reuniões que são realizadas no âmbito do PEA Pescarte. Além disso, permitiu acesso a documentos e relatórios (da fase atual e das duas fases passadas).

Respeitando a interação com os sujeitos, o *self* acessado e não criado ficticiamente a partir dos interesses e premissas teóricas, ao não pretender “fazer caber” o campo à teoria, os conhecimentos e ações discursivas dos sujeitos do estudo levaram-me a navegar os rumos, contra intuitivos, que os dados e a observação participante mostravam.

Ainda no ano de 2021, colocamos algumas questões com foco nos vínculos iterados no tempo entre sujeitos da pesca artesanal e elite política local objetivando investigar o acesso e temporalidade da relação entre sujeitos das comunidades de pesca e elite política municipal, bem como estratégias para solução de problemas/demandas, os tipos de pedidos que as comunidades demandam e a quem recorrem.

Antes mesmo das análises dos dados do CENSO II que serão apresentados na presente seção, cujos dados foram coletados entre 2022 e Dezembro de 2023³⁵, o campo e as interações, levaram-me a refletir sobre os “não vínculos” e a invisibilidade descritas por Simmel (2005) que dialoga com as análises de que nas sociedades urbanas o pobre está só e sem vínculos (Engels, 2008) como produto dos processos de reificação, pela perspectiva honnetiana da

³⁴ No ano de 2020, o PEA Pescarte encontrava-se no período entre fases, aguardando o início da terceira fase quando se decretou medidas restritivas e sanitárias em função da pandemia de COVID-19, o famoso “tranca-tudo”. Todos os envolvidos nas atividades do período 2020, eram voluntários (SAEs Equipe, Pesquisa), nas lives, podcasts, escrita da carta de intenções enviadas aos candidatos a prefeito e lives com a presença dos candidatos ao executivo municipal e membros de comunidades pesqueiras e na ação de regularização para acesso a direitos via programa de economia solidária.

³⁵ Como já informado, os dados referentes aos segundo CENSO da Pesca do Pescarte que encontram-se na presente tese são referentes a resultados parciais, uma vez que a realização de entrevistas aconteceu até Dezembro de 2023, conforme previsto na adaptação (em função da pandemia de COVID-19) do plano de trabalho da 3ª fase do PEA Pescarte, aprovado pelo IBAMA.

reificação como esquecimento do reconhecimento.

As ideias de solidão e esfacelamento da solidariedade como marcas dos processos de reificação, são evocadas por autores da teoria crítica como característica das sociedades urbanas, das cidades modernas (Castells, 2018; Giddens, 1991; Sennett, 1998, 2015; Simmel, 2005; Honneth, 2009). Essas concepções levam intrínsecas a hipótese de que a solidariedade entre os sujeitos seria pouco acionada diante aos novos padrões das sociedades contemporâneas, marcadas de um lado na atitude de reserva, de liberdade pessoal, de anonimato, neutralidade e indiferença, relações entre coisas, com destaque para o aspecto das cidades modernas onde os indivíduos se encontram distanciados uns dos outros e imersos na cultura de reificação própria do sistema capitalista.

O caráter Blasé simmeliano, como próprio da vida nas cidades, o distanciamento para sobreviver indiferente à dor de si e à dor do outro, reificados, objetos indiferentes uns aos outros. Que é ecoada nas descrições de Dubet acerca da persistência da pobreza e da multiplicação das desigualdades das sociedades contemporâneas (Dubet, 2020). Esse estado de indiferença e neutralidade próprio da reificação, do esquecimento do reconhecimento (Honneth, 2020), parece apontar pistas ao lançar luzes sobre os processos e interações de não reconhecimento e lutas por reconhecimento encontrados na empiria junto a *brokers* da pesca artesanal no âmbito do PEA Pescarte.

Encontramos no campo, relatos de abandono e ausência de político a quem recorrer, informando a “não procura” por parte da elite política, “somos invisíveis”, “não procuram por nós, nem na época da política” disseram alguns.

A observação participante me proporcionou identificar algumas regularidades nas lutas por Justiça Ambiental e pelo Direito de Existir dos pescadores e pescadoras tradicionais, uma delas: o argumento da invisibilidade.

Essa dimensão da invisibilidade, captada nas falas dos sujeitos pôde ser analisada a partir das questões do módulo de Capital Social e Laços Fracos (CSFL) do 2º Censo da Pesca PEA-Pescarte³⁶, que investiga questões ligadas ao capital social e disposição ao associativismo entre outras. Na presente seção, analisamos especificamente a seção representação política à existência e a frequência da procura, de e por, políticos, bem como os motivos da procura, instituições acionadas para solucionar problemas, liberdade para acessar aos gabinetes de vereadores³⁷.

³⁶ Os dados analisados são referentes ao banco de dados parcial de 30 de setembro. O 2º CENSO ainda está no cronograma de coleta até dezembro de 2023.

³⁷ As questões foram inspiradas no questionário desenvolvido no âmbito do NEPOL UFJF pela pesquisa

Nossas análises recaem sobre informações, opiniões e percepções de pescadores(as) que responderam aos CENSOS da Pesca realizados pelo PEA Pescarte nos municípios de sua área de abrangência, e sobre a ação de lideranças dentro de um grupo específico, eleito, entre os sujeitos da ação educativa do PEA Pescarte, não pretendemos inferências se não ao universo e escopo dos sujeitos da ação educativa do PEA Pescarte.

Meu interesse de pesquisa, a partir da problemática da imposição desigual dos riscos e da espera foi investigar, entre populações em sóciorisco, mecanismos de intermediação de interesses, testando as hipóteses de que pobres tendem à não adesão à participação.

Não tomando apenas a renda per capita para inferir pobreza, mas buscando qualificar a sua multidimensionalidade por meio de um indicador. Incluindo nas análises dimensões simbólicas, buscando evidenciar os capitais simbólicos, a esse indicador chamamos: indicador de sóciorisco.

Ao comparar o posicionamento discursivo, opiniões e percepções dos sujeitos na primeira e terceira fase do PEA Pescarte, por meio de análises dos Grupos Focais realizados em 2015, CENSO da Pesca/PEA Pescarte-2016³⁸, entrevistas informais com educadores socioambientais que são membros da pesca, às observações realizadas entre 2020 e 2023, associada às análises de entrevistas de sujeitos da ação educativa realizadas em 2021, ação discursiva dos sujeitos em reuniões, lives no youtube, podcasts, e também em reuniões de construção de estatutos e assembléias constitutivas de cooperativas que receberão unidades de beneficiamento e/ou produção de pescado, gerando trabalho e renda, como medida de mitigação associada ao Processo nº 02022.008099/02-18 que envolve a instalação de sistemas de produção, estocagem e escoamento de campos petrolíferos da PETROBRAS na Bacia de Campos. Pudemos captar lutas por reconhecimento e o engajamento na luta por justiça ambiental e climática, entre os sujeitos do estudo em territórios de comunidades tradicionais de pesca artesanal, mas seus discursos evidenciaram “somos invisíveis”, “os políticos não vêm aqui nem em tempo de eleição”.

A seção Representação política, do Bloco CSLF, buscou mensurar o tipo e frequência das interações entre pescadores e pescadoras e elites políticas. Os respondentes do *survey* foram

coordenada pela Prof^a Dr^a Marta Mendes da Rocha, que investigou a política local em municípios mineiros, a qual ajudei na coordenação do campo, na coleta e algumas análises encontram-se em minha dissertação de mestrado. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5856/1/giselebragabastos.pdf> E também nas análises publicações do NEPOL, com destaque para as análises realizadas pela Prof^a Marta Mendes: https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/682.

³⁸ Foram entrevistados pelo primeiro CENSO da Pesca do PEA Pescarte, indivíduos ligados à cadeia produtiva da pesca, em 3.478 domicílios compostos por 10.082 pessoas ligadas direta ou indiretamente à pesca artesanal.

perguntados sobre a frequência com que são procurados por políticos, a frequência com que procuram, o motivo da procura.

Os dados analisados a seguir são provenientes de resultados parciais (corte 30/09/2023) do segundo CENSO da Pesca, finalizado em Dezembro de 2023.

Figura 4. Questões analisadas. 2º Censo da Pesca PEA Pescarte. Bloco Capital Social e Laços Fracos (CSFL)

Representação política **CSLF.121** Com que frequência o(a) Sr(a). é procurado(a) por políticos?

☐ Todos os dias
☐ Algumas vezes por semana
☐ Algumas vezes por mês
☐ Raramente
☐ Somente no período eleitoral
☐ Nunca

CSLF.122 Com que frequência o(a) Sr(a). procura os políticos para apresentar demandas?

☐ Todos os dias
☐ Algumas vezes por semana
☐ Algumas vezes por mês
☐ Raramente

CSLF.124

☒ Nunca

CSLF.123 Qual o principal motivo do(a) Sr(a). procurar políticos?

☐ Apresentar necessidades da sua comunidade
☐ Apresentar denúncia
☐ Conseguir alguma informação
☐ Fazer pedido de dinheiro
☐ Fazer pedido de emprego
☐ Fazer pedido de vaga em escola
☐ Fazer pedido de atendimento médico
☐ Dar sugestões
☐ Fazer reclamações sobre órgãos e serviços públicos
☐ Fazer o pedido de ajuda para receber o seguro defeso

CSLF.124 Diante de um problema grave em sua comunidade a quem o(a) Sr(a). recorre?

☐ Amigos e Familiares
☐ Associação de Moradores
☐ Associação de Pescadores
☐ Colônia de Pescadores
☐ PEAs
☐ GAOs
☐ Assistência Social (CRAS)
☐ Prefeito
☐ Vereador(a)
☐ Comunidade de pesca
☐ Partido político
☐ Fóruns consultivos e deliberativos
☐ Não recorre a ninguém

CSLF.125 A quantos gabinetes de vereadores o(a) Sr(a). tem livre acesso em seu município?

CSLF.126 O(A) Sr(a). tem livre acesso ao gabinete do(a) prefeito(a) do seu município? ☒ S ☐ N

Fonte: Retirado do questionário do 2º CENSO da pesca do PEA Pescarte.

Expressivos 19% dos entrevistados (914 pescadores) afirmaram nunca serem procurados por políticos. Apenas 0.8% do total de respondentes (41 pescadores), afirmou ser procurado por políticos todos os dias, 2.3% dos entrevistados (112 pescadores) afirmaram ser procurados algumas vezes por mês, uma parcela ainda menor, 0.6% (31 pescadores), indicou que são procurados algumas vezes por semana. Juntos somam um pouco mais que 3% que afirma alguma regularidade na interação com a elite política, partindo dela a procura, ou seja, sendo o respondente o vetor passivo. Uma proporção de 2.5% (123 pescadores) respondeu que são procurados raramente.

A maioria expressiva dos participantes, 75% do total (3.683 pescadores), afirmou ser procurada por políticos somente durante o período eleitoral.

Esses achados refletem uma assimetria considerável no envolvimento político entre os

pescadores e os políticos. A maioria dos pescadores é contactada principalmente durante o período eleitoral, sugerindo que o interesse político em sua comunidade pode ser sazonal e centrado em torno de processos eleitorais, não vinculando as interações nas pautas de luta e nas ações do mandato. Reforçando o aspecto da invisibilidade e necessidade de lutas por reconhecimento que relataram ao longo da imersão etnográfica.

O que fica marcado no fato de que um número significativo de pescadores afirmou nunca serem procurados por políticos, indicando uma possível desconexão ou falta de engajamento político por parte desses atores representativos em relação a essa comunidade de população tradicional. Essa dinâmica pode ter implicações importantes para a representatividade e *advocacy* dos pescadores nas decisões políticas que afetam suas atividades e meios de subsistência. Em relação ao gênero os resultados percentuais são bastante semelhantes:

Tabela 6. Frequência com que procuram atores políticos

Characteristic	N = 4,904 ¹
CSLF.121	
Todos os dias	41 (0.8%)
Algumas vezes por semana	31 (0.6%)
Algumas vezes por mês	112 (2.3%)
Raramente	123 (2.5%)
Somente no período eleitoral	3,683 (75%)
Nunca	914 (19%)

Fonte: 2º Censo da Pesca do PEA Pescarte, parcial 30/09/2023.

Fonte: Elaboração própria com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2023.

Tabela 7. Distribuição da frequência com que são procurados por políticos por sexo**Tabela 2. Frequência com que são procurados por políticos x Sexo.**

	Todos os dias	Algumas vezes por semana	Algumas vezes por mês	Raramente	Somente no período eleitoral	Nunca	Total
Sexo							
Feminino	8 (0.6%)	4 (0.3%)	16 (1.2%)	36 (2.6%)	1,022 (75%)	275 (20%)	1,361 (100%)
Masculino	33 (0.9%)	27 (0.8%)	96 (2.7%)	87 (2.5%)	2,661 (75%)	639 (18%)	3,543 (100%)
Total	41 (0.8%)	31 (0.6%)	112 (2.3%)	123 (2.5%)	3,683 (75%)	914 (19%)	4,904 (100%)

Fonte: 2º Censo da Pesca do PEA Pescarte, resultado parcial 30/09/2023.

Fonte: Elaboração própria com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2023.

Na sequência os pescadores e pescadoras foram questionados sobre a frequência com que procuram atores políticos. Ou seja, quando são o vetor ativo da procura. Os resultados obtidos são semelhantes, mas surpreende o fato de que nenhum dos entrevistados afirmou nunca procurar por atores políticos, em contraste aos 19% que informaram nunca serem procurados.

Um percentual muito baixo, representando 0.2% do total (10 pescadores), afirmou procurar atores políticos todos os dias, 0.7% (32 pescadores), indicou que o faz algumas vezes por semana e apenas 2.7% dos entrevistados (130 pescadores) afirmaram procurar atores políticos algumas vezes por mês.

Uma porcentagem significativa, 9.9% (484 pescadores), respondeu que o faz raramente. E a grande maioria dos participantes, 87% do total (4.248 pescadores), afirmou procurar atores políticos somente durante o período eleitoral.

Esses dados indicam uma tendência marcante entre os pescadores em direcionar sua atenção e envolvimento político principalmente durante os períodos eleitorais. A maioria expressiva dos respondentes do censo parece limitar sua busca por atores políticos a esses momentos específicos, o que pode ser interpretado como uma estratégia de maximizar sua influência e participação durante os processos eleitorais. Isso pode ser influenciado por uma

série de fatores, incluindo a percepção de que as eleições são os momentos mais críticos para fazer ouvir suas vozes e influenciar as políticas que afetam suas comunidades.

Tabela 8. Frequência com que procuram atores políticos

Characteristic	N = 4,904 ¹
CSLF.122	
Todos os dias	10 (0.2%)
Algumas vezes por semana	32 (0.7%)
Algumas vezes por mês	130 (2.7%)
Raramente	484 (9.9%)
Somente no período eleitoral	4,248 (87%)
Nunca	0 (0%)

¹_n (%)

Fonte: Elaboração própria com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2023.

Em relação aos motivos da procura, buscamos elencar nas opções de respostas, motivos ligados às demandas coletivas e institucionais, bem como pedidos relacionados a interesses pessoais. Quase metade, 298 (45%), informou procurar os políticos para apresentar as necessidades da sua comunidade. Fazer pedido de emprego 119 (18%) foi a segunda opção com maior concentração de respostas.

Tabela 9. Motivos da procura

Characteristic	N = 656 ¹
motivos	
Apresentar denúncia	9 (1.4%)
Apresentar necessidades da sua comunidade	298 (45%)
Conseguir alguma informação	59 (9.0%)
Dar sugestões	30 (4.6%)
Fazer o pedido de ajuda para receber o seguro defeso	8 (1.2%)
Fazer pedido de atendimento médico	101 (15%)
Fazer pedido de dinheiro	9 (1.4%)
Fazer pedido de emprego	119 (18%)
Fazer pedido de vaga em escola	6 (0.9%)
Fazer reclamações sobre órgãos e serviços públicos	17 (2.6%)

¹n (%)

Fonte: Elaboração própria com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2023.

Os pescadores e pescadoras foram então, indagadas sobre a quem recorrem em caso de problemas graves.

Os resultados revelam uma variedade de fontes de apoio preferenciais entre os pescadores, com uma inclinação significativa para recorrer a amigos e familiares em situações problemáticas. As instituições formais, como a Assistência Social e os órgãos políticos locais, foram menos citadas como fontes de auxílio em momentos de necessidade. Isso pode indicar uma forte confiança nas redes sociais e comunitárias dentro da comunidade de pescadores. A maioria dos respondentes, representando 57% do total (2.784 pescadores), indicou que recorrem a amigos e familiares em momentos de dificuldade. No entanto, as Comunidades de Pesca foram apontadas por apenas 1.1% (52 pescadores) como fonte de auxílio em situações graves. E apenas 1 pescador informou recorrer ao Grupo de Acompanhamento de Obras (GAOs).

Uma parcela muito pequena dos participantes, 0.8% (41 pescadores), afirmou recorrer à Assistência Social (CRAS).

As Associações de Moradores e de Pescadores, bem como as Colônias de Pescadores, foram mencionadas por somente 3.2% (155 pescadores), 0.6% (28 pescadores) e 1.8% (90

pescadores) dos entrevistados, respectivamente. Fóruns consultivos e deliberativos foram mencionados por um quantitativo ainda menor, apenas 0.3% (13 pescadores).

Partidos políticos foram mencionados por 0.3% (14 pescadores), enquanto os Programas de Educação Ambiental (PEAs) foram citados por 0.2% (10 pescadores). O Prefeito(a) e o(a) Vereador(a) foram indicados como fontes de ajuda em momentos de crise por 3.3% (162 pescadores) e 3.3% (163 pescadores) dos entrevistados, respectivamente.

Tabela 10. A quem recorrem

Characteristic	N = 4,904 ¹
a_quem_recorre	
Amigos e Familiares	2,784 (57%)
Assistência Social (CRAS)	41 (0.8%)
Associação de Moradores	155 (3.2%)
Associação de Pescadores	28 (0.6%)
Colônia de Pescadores	90 (1.8%)
Comunidade de pesca	52 (1.1%)
Fóruns consultivos e deliberativos	13 (0.3%)
GAOs	1 (<0.1%)
Não recorre a ninguém	1,391 (28%)
Partido político	14 (0.3%)
PEAs	10 (0.2%)
Prefeito(a)	162 (3.3%)
Vereador(a)	163 (3.3%)
¹ n (%)	

Fonte: Elaboração própria com base no Censo da Pesca PEA-Pescarte, 2023.

Em contraste aos 57% que recorrem a familiares e amigos, uma parcela considerável, 28% do total (1.391 pescadores), relatou não recorrer a ninguém em casos de problemas graves. Podendo sugerir conexão com o debate de que nas sociedades complexas, os pobres estão só e sem vínculos, como abordaremos na seção a seguir.

3.6 Percepções sobre solidariedade e cooperação entre os sujeitos do estudo

Simmel (2005) destaca as características das sociedades complexas, urbanas, marcadas por novas formas de comportamento. Frente aos múltiplos estímulos das cidades grandes, novos padrões de solidariedade, onde o individualismo e o nivelamento monetário imprimem às pessoas um embotamento, um “caráter *blasé*”, pautado no distanciamento e não envolvimento nas questões íntimas do outro, tornando a todos, indiferentes às dificuldades do outro. Segundo Simmel (2002) esse caráter *blasé*, seria marca da vida na cidade onde o excesso de estímulos gera a não reação aos estímulos.

Simmel (2005) destaca que é esse caráter *blasé* que nos permite passar “ílesos” pelos famélicos, pelos moradores de rua, pelos bombardeios e guerras nos telejornais, a ideia posta é a de uma indiferença construída nas cidades grandes que torna uns aos outros invisíveis e indiferentes uns aos outros. Diferente das cidades pequenas, em tese, marcadas por relações face a face, apoios mútuos, maior proximidade e processos cooperativos mais frequentes, nas cidades grandes, marcadas pela lógica colonial ocidental, pela economia monetária, pela objetivação, os indivíduos são impelidos ao anonimato. Esse estado mental das cidades urbanas imprimiria, segundo a análise sociológica simmeliana, o apagamento da vida comunitária, a prevalência das relações impessoais, os vínculos frágeis e os laços fracos.

Frente a complexificação das sociedades modernas e avanço do imperialismo colonial ocidental, esse caráter *blasé*, percebido nas grandes cidades se expande como bandeira civilizacional por todo o globo, dando ainda mais relevância à leitura sociológica de Georg Simmel de seu tempo, para pensar as interações e os processos em mudança, no nosso tempo. Como ensina Krenak (2019), se antes parecia que só estavam as comunidades tradicionais ameaçados pela lógica colonial, agora estamos todos.

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. É importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros (Krenak, 2019, p. 13-14).

Uma questão importante a se pensar nos processos relacionados aos processos de reificação e quebras de solidariedade nas sociedades modernas, em relação às comunidades tradicionais de pesca artesanal, diz respeito à expulsão territorial e quebras de identidade. Ao

perderem território terrestre e aquático, muitos outros aspectos da cosmovisão desses sujeitos, suas práticas, saberes, fazeres, ficam ameaçados, e ainda, os vínculos constitutivos do parentesco e vizinhança, impactando na confiança mútua, na solidariedade e na disposição a engajar-se em causas coletivas.

As categorias, falta de união, falta de confiança mútua e desconfiança em relação a projetos de educação ambiental, apareceram com muita frequência nos discursos dos pescadores e pescadoras nos grupos focais em 2015, assim como a desconfiança em relação às colônias. Esses e outros achados nas análises realizadas à época, também a partir dos dados dos grupos focais realizados pelo PEA Pescarte, evidenciam a descrença em mudanças oriundas de políticas públicas, o discurso da solidão e o esfacelamento dos laços cooperativos (Campos; De Almeida; Timóteo, 2021).

Como expresso nos relatórios dos grupos focais, uma pescadora afirmou que “não há união pelo pescador” e disse desacreditar na mudança, “principalmente pela falta de incentivos e a falta de confiança que os pescadores possuem em relação às intervenções dessa natureza”.

Mas há também relatos de apoio mútuo e solidariedade entre os pescadores artesanais como, por exemplo, na fala de um pescador de que “quando uma canoa está quebrada eles emprestam outra, quando há água no interior da canoa eles ajudam a retirar ou quando se precisa atravessar uma vala”. Foi relatado ainda que quando algum pescador tem algum problema de saúde e não pode exercer a atividade da pesca, “há uma mobilização junto aos pescadores de arrecadação de dinheiro ou mantimentos para a compra de sacolões ou compra de remédios necessários” (Relatório Grupo Focal, 2015).

A dimensão da solidariedade é no entanto, muito vocalizada nas entrevistas e reuniões, observadas a partir de 2020. Como ilustra o trecho a seguir,

É porque aqui/ na verdade aqui na comunidade aqui somos várias pessoas/ então a gente támo junto no dia a dia/ inclusive o camarão/ o peixe a gente tem parceria né para quem compra/ para quem vende e para quem recebe/ então é uma parceria/ a gente tá comunicando quando você tá com produto já tá comunicando ao companheiro/ já tá avisando o outro parceiro como é que tá a situação/ **então aqui por o lugar ser pequeno a gente se comunica muito bem todo mundo conhece todo mundo/ somos todos amigos uma família de pescador e o que acontece com um a gente passa para os outros todos/ e aí todos ficam informado daquela situação principalmente se for no lado da pescaria/** aí por exemplo se um camarão tá dando em um lugar e o pescador já avisou o outro companheiro/ aí os outros já vão para ali (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Percebemos na fala, um fato presente em muitas das entrevistas informais, a relação de confiança que permite dizer aos outros onde está o peixe, o camarão... Revelar os locais de pesca, são os segredos, conhecimento que é herança passada aos filhos(as). Além do elemento de disposição à cooperação presente em compartilhar o conhecimento do local de pesca, implica

em compartilhar os estoques de pescado, uma ação que requer confiança e reciprocidade, falam onde está o pescado a quem fala também, aos que não compartilham a informação da localização do pescado, não contam nada também. Ainda no sentido da confiança, os relatos evocam uma outra importante reflexão, no tocante ao papel de guardiões dos territórios, desempenhados pelas comunidades de pesca artesanal, não extraem tudo de uma vez, compartilham com os outros pescadores que também compartilham e que também sabem que não podem exaurir o estoque pesqueiro.

Esse movimento de ajuda mútua e solidariedade foi observado durante a pandemia de COVID-19, quando os pescadores foram impedidos de comercializar o pescado e agravou-se a situação de insegurança alimentar nos territórios³⁹. À época pescadoras procuraram a equipe técnica do PEA em busca de auxílio à famílias vizinhas que estavam passando fome, quando iniciou-se a campanha Pesca Sem Fome com ação voluntária de membros das equipes técnicas e de pesquisa do PEA Pescarte e outras instituições. Dada a gravidade da situação e para evitar que a ação cidadã, voluntária da equipe fosse vista como ação do PEA Pescarte nos 10 municípios da área de abrangência do PEA Pescarte, a PETROBRAS, se sensibilizou com a demanda da comunidade de pesquisa e por meio da agência de socioeconomia passou a auxiliar as famílias em situação de risco alimentar. Ademais de suas práticas tradicionais tenham marcas de cooperação desde os processos de pré-captura como produção e manutenção de embarcações até os processos pós captura, passando pelo puxar da rede repleta de peixes, impossível de ser feito sozinho, ademais da dimensão cooperativa que organiza o trabalho dentro e fora do barco, havia muitos relatos de desunião na pesca nos grupos focais de 2015.

Uma pescadora desabafou relatando que o egoísmo, a falta de amor, falta de humanidade é muito grande. Acrescentou que as pessoas só pensam em si mesmas e não pensam em ajudar o próximo. Considera que isso seja errado, porém, acredita que se deve pensar no bem de toda a localidade, independentemente de ser pescador. Outra disse que eles não são solidários e outro disse o mesmo: é uma categoria humilde, simples, tradicional, mas não são unidos (Relatório Grupo Focal, 2015).

As falas evidenciaram descrença em relação a novos projetos, desconfiança em relação à capacidade de cooperação entre pescadores (Campos; De Almeida; Timóteo, 2021). Diferentemente do encontrado durante o meu trabalho de campo (Janeiro 2020 a Março de 2023) e nas entrevistas do Seminário de linguagens e letramentos, como mencionado.

É interessante observar na fala atual dos sujeitos, discursos que remetem a ideia de processo e valoração da interação evocada por Freire e Simmel e a percepção sobre os desafios organizativos ligados aos processos cooperativos e de economia solidária. Suas falas trazem

³⁹ Insegurança alimentar.

argumentos sobre a importância da organização coletiva e sobre o papel do PEA na conquista da autonomia e na melhoria do desempenho da fala em público, a coragem para falar. Esse argumento foi presente em muitas reuniões e esteve em destaque nas falas captadas nas entrevistas concedidas para a construção do Simpósio de Linguagens e Letramentos⁴⁰.

As falas revelam as percepções dos sujeitos sobre política, ação coletiva, cooperação, engajamento comunitário, participação democrática e relações interinstitucionais, na conquista de direitos, sendo a organização comunitária reconhecida pelos sujeitos, como fundamental.

Olha no momento atual falando da parte empresarial né?! Eu acho que eu corro muito risco de não ter essa organização né?! É claro, a gente corre risco também é de não ter o pescado/ mas eu acho que o maior risco que eu corro hoje é uma questão de organização mesmo/ se as pessoas não tiverem organizadas/ não entenderem né?! No caso lá o quê é cooperativismo/ de que forma que a gente pode melhorar o nosso trabalho/ melhorar nossa vida social/ eu acho que o maior risco que eu corro hoje é essa parte de organização mesmo (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Reconhecendo a importância da incidência política, reconhecem que não estarem organizados é um grande risco, entre tantos aos que estão expostos.

Defendendo a necessidade de se aperfeiçoarem e conhecerem os processos a que estão submetidos, desenvolvendo continuamente habilidades que lhes permitam sonhar e construir outros futuros possíveis, reivindicam também a importância da união da participação para atingir aos objetivos.

Além da união a gente tem que entender qual o processo que a gente tá vivendo naquele momento né?! E onde a gente quer chegar/ então se as pessoas que estão junto comigo na cooperativa ou as pessoas que estão junto comigo no Pescarte se elas não entenderem qual o significado que vai ter para gente hoje e para o amanhã, para o nosso próximo é realmente algo muito difícil/ então a organização em relação a pesca artesanal hoje para mim é um grande desafio (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

As reflexões de Freire (2021), evidenciam a disposição ética ao ensino e pesquisa, como indissociáveis, assim como são indissociáveis o ensinar e o aprender, refletindo na curiosidade

⁴⁰ Esse evento contou com a participação de mais de 300 pessoas, entre pescadores(as), acadêmicos, equipe técnica e equipe de pesquisa do PEA Pescarte e membros de outros PEAS. Foi um evento marcado pela participação ativa dos sujeitos do presente estudo. Nos encontros que precederam o evento realizamos entrevistas com os sujeitos da ação educativa do PEA Pescarte, contamos com o apoio de Lívia Alves e Priscila Castro, jornalistas que compõem a equipe técnica do PEA Pescarte. Lívia Alves integra o Núcleo Estruturante da Pesquisa e Priscila Castro integra o Núcleo Criativo. As perguntas a seguir foram elaboradas pelo professor Dr. Sergio Arruda e respondidas em grupos focais virtuais compostos por pescadores, pescadoras e marisqueiras, mediados por Priscila Castro. As respostas gravadas foram editadas e apresentadas no seminário de Linguagens e Letramentos promovido pelo PEA Pescarte nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2021. Participei da comissão de organização do evento e como mediadora. O evento foi idealizado pelos professores Dr. Sergio Arruda e Dr. Geraldo Márcio Timóteo. Apresentamos a seguir, questões apresentadas a sujeitos da comunidade tradicional de pesca artesanal: 1. O(a) senhor(a) poderia se apresentar? Quem é você? O que faz? 2. Em que momentos o senhor se vê como integrante do seu grupo, pertencendo a um coletivo? Como é viver em coletividade? 3. Que momentos de sua atividade de trabalho você interpreta como os mais dramáticos, em que você corre riscos? 4. O que é mais perigoso: o mar ou o confronto com as instituições? 5. O que é política para você?

epistemológica dos sujeitos envolvidos nos processos e interações, mediados pela “ética universal do ser humano” capaz de influenciar os processos sociais e gerar mudanças sociais, à medida que se coloca em favor da “autonomia do ser dos educandos”. Dessa perspectiva crítica, os sujeitos da pesquisa ação aqui apresentada, independentemente da posição que ocupem, ao que pude acompanhar, e como evidenciado no Seminário de Linguagens e letramento, mostraram-se adeptos da perspectiva de vocalizar opiniões e demandas e de evidenciar, mediar e solucionar conflitos.

Também em Simmel há a indicação de que o conflito deve ser tomado como cerne da análise. Entendendo que tudo passa pelas interações, pelos laços entre as diferentes relações e os efeitos dessas relações que implicam em processos de transformações contínuas às regras. Nesse sentido, nos sugere a pensar as sociedades de forma mais dinâmica. Também entre os sujeitos observamos as dimensões de autorreconhecimento, reconhecimento mútuo, orgulho em emponderar-se enquanto lançadores de alertas e o orgulho em superar desafios pessoais e sociais por meio da participação cidadã como ilustram os trechos a seguir.

Eu acho que política é tudo que envolve a outra pessoa/ então a partir do momento que eu tô conversando com outra pessoa já tô fazendo uma política né/ ou defendendo algo para essa pessoa/ ou a pessoa defendendo uma visão que tem/ Então acho que política é tudo que envolve outra pessoa/ eu acho que política também muitas vezes a gente fala: eu não gosto de política! Mas a gente tem que ser apaixonado pela política né/ porque é através da política que a gente consegue transformar e chegar em algum lugar/ então eu gosto muito de política/ não sou candidato a nada mas acho que se a gente entender cada vez melhor a política a gente vai chegar no melhor momento da nossa vida/ são muitos desafios a gente falar que “esse político não faz isso/ não faz aquilo” já falando da questão de prefeituras né/ dos vereadores/ mas existem vários desafios para eles também né/ então assim eu acho que os políticos também que estão nesse lado deveria ouvir mais as pessoas que estão no campo né para fazer uma política cada vez melhor// Mas política para mim é tudo que envolve a outra pessoa a partir do momento que eu tô falando com o senhor a gente está fazendo uma política aqui (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Eu tenho medo sim/ já tive muito mais antes de participar de tudo que eu participo né// Eu tinha medo de gravar vídeos/ eu tenho medo de me perder quando a pessoa faz uma pergunta e aí no meio do caminho já tô respondendo outra coisa/ eu tenho medo sim das minhas palavras porque as palavras elas vão chegar longe né/ e de que forma vai chegar a minha linguagem para pessoa eu tento que passar mais transparente possível né/ mas eu me preocupava muito/ hoje eu tô mais tranquila devido aos projetos que participo né/ eu até falo muito que existe uma [Eu] antes e uma [Eu] depois do Projeto Pescarte/ mas eu me preocupo sim/ eu acho que a linguagem tanto visual/ corporal que a gente fala para outra pessoa eu me preocupo// Hoje eu tô mais tranquila mas ainda tenho medo sim de me perder quando a pessoa me faz uma pergunta/ e eu já me envolver em outros assuntos não tem nada a ver ainda mais quando ele estava vivo né e também de que forma que eu vou passar a mensagem que eu quero para outra pessoa/ então tenho medo sim/ sou muito transparente gosto/ acho que nem sempre eu falo que eu sinto porque às vezes a gente tem que tomar cuidado no que a gente vai falar/ ainda mais uma questão quando a gente fala de política né/ a gente tem uma preocupação/ mas eu acho muito legal/ acho que o seu José Ribamar ele tá super certo/ a gente tem que falar o que a gente tá sentindo/ o quê que acontece sem medo de ser feliz/ mas eu ainda fico preocupada com essa linguagem/ com essa expressão que eu vou passar para o outro né// Quem é a Fernanda? O que que ela tá

falando para mim? O que ela tá tentando me expressar? Então ainda tem muita preocupação em relação ao mesmo// Assim/ eu não me preocupo diretamente/ alguém vai me criticar/ se alguém vai dizer “a ela falou algo/ um português errado/ ou ela não tava legal” não é nada disso/ é passar mesmo a mensagem para pessoa/ porque eu não sou dessas pessoas que não dormem se o outro tá criticando/ não/ eu sigo a vida em frente eu acho que o mais importante é a gente tá bem consigo mesmo/ então eu estando bem comigo/ passei a minha mensagem acho que isso é o mais importantes e claro eu gosto muito de saber que o meu próximo está bem/ que tá feliz que eu tô fazendo algo importante para outra pessoa/ (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Ah... então, de forma geral, eu acho que se as instituições de forma geral não tiver um olhar diferente, falando diretamente para pesca artesanal/ vai ser muito difícil né!? se não valorizar a economia solidária/ não valorizar muito o falar das pessoas da localidade/ então por muitas vezes as instituições ouvem outras pessoas mas não ouvem as pessoas que de fato estão vivendo aquela realidade/ para fazer uma política pública né!? Então às vezes se ouve outras pessoas mas não se ouve a pessoa de fato que tá vivendo/ então é uma pergunta muito difícil acho que os dois são desafios/ mas eu acho que as instituições públicas acho que é o maior risco. Mas se a gente por outro lado não se organizar/ a gente não consegue chegar nas instituições também (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Olha, eu falo assim para mim é muito gratificante porque a gente sabe que **o pescador é uma classe muito, como eu vou dizer assim, não é uma classe que não é conhecida, mas é uma classe que não é muito ajudada** vamos dizer assim, **nós aqui através de projeto nós conseguimos muitas coisas para os pescadores inclusive uma secretaria de pesca aqui no nosso município** porque o estado do Rio é tão grande que nem todos os municípios conseguiram ir e nós conseguimos, eu fui uma das que eu fui à luta junto com os pescadores, então acho que a minha participação com os pescadores é bem positiva, porque quando eles querem saber alguma coisa, os pescadores me perguntam, **época de audiência pública nós instruímos os pescadores como eles tem que agir lá dentro, instruímos na hora das perguntas, então acho que a minha participação com os pescadores é bem positiva** (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Pescaria anda difícil, pescando difícil eles tem que fazer muito malabarismo, o pescador é um artista ele tem que fazer muito malabarismo para poder dar de cara com dono de frigorífico, pra dar de cara com dono de barco, o preço do pescado, então é viver com arte porque é muito difícil” (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

E no que tange à participação, os sujeitos apresentam-se como participantes de diversas atividades e de outros projetos de educação ambiental:

Frequento NEA BC de Quissamã há mais de três anos, tanto NEA BC como o Pescarte, e como outro projeto da mata atlântica, sou pescador, sou morador de bairro do furado no município de Quissamã, Faço parte de várias reuniões tentando regularizar algumas coisas para o nosso município, saneamento básico, sou diretor da colônia de pesca de Quissamã também, faço parte de ajudar a comunidade cobrando diretor, como prestação de contas, chamando a prefeitura para os bairros, enfim tenho várias profissões, mas no momento não estou podendo trabalhar porque estou com problema de saúde, mas na realidade eu tento acompanhar todas as reuniões para ver o que falta no meu município para que eu possa tentar ajudar os meus próximos (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Olha no Tempo em que a gente pescava, a gente só tinha praticamente o tempo que tinha em casa, mas durante o tempo de pescar em alto mar a gente ficava maior parte do tempo em alto-mar, a convivência entre os pescadores era muito boa, muito legal, mas como eu estou com problema de saúde agora não estou podendo exercer a

profissão, mudei até para a profissão de pesca de água doce que é mais leve, mas nem assim estou podendo realizar, aí tento frequentar as várias reuniões que o pessoal me chama aí com a vida, e hoje participando de tudo. A gente fica informado e pode passar para nossa comunidade e também posso correr atrás como transporte, saneamento básico, segurança, creche, quadra, várias coisas no município que a gente faz os pedidos nos NVC, como a gente tem em Quissamã NVC e NBC, a gente tem sala em Quissamã que a gente frequenta duas reuniões mensais e a gente faz vários pedidos, e aquele negócio a maioria dos pedidos será bem atendido, a prefeita atende agora estou no projeto pescar te deixa 2014, então o que eu puder fazer para ajudar a comunidade do meu município eu faço está bom (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

A gente está envolvido em vários projetos, estou envolvido em um projeto que é o mais importante na nossa região se Deus quiser que é o projeto Pescarte, eu quero deixar um legado pelo menos que eu não possa seguir, mas que pelo menos eu posso contribuir como uma das pessoas que mais tem vontade de ver a nossa classe pesqueira dentro do nosso município melhorar, recuperar e ter os bons tempos de pesca pela frente, ter aonde vender o seu pescado com tranquilidade, eu acho que isso é um dos legados que eu quero deixar se Deus quiser (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Eu sou aqui de São Francisco, da localidade de Barra do Itabapoana onde é que a minha localidade é pesqueira, então dentro da pesca **a única coisa que eu não fiz foi pescar, eu fui dona de peixaria, já fui fileteira, já fui marisqueira, tudo que tem direito na pesca eu já participei de tudo**, então quando o Pescarte veio para o nosso município eu fui uma das primeiras a me enganchar no projeto, eu já nem deveria estar participando por causa da minha idade, por causa de tudo, mas eu quero ajudar o próximo sabe, o que não fizeram por mim lá atrás eu ainda tento fazer agora pelos outros (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

O postulado de Simmel (2005) parece-nos de extrema atualidade ao observar as interações dos sujeitos do estudo, cuja observação se iniciou, forçosamente, por meio de mergulho etnográfico junto a pescadores e pescadoras em reuniões on-line a partir de 2020. É importante lembrar que as entrevistas para o Seminário de Linguagens foram mediadas virtualmente em face da COVID-19. As dimensões de emancipação e autonomia do ser (Freire, 2008, 2021), refletindo sobre papel das novas tecnologias informacionais na construção de redes de relacionamentos e o estabelecimento dos vínculos e afetos por meio de suas ferramentas.

3.7 Participação e letramento digital on-line: pedagogia da autonomia para dentro e para fora

Frente à pandemia de COVID-19, causada pelo SarsCov2, fomos lançados à aulas remotas, reuniões, fóruns, webinários, para os quais a internet se tornou primordial. Ainda não sabemos as consequências desses novos mecanismos de comunicação na manutenção de nossos laços e interações sociais. Fato é que não são mais conjecturas, nem futurologia. A vida remota se fez presente, inclusive para os pescadores e pescadoras artesanais. Entre os quais o letramento digital era de nível básico.

Reuniões on-line, plenárias, audiências públicas, criação, debate e aprovação de estatuto de cooperativas, lives, entrevistas, respostas a questionários, cursos, oficinas, publicações no

facebook, compartilhamento de documentos via drive, todo tipo de atividade no ano de 2020 e 2021 se deu por meio remoto.

E lá estavam os(as) pescadores(as) artesanais se adaptando, construindo novos saberes e compartilhando seus conhecimentos tradicionais por meio de plataformas digitais.

“Navegando novos mares”, como mencionaram. Fortalecendo as redes relacionais municipais e regionais por meio da rede mundial de computadores.

E lá estavam eles(as) ora com a câmera aberta, ora com a câmera fechada, e quando menos esperávamos, eis que deixavam a timidez de lado e abriam as câmeras e os microfones, compareciam em entrevistas, grupos focais, davam depoimentos e gravavam relatos espontâneos via WhatsApp.

E lá estávamos nós trabalhadores dos PEAs, imersos em uma pesquisa ação, desde janeiro de 2020, munidos da intencionalidade pedagógica freiriana, vendo cada uma das ações como ato pedagógico e oportunidade de fortalecimento da organização comunitária. Instrumentalizando-nos mutuamente a um novo ambiente de interação.

Sem grandes preparações tivemos que nos adaptar, “trocar as rodas com o carro em movimento”, ensinar e aprender sobre os recursos tecnológicos, com a comunicação emitida pelos próprios veículos tecnológicos para os quais ensinamos como usar.

Os apontamentos de Simmel (2005, 2009) e seu convite a olhar as micro interações e os conflitos, se mostram de grande validade para refletir sobre os conflitos e o papel da participação cidadã na arena ambiental e a interação via web, principalmente em um período em que a humanidade foi convidada, ou melhor, obrigada, a se reinventar e a ressignificar a construção de laços e interações via web, seja pela perspectiva da COVID-19, seja pela proliferação na web de *Fake News* e negacionismo climático. Emergindo muitos conflitos. Mais uma vez os conflitos nos ajudam a pensar o dinamismo das transformações por meio das quais as sociedades se constroem, conforme postula Georg Simmel (2005, 2011, 2020).

No âmbito do grupo em estudo, as interações via web permitiram acelerar processos desde o letramento digital aplicado até os debates sobre cooperação intermunicipal.

Alguns dos pescadores(as) nos municípios novos (Armação dos Búzios, Carapebus e Rio das Ostras) relataram que se conheceram pela reunião on-line e articularam parcerias a partir dos encontros promovidos pelo PEA Pescarte.

Muitos começaram calados e após um ano de interações pela telinha e com transmissões via *youtube*, se diziam famosos e lidavam com naturalidade ao fato de estarem ao vivo para pessoas desconhecidas. Outros começaram ressabiados, duvidaram que seria possível atingir os

objetivos da ação educativa por meio da web, terminaram o ano de 2021 vendo a constituição totalmente em ambiente virtual de duas cooperativas de pescadores(as) em Quissamã e São Francisco de Itabapoana.

Um sujeito, que se recusou a participar das reuniões on-line iniciadas em Janeiro de 2021 e só retornou para as atividades quando passaram a ser presenciais, ao participar da reunião de constituição da cooperativa em dezembro de 2021, se emocionou e fez uma fala potente sobre a importância da organização social, sobre o importante passo que estavam dando com a criação da cooperativa, ao final de sua fala e mais de uma vez ao longo da reunião esse sujeito disse que “se soubesse que era tão bacana a reunião virtual teria entrado desde o início do ano”.

Outra situação de destaque na observação das reuniões de constituição das cooperativas foi quando após três horas de reunião algumas pessoas ficaram sem bateria no celular, outras sem internet e devido a essas ausências o *quórum* ficou comprometido. Com a ausência deu-se um impasse, faltavam dois votos para garantir a aprovação de pontos fundamentais da assembleia de constituição da cooperativa, sem os quais seria necessário convocar outra assembleia e começar todo o rito novamente desde a publicação da convocatória em jornal de ampla circulação.

Entre os sujeitos cuja conexão caiu no final da reunião havia um senhor e sua neta que estavam participando desde o início da assembleia, porém eles provavelmente não voltariam para a reunião pois estavam sem internet, em um bairro com recorrência da falha de sinal de internet.

Nesse momento os sujeitos especularam diversas possibilidades para solucionar o problema, pensaram em pedir a alguém para ir de carro até lá, outro se ofereceu para ir de bicicleta, mas estava chovendo e ele morava longe. Entre as possíveis soluções estava um pescador que disse que não falava com seu vizinho, mas que esse, assim como o senhor e sua neta, também havia caído da reunião, mas mesmo não falando com ele por problemas antigos, mesmo sem saber se ele o atenderia, se dispôs a passar por cima da desavença antiga e ir até a casa do sujeito e levar o celular para que o outro pudesse votar. Nas palavras dele “o que tá em jogo é o coletivo, eu não falo com ele, mas se precisar vou lá na porta dele”. Não foi necessário, pois o grupo entendeu que lá era apenas um voto e precisavam de dois votos. Mas o fato demonstrou a disposição de deixar de lado uma questão pessoal em prol do interesse coletivo e o entendimento que constituir uma cooperativa, como o próprio nome diz, significa cooperar.

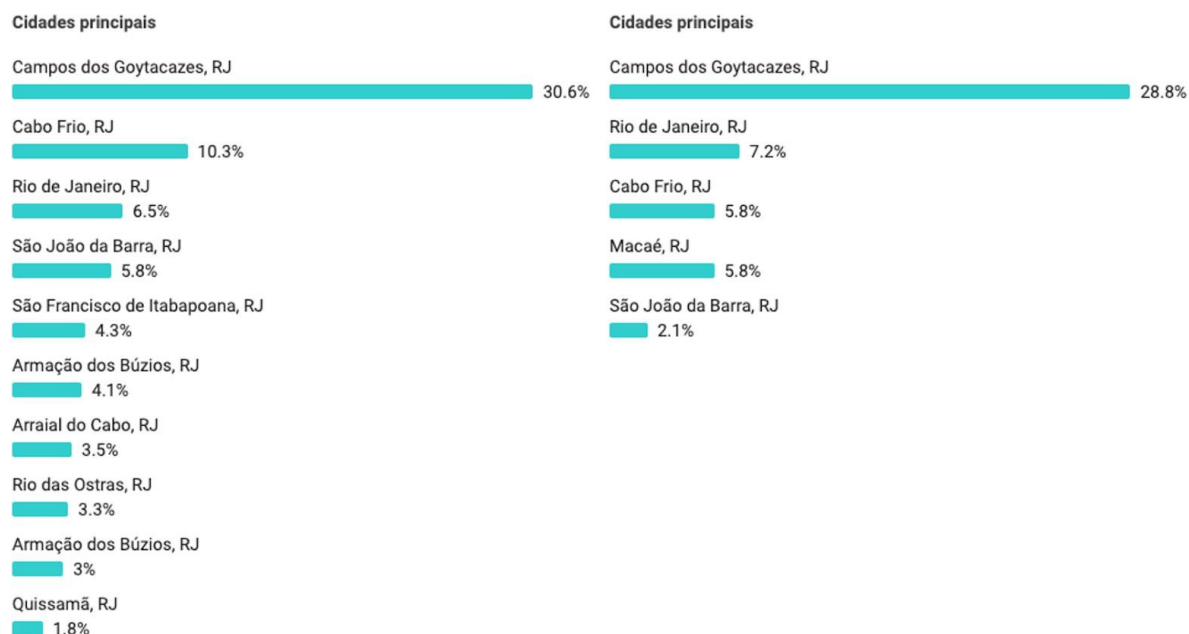
Diversas estratégias foram propostas para solucionar o problema. Muitas inscrições de

falas. Por fim optaram por dividir os custos da gasolina para abastecer o tanque da moto da mãe de uma das cooperadas e ela foi até o endereço onde haviam os dois votos que estavam faltando.

Enquanto esperávamos a mãe da cooperada chegar ao destino, muita conversa e reflexões em grupo, ainda via *google meet*, sobre a importância de 1 (um) voto. Sobre como é importante participar e como o voto também é fundamental. As falas dos sujeitos expressam a compreensão acerca dos processos democrático de participação e agregação. “O voto é muito importante!”, “viu só, um voto conta muito”, diziam pescadores e pescadoras enquanto aguardavam.

A WEB mostrou-se um importante veículo de comunicação e interação entre os sujeitos, seja em reuniões via *meet*, seja em transmissões e publicações via *youtube*, *facebook* e *instagram*. Falantes, soltos, nem pareciam os sujeitos dos grupos focais do início do PEA Pescarte. Além disso, se engajaram nas redes, não apenas do PEA Pescarte, muitos fizeram cursos on-line e participaram de lives ligados à pesca, ao cooperativismo, economia solidária, ODS, entre outros. Surpreendendo a adesão à participação, dada as sobreposições de riscos a que estão expostos e aos custos da participação, agravados no período da pandemia de COVID-19.

Nos gráficos a seguir apresentamos a distribuição do acesso nas redes sociais do PEA Pescarte no primeiro semestre de 2021. O gráfico da esquerda contém a distribuição dos acessos no *facebook* originários dos dez municípios da área de abrangência do PEA Pescarte. O gráfico da direita apresenta as cinco principais cidades de onde partiram as interações no *instagram*.

Gráfico 11. Distribuição do acesso nas redes sociais Facebook e Instagram, respectivamente

Fonte: Extraído do Núcleo Criativo PEA Pescarte, 2021.

Entre as três cidades com menos acessos no *Facebook*, Rio das Ostras, Armação dos Búzios e Quissamã, duas foram inseridas na terceira fase do projeto. Esse fator pode explicar a baixa busca pela página do projeto no Facebook, nesses municípios. Outro fator que pode estar relacionado diz respeito à qualidade do fornecimento de internet. Quissamã enfrenta grande dificuldade no quesito oferta de sinal de internet, recorrentemente reivindicado pelos SAEs e equipe técnica municipal.

Entretanto, apesar das dificuldades os sujeitos faziam questão de participar, se deslocavam para lugares como praças, onde o sinal era mais constante, iam até a casa de vizinhos quando a vacinação e redução da pandemia permitiu. Outra prática comum, era a presença de dois ou mais sujeitos da mesma família participando em um mesmo equipamento, que na maioria das vezes era o celular. Alguns relataram que as reuniões on-line permitiram que membros das famílias, ativos na pesca, mas não engajados nas ações do PEA Pescarte, pudessem participar pela primeira vez de atividades do PEA em face da não necessidade de deslocamento. Não foram poucas vezes, que pudemos ver trocas, de olhares e falas, de reconhecimento mútuo entre os pescadores e pescadoras, ainda em ambiente virtual, dando oportunidades *netnográficas* ao presente estudo.

Outros sujeitos, mesmo sendo marido e mulher, optavam por entrar cada um em seu equipamento, e abriam os microfones cada um na sua vez para falar. No começo ouvíamos a microfonia decorrente do áudio que reverberava de um celular para o outro, ao longo do ano

observamos que quando iam falar se deslocavam para outro cômodo da casa para evitar o ruído, mas em momento algum deixaram de se expressar, ao contrário, foram ficando cada vez mais à vontade, participaram de todas as reuniões e sempre se dispuseram a participar de grupos focais, entrevistas, assembleias, oficinas. Esse e muitos outros casais, irmãos, tios e sobrinhos, mães, pais, irmãs, tias, sobrinhas, pescadores e pescadoras artesanais, membros de comunidades tradicionais de pesca artesanal, em frente às telas dos celulares, em um momento de exceção mundial, isolados e ao mesmo tempo conectados, passaram por um letramento digital avançado, na *práxis*.

Os atos discursivos dos sujeitos em suas lutas por reconhecimento, as percepções sobre impactos, riscos, ameaças e potencialidades faz-se presente não apenas na dimensão discursiva como anteriormente apresentado, mas também em importantes conquistas.

Observamos exemplos de inserção em diálogos com o poder público em todos os municípios da área de abrangência do PEA Pescarte. Uma importante conquista da comunidade de pesca artesanal, foi a mudança do período do defeso em Cabo Frio, articulada pelos(as) pescadores(as), com destaque à ação de Alexandre da Colônia, vereador, Presidente de Colônia, Pescador, membro do GAO do município de Cabo Frio do projeto PEA Pescarte, que após anos de lutas e debates, pautou a reunião na casa legislativa federal com a agenda da pesca artesanal pela mudança do período do defeso que era equivocado, prejudicando humanos e não humanos.

Durante a transmissão online, em Cabo Frio a comunidade de pesca reunida, os olhos dos pescadores(as) estavam atentos, ao fundo agentes da pesca artesanal da região dos lagos, pescadores(as) entre eles Sr Orlando e Sr. Eli, assistindo pela WEB à transmissão da audiência na Casa Alta da República, onde Alexandre e outros especialistas defendiam a mudança do período do defeso que era errôneo.⁴¹

Reunidos com suporte e incentivo da equipe do PEA Pescarte, com destaque à Naetê Reis, cujos estudos doutorais e ações de articulação no campo, contribuíram juntamente a outros pesquisadores, em perspectiva transdisciplinar, para subsidiar o processo decisório da mudança do período de defeso do camarão que estava em período equivocado em relação à biologia do próprio camarão e ao conhecimento tradicional.

Essa luta, duradoura pela escuta sensível às vozes dos sujeitos atingidos, dos lançadores

⁴¹ Notas taquigráficas da reunião que debateu a pauta de mudança do período do defeso na Lagoa de Araruama, realizada na CÂMARA DOS DEPUTADOS DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, em 13 de Julho de 2022: <https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/pdf/66151>.

de alertas, com aporte da academia em prol do reconhecimento que o conhecimento dos pescadores(as) estava correto desde a criação do decreto que descreve a abrangência de espécies e período de defeso. E desde a criação, eles(as) não foram escutados. A mudança do defeso, após cerca de dez anos, chegou à mesa de deliberação e resultou em mudança jurídica, após incontáveis reuniões e estudos, pressões da “família da pesca” como se nominam.

Certamente não foi apenas um dia, em uma audiência pública na arena federal, tal conquista na agenda pública, as conquistas são fruto de contínuos processos de empoderamento e fortalecimento da organização comunitária na luta por reconhecimento e lugar à mesa.

No momento da argumentação na casa alta brasileira, falava o pescador, pelo pescador, não o parlamentar, o pescador, membro da “família da pesca” Alexandre Siqueira, o Alexandre da Colônia. Ele argumentava com suporte acadêmico e científico, amparado em anos de pesquisas transdisciplinares, mas reivindicando lugar de fala de pescador, da ação derivada da prática, do lugar de fala, da representatividade descritiva, reivindicando reconhecimento afetivo, social e jurídico do conhecimento tradicional do(a) pescador(a) artesanal, não com essas palavras e conceitos, pois esses são os conceitos e palavras que me ajudam a organizar a força simbólica que é um membro de uma comunidade tradicional, historicamente alijada das arenas decisórias privadas e públicas, nesse lugar de agente de mudança.

Durante a audiência sua fala de forma clara com base em conhecimento tradicional e conhecimento acadêmico/científico, Alexandre da Colônia demonstrou com dados e argumentos, o mau derivado da não escuta aos pescadores(as) no passado, resultava no presente, em sofrimento e vulnerabilização aos pescadores(as) e aos camarões, que pescados no período erroneamente determinado, vinham pequeninhos nas redes, não sendo respeitado o período de recrutamento. Após essa mudança, conquistada em 2022, o período de pesca os encontrarão crescidos e procriados mantendo a continuidade da vida dos camarões e da pesca artesanal. Certamente uma grande conquista, e uma conquista ainda maior se olharmos a ação discursiva da liderança em questão, dando importantes recados e alertas, com fotos, vídeos, relatórios, pareceres, em uma defesa composta por uma pluralidades de saberes para subsidiar a argumentação de forma a influenciar a tomada de decisão na casa alta brasileira. Sendo poucas semanas depois da audiência pública, alterado⁴² o período do defeso do camarão na Lagoa de

⁴² “A mudança é resultado de diálogos e esforços conjuntos entre a SAP, pesquisadores, o Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una, a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro e o setor pesqueiro artesanal. A revisão baseou-se em dados científicos sobre a biologia dos camarões quanto o etnoconhecimento tradicional das comunidades pesqueiras”. Argumento disponível em: Ministério da Agricultura e Pecuária. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/periodo-de-defeso-de-camaroes-na-lagoa-de-araruama-rj-e-alterado>.

Araruama, conforme a Portaria n º 1.217, publicada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

A seguir um registro realizado pelo Núcleo Criativo, durante o Seminário de Integração realizado em Macaé, onde Alexandre da Colônia compartilhou com pescadores(as), equipe técnica e equipe de pesquisa, a experiência e a conquista da mudança do período do Defeso na Lagoa, que passa a ser: de 1º de abril a 30 de junho.

Figura 5. Explicação sobre a mudança do período do defeso do camarão na Lagoa de Araruama e Cabo Frio-RJ



Fonte: Extraído do Núcleo Criativo PEA Pescarte.

O discurso do nós que reverbera entre os grupos. A cooperação, organização, participação que se vê no caso da mudança do defeso, se vê em outras conquistas como a conquista da criação da Câmara Técnica de Pesca Artesanal e Agricultura Familiar no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS); criação de secretaria de pesca em São Francisco do Itabapoana; conquistas dos terrenos que receberão os empreendimentos de GTR escolhidos pelos pescadores(as) conforme previsto nos termos do licenciamento ambiental federal, no plano de trabalho do PEA Pescarte.

Além disso, na terceira fase do PEA Pescarte a equipe técnica de todos os municípios fomentou debates e auxiliaram aos pescadores(as) a protocolarem suas demandas por vias institucionais, ampliando a incidência política. Alguns exemplos estão sistematizados a

seguir⁴³. A mobilização por vias institucionais, pode ser um explicativo da baixa procura por políticos, apresentada nas análises dos dados do 2º Censo da Pesca do PEA Pescarte, na seção 2.5.

O desenvolvimento de uma mobilização permanente dos(as) pescadores(as) para alcançarem reconhecimento social e tornarem-se parte das preocupações das municipalidades tem resultado positivo, considerando que nos 10 municípios em que o projeto atua. A partir da 3ª fase (2021-2024), todos passaram a apresentar emendas ao orçamento público com demandas históricas sendo finalmente não só contempladas nas previsões do orçamento, mas, sendo executadas.

Algumas atividades merecem destaque: Em Cabo Frio, foram realizadas reuniões preparatórias para o edital CBHLSJ (Comitê de Bacias Lagos São João), além da inscrição de instituições ligadas à pesca, com a aprovação da Colônia Z4. Houve também articulações entre PEAs para a revisão do Plano Diretor e discussões sobre Saneamento Ambiental. Adicionalmente, ocorreu a inclusão de 5 propostas dos SAEs no PPA 2022-2025.

Carapebus concentrou esforços no fortalecimento dos SAEs para integrarem o conselho deliberativo do PARNA Jurubatiba (Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba) e na criação da Secretaria de Pesca. O município também buscou ingressar no Comitê da Bacia Hidrográfica.

Em Campos dos Goytacazes, articulações entre PEAs resultaram no protocolo de demandas coletivas e específicas para a pesca (PPA e LDO 2021).

Macaé colaborou com o NEA-BC no envio de propostas para o orçamento público e buscou aproximação junto ao COMMADS (Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável).

São Francisco de Itabapoana protocolou e acompanhou nas audiências públicas PPA, LDO e LOA, as pautas de luta da pesca artesanal, com reconhecimento do legislativo quanto à organização dos SAEs e inclusão de parte das demandas no orçamento.

Rio das Ostras prestou apoio na revisão de dois planos de manejo de UC e articulou com a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca para discutir o Plano de Gerenciamento Costeiro, incluindo as pautas da pesca artesanal.

São João da Barra participou ativamente da discussão sobre a proposta de criação da APA Lagoa do Salgado, especialmente no que se refere aos impactos sobre a pesca artesanal.

Ao que pode observar as mudanças de percepções e as conquistas resultam do

⁴³ Levantamento realizado junto à equipe técnica do PEA Pescarte em 2022. Outras tantas ações foram desenvolvidas nos demais municípios e ao longo do tempo, não foram incorporadas em virtude da trajetória do estudo que demandou outros esforços.

fortalecimento da organização dos(as) pescadores(as) que veem essa representação ir para além dos(as) presidentes das Colônias lutando pelo auto reconhecimento e reconhecimento mútuo, afetivo, social e jurídico, tomando a palavra e vocalizando demandas históricas.

Isto tem significado a entrada em cena de novos agentes sociais nas arenas locais objeto do presente estudo, as chamadas “lideranças ocultas”, que tem capitaneado a busca por justiça socioambiental e mitigação dos impactos da indústria de petróleo e gás.

É importante destacar que algumas das conquistas aqui apresentadas são resultado de articulações que antecedem os anos de 2021 e 2022. O resgate das memórias, tomando por informantes pescadores(as) que são também membros da equipe técnica, trouxe como principal reivindicação à importância da valorização e reconhecimento dos conhecimentos dos sujeitos da ação educativa por meio de pesquisas situadas e não extrativistas, tão evocada pela perspectiva decolonial (De Sousa Santos, 2013; Santos, 2009) muito antes, por Paulo Freire. Sendo esse um importante indício do processo de mitigação de impactos que está em curso, no tocante à autonomia reivindicatória dos sujeitos da ação educativa e escuta sensível às suas vocalizações.

Resultante da busca pela autonomia do educando, em favor do despertar à ética universal do ser humano, Paulo Freire, esperando, fala-nos da dicotomicidade entre pesquisa e ensino (Freire, 2010). Comprometida com essa perspectiva e com a dimensão social da pesquisa que implica em escuta sensível e pautada numa ecologia de saberes, de forma a ser capaz de construir entendimentos com, e não, pelos sujeitos, empreende-se no PEA Pescarte, um esforço interdisciplinar que aproxime os tripés: pesquisa, ensino, extensão, sendo um importante caso de inovação social. Justificando a validade social e acadêmica do presente trabalho.

3.8 Fortalecimento da organização comunitária no âmbito do PEA Pescarte

Se de um lado, essa justificativa social da presente tese pudesse bastar para sustentar a importância da continuidade dos estudos aqui iniciados junto a essa população, historicamente invisibilizada, alijada dos processos decisórios e exposta a vulnerabilização e sobreposição de riscos. De outro lado, a imersão e ação no campo, pedagogicamente orientada pela perspectiva da sociologia de intervenção, propiciou compartilhar conhecimentos e acessar dimensões simbólicas fundamentais para melhor qualificação do engajamento para a participação e a disposição para a cooperação e os “percebidos destacados” em si, na acepção freiriana.

Apresentar um pouco da organização comunitária das comunidades de pesca artesanal observada no período de 2020 a 2022, comparada com as práticas e falas captadas em grupos

focais no ano de 2015, e opiniões e percepções captadas pelo Censo da Pesca do PEA Pescarte, ensejou talvez, a principal validade da tese, haja visto a invisibilidade histórica a que os sujeitos do estudo estão submetidos.

No entanto, soma-se aos resultados do presente estudo a intenção de, sendo uma pesquisa intervencionista, contribuir, em alguma medida, com o fortalecimento da organização comunitária dos sujeitos em questão. Sendo essa contribuição, construída dialogicamente com os(as) pescadores(as) artesanais, os(as) educadores(as) socioambientais e pesquisadores(as) do projeto de educação ambiental PEA Pescarte. Afinal, como ensina esse mestre, infelizmente pouco evocado no Brasil, “Formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas” (Freire, 2021, p. 16). Segundo ele o processo pedagógico de conquista da autonomia pelos sujeitos implica que o professor/pesquisador seja um educador problematizador capaz de despertar o interesse dos educandos ” “...quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender, tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto” (Freire, 2021, p. 27).

“Quem observa o faz de um certo ponto de vista, o que não situa o observador em erro. O erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista, é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele” (Freire, 2021, p. 16).

Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. É por isso que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo relativo. Verbo que pede um objeto *direto* – *alguma coisa* – e um objeto *indireto* – a alguém. Do ponto de vista democrático em que me situo, mas também do ponto de vista da radicalidade metafísica em que me coloco e de que decorre minha compreensão do homem e da mulher como seres históricos e inacabados e sobre que se funda a minha inteligência do processo de conhecer, ensinar é algo mais que um verbo transitivo relativo. Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa, e foi *aprendendo* socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender (25-26 Freire, 2021).

Pautada na sociologia da intervenção e na educação ambiental crítica, com base freiriana, busquei construir uma pesquisa acadêmica situada, pedagogicamente orientada a processos dialógicos que despertem a curiosidade epistemológica na direção da autonomia dos sujeitos e valorização da ética universal do ser humano (Freire, 2021). Imaginamos contribuir aos campos, ou seja, ao campo da “pesquisação” os sujeitos do estudo, e aos campos teóricos, ao trazer para o texto debates, análise de dados, descrições, buscando a boniteza esperançosa

pela “dodiscência” (Freire, 2021), a condição de que ensinar exige pesquisa, pesquisar exige ensinar. Ao interagir e cotejar interações e atos discursivos dos sujeitos que podem contribuir com os estudos sobre Justiça Socioambiental e Participação Democrática, ao apresentar evidências qualitativas desses debates, que sugerem aumento da disposição à participação democrática e elevação dos estoques de capitais (Culturais, Sociais e Simbólicos) entre sujeitos das ações educativas do PEA Pescarte, que vem desde 2014 esperando, fortalecendo a organização coletiva e a participação democrática, revelando lideranças ocultas nas comunidades tradicionais de pesca artesanal.

Ah... então, de forma geral, eu acho que se as instituições de forma geral não tiver um olhar diferente, falando diretamente para pesca artesanal/ vai ser muito difícil né!? se não valorizar a economia solidária/ não valorizar muito o falar das pessoas da localidade/ então por muitas vezes as instituições ouvem outras pessoas, mas não ouvem as pessoas que de fato estão vivendo aquela realidade/ para fazer uma política pública né!? Então às vezes se ouve outras pessoas, mas não se ouve a pessoa de fato que tá vivendo/ então é uma pergunta muito difícil acho que os dois são desafios/ mas eu acho que as instituições públicas acho que é o maior risco. Mas se a gente por outro lado não se organizar/ a gente não consegue chegar nas instituições também (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Olha, eu falo assim para mim é muito gratificante porque a gente sabe que **o pescador é uma classe muito, como eu vou dizer assim, não é uma classe que não é conhecida, mas é uma classe que não é muito ajudada** vamos dizer assim, **nós aqui através de projeto nós conseguimos muitas coisas para os pescadores inclusive uma secretaria de pesca aqui no nosso município** porque o estado do Rio é tão grande que nem todos os municípios conseguiram ir e nós conseguimos, eu fui uma das que eu fui à luta junto com os pescadores, então acho que a minha participação com os pescadores é bem positiva, porque quando eles querem saber alguma coisa, os pescadores me perguntam, **época de audiência pública nós instruímos os pescadores como eles tem que agir lá dentro, instruímos na hora das perguntas, então acho que a minha participação com os pescadores é bem positiva** (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Pescaria anda difícil, pescando difícil eles tem que fazer muito malabarismo, o pescador é um artista ele tem que fazer muito malabarismo para poder dar de cara com dono de frigorífico, pra dar de cara com dono de barco, o preço do pescado, então é viver com arte porque é muito difícil” (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Contrariamente às hipóteses de associação entre populações pobres e a distorção da percepção dos direitos como favores, encontramos entre os sujeitos do estudo o claro entendimento de que os serviços públicos, serviços prestados pelos Projetos de Educação Ambiental, ações derivadas dos processos de mitigação ambiental, termos de ajustamento de condutas TACS, PCAPS, entre outros, não são favores e sim direitos. Ainda que reivindicuem a destinação dos royalties diretamente às comunidades pesqueiras impactadas não pela perspectiva do interesse pessoal somente, mas principalmente pelos recursos que poderiam ser direcionados à demandas estruturais decorrentes dos impactos. Como o conquistado no município de Armação dos Búzios, relatado pelo presidente da Colônia Dominique.

A presidente da cooperativa Arte e Peixe de São João da Barra que é membro do GAO, relatou as dificuldades de obtenção de selos e certificações que permitam ampliar a escala nas vendas da cooperativa Arte Peixe. O relato dessa dificuldade aparece também nas falas das cooperadas da Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo e entre pescadoras de outras localidades.

Em sua fala, a presidente da cooperativa Arte e Peixe, reforçou a importância do apoio científico oferecido pela Dr^a. Francine Pinho, nutricionista e doutora em Sociologia Política que é membro da linha de pesquisa do PEA Pescarte intitulada “Insegurança Alimentar e cadeia de Agregação de Valor na Pesca Artesanal” sob coordenação do Professor Dr. Mauro Campos. Em sua fala, Fernanda lembrou ainda do apoio oferecido pelo Prof. Dr. Manuel Vasquez Vidal Junior, líder da linha de pesquisa “Aquicultura e Pesca: linhas de análise para o desenvolvimento econômico pesqueiro na bacia de Campos”. Participando de diversas formações ligadas aos Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) é engajada em todas as atividades e atua como mobilizadora de outros pescadores e pescadoras para as atividades desenvolvidas no âmbito do PEA Pescarte e sensibilizando atores sociais em diferentes arenas externas ao PEA Pescarte, sempre destacando a importância do aprendizado construído nas ações do PEA ao longo dos anos em que atua no fortalecimento da organização comunitária participando democraticamente em diversas arenas.

Um Mestre Barqueiro de Arraial do Cabo, fez questão de se posicionar ao lado do banner da exposição Caminhos das Águas onde o mesmo aparece ao lado da filha denunciando a mudança na qualidade do pescado. A exposição “Caminhos das águas” mobilizou pescadores e pescadoras a enviarem fotos de suas áreas de pesca, apetrechos etc. Segundo ele, optou por enviar essas duas fotos, que estão no banner, para compor a exposição, de um lado para mostrar que a juventude é bem-vinda na pesca e que lugar de mulher é onde ela quiser e do outro, para denunciar o impacto causado à qualidade do pescado.

Figura 6. Gaoles de Arraial do Cabo ao lado de sua foto na mostra Caminho das Águas



Fonte: Extraído do Núcleo Criativo do PEA Pescarte.

É importante destacar ainda, que este banner, foi usado recentemente pelo pescador Joel em audiência pública sobre a qualidade da água no município de Arraial do Cabo- RJ.

Os sujeitos do presente estudo, que são participantes em múltiplas arenas e em diversos projetos de educação ambiental, se autointitulando Peeiros, reconhecem os conflitos presentes no território e são capazes de se organizar coletivamente, se engajar em práticas democráticas, construindo inclusive redes intermunicipais de cooperação, superando antagonismos históricos entre comunidades de pesca e entre municípios.

Frequento NEA BC de Quissamã há mais de três anos, tanto NEA BC como o Pescarte, e como outro projeto da mata atlântica, sou pescador, sou morador de bairro do furado no município de Quissamã, Faço parte de várias reuniões tentando regularizar algumas coisas para o nosso município, saneamento básico, sou diretor da colônia de pesca de Quissamã também, faço parte de ajudar a comunidade cobrando diretor, como prestação de contas, chamando a prefeitura para os bairros, enfim tenho várias profissões, mas no momento não estou podendo trabalhar porque estou com problema de saúde, mas na realidade eu tento acompanhar todas as reuniões para ver o que falta no meu município para que eu possa tentar ajudar os meus próximos (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

A gente está envolvido em vários projetos, estou envolvido em um projeto que é o mais importante na nossa região se Deus quiser que é o projeto Pescarte, eu quero

deixar um legado pelo menos que eu não possa seguir, mas que pelo menos eu posso contribuir como uma das pessoas que mais tem vontade de ver a nossa classe pesqueira dentro do nosso município melhorar, recuperar e ter os bons tempos de pesca pela frente, ter aonde vender o seu pescado com tranquilidade, eu acho que isso é um dos legados que eu quero deixar se Deus quiser (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Surpreendeu a apropriação das práticas democráticas e empoderamento dos sujeitos do estudo para o exercício da oralidade em todos os eventos e reuniões em que participei, no entanto durante o Encontro Microrregional Norte⁴⁴ em Novembro de 2022, chamou a atenção quando espontaneamente formaram duas filas no palco do evento, aguardando em silêncio, a vez de falar, uma aula da importância da escuta sensível nos processos democráticos.

Nesse mesmo evento, após debates em grupos realizaram devolutivas que expressão a consciência socioambiental, autorreconhecimento e reconhecimento mútuo, bem como percepção de riscos e impactos sofridos em seus territórios, modos de vida e direito de existir.

Figura 7. Lançando alertas: Relatos dos comunitários sobre impactos diretos e indiretos da Indústria do Petróleo e Gás



Fonte: Extraído do Núcleo Criativo do PEA Pescarte.

No entanto, à medida que os projetos de educação ambiental estimulam o fortalecimento da organização coletiva, a participação política, o desenvolvimento do controle social e a

⁴⁴ Os municípios da Região Norte da área de abrangência do PEA Pescarte são: Quissamã, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Campos dos Goytacazes. Essa divisão Norte e Sul é uma divisão organizativa interna do PEA Pescarte.

emancipação dos sujeitos, temos aqui o viés de seleção do estudo ao pesquisarmos participação junto a um grupo que desde 2014 é estimulado à participação democrática, à organização comunitária, promovendo reuniões periódicas, a famosa “inflação de reuniões” de que nos fala o professor Dr. Geraldo Márcio Timóteo, embasado na sociologia da intervenção e da sociologia da mudança social para as quais a participação democrática pode e deve ser continuamente estimulada e os processos construídos participativamente.

Mulheres pescadoras e pescadores dos 10 municípios, pesquisadores(as), educadores(as) socioambientais, recenseadores do Censo Pescarte, debateram em grupos as dimensões do Diagnóstico Participativo (2022-2023) durante o Seminário de Integração em Macaé, 2022.

As diversas ações pedagógico educativas de ensino pesquisa e extensão do PEA Pescarte, buscam oportunizar arenas discursivas e formativas contínuas aos sujeitos, equipes de campo e de pesquisa, estimulando o fortalecimento e o desenvolvimento de competências oriunda do aprendizado contínuo, o aprender a aprender de que fala-nos Edgard Morrin (2007,2014) , o despertar da curiosidade epistemológica ensinado por Freire (2021).

Os sujeitos inquiridos pelas entrevistas em 2021 são gauleses, passaram anos sendo estimulados a ampliarem sua participação, a desenvolver a economia solidária e a cooperação regional e muitos deles se auto intitulam Peeiros, ou seja, participam da ação educativa em mais de um PEA. Mas quando participaram dos grupos focais em 2015, não era assim. Nos grupos focais(2015) e Censo (2016) observamos a baixa adesão aos PEAs entre os respondentes, ainda que a avaliação entre os participantes fosse positiva, conforme apresentado.

Eu fui uma das que eu fui à luta junto com os pescadores, então acho que a minha participação com os pescadores é bem positiva, porque quando eles querem saber alguma coisa, os pescadores me perguntam, **época de audiência pública nós instruímos os pescadores como eles tem que agir lá dentro, instruímos na hora das perguntas, então acho que a minha participação com os pescadores é bem positiva** (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

A fala anterior captada em entrevista em 2021 contrasta com o encontrado nos grupos focais. Quando as categorias mais evocadas foram DESUNIÃO, seguida de PERCEPÇÃO POLÍTICA e VISÃO NEGATIVA DA COLÔNIA. Em 2015 as falas dos sujeitos descrevem relações de cooperação quando a perigo no mar, acidentes, solidariedade em situações quando alguém esteja em dificuldades e tenha fome. Hoje falam da necessidade de aprimoramento contínuo de práticas cooperativas, participativas, como algo a ser continuamente cativado, mas expressavam em 2015 que a classe é desunida, ainda que, afirmando que a pesca pressupõe a camaradagem, o apoio mútuo na captura e no trabalho pré e pós captura, trabalho em equipe, feito em família, passado de geração em geração.

3.9 A participação na atualização do diagnóstico participativo e os “Percebidos Destacados”

Na primeira atividade presencial, com foco na atualização do Diagnóstico participativo da Bacia de Campos no âmbito do PEA Pescarte, realizada em Macaé nos dias 07, 08 e 09 de Julho de 2012,

Um participante reforçou a analogia proferida pelo professor José Quintas quanto à responsabilidade do coletivo em “gestar e dar à luz” aos empreendimentos e, que o pensamento mútuo e de mobilização deve acontecer para que os empreendimentos “chamem atenção” de fato da comunidade, caso contrário eles desandarão” (Relatório de Atividade, Seminário de Integração/PEA Pescarte, 2022).

A fala, expressa a preocupação com a vulnerabilidade econômica, mas também societal, ligada à capacidade de manutenção da mobilização dos(as) pescadores(as) e a necessidade do fortalecimento da organização comunitária nos processos mútuos de cooperação, visando os projetos de GTR que serão implantados, a fim de que obtenham sucesso. Em devolutiva em plenária o grupo expôs um cartaz onde lia-se: “É necessário partejar o menino para que todos o ame”.

Outro pescador destacou que além da articulação local os grupos da pesca também necessitam de organização a nível nacional e de visibilidade para pressionar as instâncias, destacando a importância das equipes de campo e pesquisa no apoio técnico/científico aos pescadores no acesso a essas instâncias. Sendo a dificuldade de acessar os espaços decisórios e deliberativos, outra importante vulnerabilidade dos sujeitos.

Logo após, o presidente da colônia de Macaé, fez uma fala ressaltando a importância de os(as) pescadores(as) estarem apoderando-se dos espaços públicos de decisão nas esferas municipais, estaduais e federais. Em seu posicionamento, o participante lembrou um acidente que sofreu há alguns anos, e a importância dos equipamentos de salvatagem, bem como o apoio recebido dos órgãos de proteção e fiscalização.

Outra vulnerabilidade evidenciada nas falas durante o Seminário de Integração, diz respeito à luta pelo reconhecimento dos conhecimentos dos pescadores(as), respeito ao lugar de fala, e escuta sensível nas deliberações sejam, ou não, no âmbito do PEA, como acontece em determinações legais de períodos de defesos desconectadas da realidade da pesca, tanto na perspectiva do pescador, quanto na perspectiva do pescado⁴⁵.

⁴⁵ Os relatos e fotografias apresentadas pelos(as) pescadores(as) denunciam que os períodos de defesos em período equivocado são prejudiciais ao pescador(a) e ao pescado. Uma vez que estando em período equivocado autoriza-se a captura quando o pescado ainda está muito pequeno e proíbe-se a captura quando já está “graúdo”. Dessa forma, no caso do camarão por exemplo, os(as) pescadores(as) que seguem a lei capturam apenas camarões pequenos, tendo que capturar maior número de indivíduos, aumentando a retirada no estoque pesqueiro e ainda assim, não atingindo os valores adquiridos com a venda dos camarões “graúdos”. Impacta-se a renda do(a) pescador(a) e ainda se aumenta o impacto sobre os estoques pesqueiros, agravando-se assim a vulnerabilidade

Um pescador pediu a palavra e ressaltou que os integrantes da equipe do PEA Pescarte, conheciam as comunidades de pesca, conheciam igualmente as dores e os anseios dos pescadores, todavia não poderiam se colocar como pescadores, pois os pescadores esperavam pelo PEA Pescarte a concretização dos empreendimentos e existia uma responsabilidade imensa daqueles que estão fomentando a organização social para a implantação das cooperativas de pesca. Pontuou que era necessário cada vez mais uma sensibilidade perante aqueles que esperam algo concretizado. Por fim em sua fala, ressaltou que quando os educadores falam relacionado a pesca artesanal, eles falam “sobre” a pesca e quando os sujeitos da ação falam, é de dentro, de onde é vivenciado a realidade (Relatório de Atividade, Seminário de Integração/PEA Pescarte, 2022).

Na 5ª Reunião de Avaliação e Realinhamento, dando sequência à investigação participativa com foco na atualização do diagnóstico participativo foi lembrado que o grau de vulnerabilidade das comunidades, sendo transversal, requer um olhar também transversal e transdisciplinar.

Durante a reunião que durou três dias, grupos de trabalho debateram uma série de vulnerabilidades de forma ampla e impactos relacionados direta e indiretamente à cadeia de petróleo e gás observados nos territórios e relatados por pescadores e pescadoras, sendo a vulnerabilidade alimentar uma preocupação central. A falta de conhecimento político emerge como um fator que amplifica a vulnerabilidade, tornando os cidadãos mais suscetíveis aos impactos negativos decorrentes dessa cadeia produtiva.

O aumento de áreas de exclusão, decorrente de pesquisas sísmicas, operação de plataformas de exploração do petróleo, construção de parques eólicos, entre outras atividades que requerem áreas de exclusão, resulta na sobreposição de riscos ambientais, afetando diretamente as comunidades de pescadores.

A vulnerabilidade instrumental jurídica é ressaltada pela baixa quantidade de pescadores registrados no Registro Geral de Pesca (RGP), dificultando a proteção legal dessas comunidades. O RGP e a dificuldade de acesso a esse documento foram citados como obstáculos que inviabilizam marisqueiras de exercerem seu trabalho e acessarem seus direitos. A falta de acesso a direitos e políticas públicas, a dificuldade na venda do pescado e a dependência de atravessadores devido à falta de reconhecimento da profissão acesso a crédito ou empréstimo são desafios adicionais relatados.

A construção de Complexos Portuários, como o do Parque do Açú, foi apontada como uma fonte significativa de desemprego estrutural, levando à sobrepesca em outros pesqueiros e à perda de territórios pesqueiros. Em São Francisco de Itabapoana, a presença de portos ao redor

do município compromete não apenas a atividade pesqueira, mas também outras práticas tradicionais.

A poluição ambiental decorrente da indústria de petróleo e gás é uma preocupação constante, assim como a extinção de instâncias de apoio ao pescador, como o Ministério da Pesca. A perda de direitos, resultando na precarização da classe pesqueira e na marginalização da comunidade, é um impacto observado.

O adensamento populacional, decorrente da construção de empreendimentos ligados à indústria de Petróleo & Gás (P & G), complica ainda mais o cenário. Os royalties foram mencionados como potencialidade desde que haja controle social significativo, especialmente no contexto da indústria de P & G, sendo sugerido a concepção de políticas públicas voltadas à classe pesqueira que permitissem a transferência de recursos de forma direta à entidades representativas da comunidade pesqueira.

A diferenciação de categorias entre aqueles que vivem exclusivamente da pesca (categoria A) e os que utilizam a pesca como complementação de renda (categoria B) foi criticada pelo fato de que resulta em desunião e desarticulação política na defesa dos interesses dos pescadores(as). Além disso, a categoria B, parece refletir a dificuldade de obtenção de renda exclusivamente com a atividade pesqueira, dadas as alterações nos territórios aquáticos e terrestres em função das atividades da cadeia produtiva do petróleo e do gás.

Além disso, a falta de gelo para estocagem do pescado representa mais um desafio enfrentado pelos pescadores, limitando suas possibilidades de armazenamento e comercialização.

Ao final desse segundo encontro presencial o grupo alinhou em plenária, com orientações da Prof^a. Dr^a. Tatiana Walter, que a dimensão vulnerabilidade, estaria presente em todos os macros impactos, necessitando a sua pontuação e classificação por meio de análises comparativas e com a atualização do índice de vulnerabilidade socioambiental desenvolvido pelo PEA Pescarte em suas fases anteriores. Como sugestão pontuaram a importância de identificar os níveis de vulnerabilidade em perspectiva comparada olhando as arenas local, regional e nacional.

O terceiro encontro presencial com foco na atualização do DP-BC foi o encontro do GAO Integrador. Onde diversos problemas e conflitos foram relatados de forma espontânea. Nesse evento pescadores(as), compartilharam informações e conhecimentos ligados ao exercício das pescas, construindo entendimentos dialogicamente.

Os pescadores e pescadoras compartilharam uma série de desafios e estratégias

relacionados aos impactos da cadeia de petróleo e gás. Segundo eles, enfrentam dificuldades e buscam estratégias para obter licenças no setor turístico sem prejudicar seus direitos na atividade de pesca. Além disso, lidam com obstáculos na obtenção de licenças e selos para ampliar as vendas de pescado, buscando equilibrar ambas as atividades.

No âmbito da discussão sobre royalties destacou-se, novamente, a necessidade de direcionar esses recursos diretamente à comunidade de pesca. O presidente da colônia de Búzios compartilhou caminhos jurídicos para garantir essa destinação, reconhecendo a importância de direcionar os benefícios financeiros da indústria de petróleo e gás de maneira mais efetiva para as comunidades pesqueiras.

A poluição da água e do pescado foi uma preocupação constante entre os pescadores, uma vez que vem impactando diretamente a qualidade dos recursos naturais essenciais para a pesca e também a saúde das famílias.

Adicionalmente, é importante ressaltar que a cadeia petrolífera exerce uma considerável pressão sobre a infraestrutura local que é agravada devido a apropriações inadequadas e até mesmo ilegais de territórios pesqueiros por parte de operadores de turismo.

Esse cenário destaca os desafios complexos enfrentados pelas comunidades pesqueiras ao buscar uma coexistência harmoniosa com diversas atividades econômicas na região. A necessidade de conciliar interesses diversos e mitigar impactos sobre os recursos naturais locais torna-se uma tarefa desafiadora diante da complexidade e dinâmica dessas interações econômicas, o que reforça a dimensão transdisciplinar dos problemas e também das possíveis soluções.

Ainda durante o encontro do GAO Integrador, pescadores(as) debateram e propuseram melhorias no detalhamento da metodologia prevista para os encontros Microrregionais. As sugestões que envolviam escrever de forma mais clara os termos, a divisão de tempo para aumentar o tempo das devolutivas dos debates, entre outras, foram todas incorporadas.

Nos encontros Microrregionais Norte e Sul introduziu-se a temática da atualização do diagnóstico participativo conversando com os sujeitos da ação sobre os custos da participação, tema caro à Ciência Política. Os participantes foram estimulados a refletir sobre as escolhas e renúncias feitas para que pudessem estar ali no Microrregional⁴⁶. Discorrendo sobre participação e organização coletiva, o coordenador do PEA Pescarte destacou a importância de

⁴⁶ No Microrregional Norte a fila formou-se literalmente. Espontaneamente, os(as) pescadores(as) se dirigiram para a frente da plenária, formando duas filas e aguardaram em ordem, com as tarjetas que escreveram, para ler e comentar os problemas e conflitos que gostariam de destacar. No Microrregional Sul a fila foi apenas por meio de lista de inscrições.

os SAEs estarem ali, comprometidos com a participação no evento, ação que reforça os avanços na força pela luta da classe pesqueira.

Era um dia de sol, “deu quadra”, os SAEs poderiam estar trabalhando, mas deram prioridade ao evento, esse comprometimento e disposição em participar evidencia o amadurecimento da atuação da classe. Como pergunta retórica, o coordenador colocou “O que os traria até aqui?”, respondendo, que os SAEs estariam buscando respostas, debatendo melhorias para a classe, compreendendo seus direitos e ocupando espaços de decisão. Por fim, enfatizou a participação dos educadores e SAEs nos espaços públicos, como em comitês de bacias, secretarias de pesca e outras instâncias que possam contribuir com a pesca.

O debate sobre os custos da participação e as hipóteses que ligam a pressão da renda na decisão de participar, dada a sobreposição de riscos e vulnerabilidades que pesam sobre a comunidade de pesca artesanal, trazem por tendência esperada um cenário ainda mais propício à não participação. Não dispõe de salário pelas atividades desenvolvidas, o trabalho e a renda a ele associado é dependente de uma série de variáveis, naturais e socioeconômicas, o tempo, o clima, os ventos, o gelo, o óleo, os atravessadores, os registros... Para estar em qualquer, das reuniões realizadas pelos Projetos de Educação Ambiental (PEAs), os sujeitos da ação educativa abrem mão do tempo em terra, que estariam com a família, cuidando do pescado, filetando, beneficiando, providenciando a próxima ida para o mar, lagoa ou rio, mas eles(as) escolhem estar nas reuniões e não apenas o estar em números expressivos, mas também em qualidade, se apropriando dos espaços discursivos, se apropriando dos momentos de fala e também atentos nos momentos de escuta.

Como observado em ambos os encontros Microrregionais, quando pescadores(as) fizeram fila⁴⁷ para apresentar seus relatos sobre os impactos, problemas, potencialidades, conquistas, mudanças nos meios, modos e ambientes no sentido negativo, mas, também, no sentido positivo, uma vez que, o próprio ato de fala e nível de consciência acerca dos impactos do reflexo da Política Pública do Licenciamento Ambiental, no sentido do posicionamento dos sujeitos como lançadores de alertas⁴⁷ (Acelrad, 2018) sugerindo o fortalecimento dos processos reflexivos e das capacidades discursivas e de ação comunicativa dos sujeitos.

Em ambos os eventos, as falas foram espontâneas e todos(as) ao falar em plenária, usavam o microfone, a grande maioria quis falar, e ao falar trouxeram muitos elementos

⁴⁷ Segundo Acelrad (2018) os lançadores de alertas, são sujeitos dos entornos de megaempreendimentos que vivenciam e percebem possíveis risco, são fundamentais na luta por justiça ambiental, no entanto são constantemente silenciados, tanto pela perspectiva da deslegitimação de seu discurso sob o argumento de não serem situados academicamente, quanto, por meio de ameaças jurídicas, coações e coerções físicas ou exclusão e humilhação nas arenas deliberativas e decisórias.

objetivos e substantivos à atualização do Diagnóstico Participativo, relatando problemas, conflitos, riscos e impactos diretos e indiretos das atividades de exploração, exploração e extração do óleo e gás na Bacia de Campos.

No tocante à Dimensão Vulnerabilidade, que é uma dimensão que está presente nas demais dimensões, seguem alguns dos principais destaques feitos pelos sujeitos durante Microrregional Norte.

Os impactos diretos e indiretos provenientes da cadeia de petróleo e gás afetam diversos aspectos cruciais para as comunidades pesqueiras. A falta de apoio institucional compromete a atividade pesqueira, enquanto a pesca industrial contribui para a diminuição da quantidade de pescado, especialmente nas proximidades do Porto do Açu, resultando na perda de território pesqueiro.

A necessidade de empoderamento dos pescadores e pescadoras se destaca como uma resposta crucial diante desses desafios, especialmente diante da falta de diálogo efetivo com as empresas envolvidas na cadeia petrolífera. Além disso a ausência do Conselho de Pesca e a escassez de políticas públicas efetivas agravam a vulnerabilidade da atividade pesqueira.

Os impactos ambientais, como o assoreamento da Boca da Barra e dos rios, assim como a salinização das águas, prejudicam não apenas a qualidade do ambiente, mas também a quantidade de pescado disponível. A instalação de empreendimentos em áreas de pesca e pesqueiros, como o aterro dos mangues, intensifica a perda de território pesqueiro.

Além disso, questões socioeconômicas, como a falta de recursos para a pesca, as altas despesas, a presença de atravessadores e a limitação de acesso às lagoas e áreas de pesca, impactam diretamente a sustentabilidade econômica dos pescadores.

A desvalorização do trabalho feminino na pesca, a falta de fiscalização nos rios e mares, a mudança nas políticas de fechamento da pesca do mar e o valor do diesel representam desafios adicionais enfrentados por essas comunidades.

A dragagem da Barra do Furado e do Canal das Flexas, assim como a falta de passarelas e incentivos para o pescador, configuram-se como problemas específicos que demandam atenção.

Os impactos percebidos e destacados pelos SAEs na Microrregional Sul evidenciam uma série de desafios decorrentes tanto diretamente quanto indiretamente da cadeia de petróleo e gás. A falta de investimento direcionado à comunidade pesqueira e em infraestrutura representa um impacto direto, prejudicando a sustentabilidade das atividades locais.

A necessidade de estudos de estoque que considerem a dimensão social e sua ampla

divulgação é crucial para abordar as implicações indiretas desse setor na região. A questão da fome e insegurança alimentar entre os produtores de alimentos destaca as consequências sociais resultantes do desequilíbrio causado pela presença da cadeia de petróleo e gás.

A preservação ambiental é reconhecida como importante, mas os SAEs enfatizam a necessidade de inclusão do aspecto social nessas iniciativas. A ausência de áreas adequadas para estocagem e comercialização afeta diretamente a economia local, enquanto os riscos de acidentes e vazamentos de óleo representam ameaças tangíveis à segurança dos pescadores.

O deslocamento forçado devido à pressão imobiliária configura um impacto direto na comunidade pesqueira. A subestimação das capacidades dos(as) pescadores(as) e a falta de investimento na educação básica, incluindo as dimensões do reconhecimento da pesca, são desafios adicionais enfrentados pela comunidade.

Os roubos de petrechos e barcos em decorrência do aumento da violência urbana são impactos diretos nas condições de trabalho dos pescadores. Ações repressivas por parte dos órgãos de fiscalização contribuem para um ambiente mais hostil.

A condição de ser segurado especial, associada ao Defeso e aposentadoria inferior, coloca os pescadores(as) em uma posição desfavorável, obrigando-os a descumprir regras e a continuar trabalhando após a aposentadoria. A falta de diálogo efetivo nas políticas de Defeso e a exclusão do conhecimento dos pescadores nessas decisões são preocupações destacadas pelos SAEs.

A imposição de áreas de exclusão faz com que os pescadores tenham que navegar cada vez mais longe, afetando diretamente suas atividades. A falta de saneamento e a diminuição do tamanho do pescado em relação aos anos anteriores completam a lista de desafios que refletem os impactos complexos e interconectados da cadeia de petróleo e gás na região.

Uma das pescadoras, relatou mudanças ocorridas no território em decorrência das atividades da empresa licenciada, entre suas falas destacamos:

Na época do meu pai, Camarão juntava 5 dava um quilo. Hoje tem que juntar uns 50 pra fazer 1 quilo. Ninguém espera chegar no tamanho GG. Os pescadores pescam e não esperam que cresçam. Nós temos que pensar no futuro, mas as vezes tem a fome no presente, neh?! (Debate Dimensão Vulnerabilidade Socioambiental, Microrregional Sul, 2023).

Essa fala evidencia o debate travado pelas correntes teóricas da Ecologia Política e Educação Ambiental Crítica que destacam a importância de incluir o social, o elemento humano, como partes indissociáveis na preservação e conservação dos biomas.

Aa participação ativa dos(as) pescadores(as) nas reuniões presenciais e on-line com foco na atualização do diagnóstico participativo, evidenciam acúmulos positivos nos atos discursivos

dos sujeitos, assim como observado em outras atividades como, Oficinas, Seminários, entrevistas, Simpósio de Linguagens e Letramentos, podcasts, onde os(as) pescadores(as) são estimulados e instrumentalizados para fazer frente aos mecanismos estruturantes de exclusão e silenciamento, conquistando lugar de fala e voto, por exemplo, em entidades como o CEDRUS e CBHLSJ, entre outros, realizando o enfrentamento dos estigmas⁴⁸ denunciando na ação discursiva as vulnerabilidades, problemas e engajando-se em evidenciar também os agentes e instituições a eles ligados, lançando alertas e evidenciando os conflitos de seus territórios e não convivendo passivamente com os problemas.

Em síntese, a cadeia de petróleo e gás impacta de maneira abrangente e multifacetada, exigindo abordagens integradas e efetivas para a preservação e o fortalecimento das atividades pesqueiras locais.

3.10 Reflexões sobre a participação democrática entre SAEs, GGs e Gaolezes - grupos eleitos no âmbito do PEA Pescarte

As interações e o engajamento e participação⁴⁹ entre sujeitos de comunidades de pesca artesanal, historicamente alijadas dos processos decisórios formais e informais, como versam os estudos da temática, apresentaram evidências, olhando pelo esboço tipológico honnetiano, lutas por autorreconhecimento, lutas por reconhecimento mútuo entre os pares, lutas por reconhecimento nas três dimensões do reconhecimento amor, direito e solidariedade tipificado por Honneth (2009) e a partir do conceito “dignidade” de George Mead (1972).

Não é para caso que Mead fala (...) de “dignidade”, com a qual um sujeito se vê dotado no momento em que ele, pela concepção de direitos, é reconhecido como membro da sociedade; pois com a expressão está implicitamente associada a afirmação sistemática de que corresponde à experiência de reconhecimento um modo de autorrelação prática, no qual o indivíduo pode estar seguro do valor social de sua identidade. O conceito geral que Mead escolhe para caracterizar uma tal consciência do próprio valor é o de “autorrespeito”; ele refere-se à atitude positiva para consigo mesmo que um indivíduo pode adotar quando reconhecido pelos membros de sua

⁴⁸ Como nos relatos de marisqueiras que tiveram a carteira de pesca negada por atendentes que julgam, a partir de estigmas (onde marisqueiras não usam esmaltes, são malvestidas, cheiram a pescado) e assim, ao vê-las asseadas, com as unhas pintadas negam-lhes o direito ao registro dizendo a elas: “Você não é marisqueira, pescadora, não com essa unha feita”. Outro estigma que impede o acesso à direitos envolve a dimensão do não reconhecimento da identidade de pescadora, onde o trabalho das mulheres na cadeia da pesca é caracterizado como “ajuda”. Conforme apontam diversos estudos e vocalizam as mulheres pescadoras, seu trabalho é visto como categoria de “ajuda” e não de trabalho (Amaral et al., 2021; Cezar; Theis, 2020; Huguenin; Martínez, 2021; Manhães; De Souza Amaral, 2022).

⁴⁹ Conforme apresentado no Relatório Anual Fase 03 – Janeiro de 2022 a Dezembro de 2022– “A busca pela integração dos pescadores nos ambientes decisórios, sejam públicos ou privados, tem sido conduzido a partir das decisões que foram tomadas no 2o Encontro Regional da 2ª Fase, em que se deliberou pela formação de uma Agenda Socioambiental a ser perseguida, de maneira transversal, por todas as equipes e núcleos, do Campo e da Pesquisa. Esse trabalho já alcançou alguns êxitos, como a mudança do período de defeso do camarão da Lagoa de Araruama; a primeira conquista de financiamento de projetos por meio de editais, no caso, o de Construção Naval Artesanal, promovido pelo FUNBIO, com o projeto “Mestre Barqueiros”, que prevê o apoio a 6 mestres barqueiros e 16 aprendizes” (Relatório Anual Fase 03, 2022, p. 14).

coletividade como um determinado gênero de pessoa (Honneth, 2009, p. 137).

Como observado e como mostram os relatórios SOMA/PETROBRAS (2012), e também as análises dos CENSOs da Pesca do PEA Pescarte e diversos estudos da temática da pesca artesanal (Campos; De Almeida; Timóteo, 2021; Campos; Timóteo; Arruda, 2018; Timóteo, 2019) os sujeitos do estudo estão expostos à desterritorialização, insegurança alimentar e a alto grau de exposição e sobreposição de riscos. Além de evidenciarem em suas falas, essas e outras, vulnerabilizações a que estão acometidos, evidenciam também nos gestos, reagindo às múltiplas violações e violências por meio de lutas por reconhecimento, nas dimensões afetivas do reconhecimento entre os pares, família, núcleos de relações em interações face a face, o autoconhecimento e reconhecimento mútuo de si enquanto sujeito de comunidade tradicional de pesca artesanal, pescadores, pescadoras, marisqueiras, descascadeiras, filetadeiras, trabalho na cadeia da pesca artesanal: pescadoras e pescadores, e entre as mulheres o reconhecimento de seus trabalhos, como o que são- trabalhos - e não mera ajuda; na dimensão jurídica o reconhecimento do trabalho feminino garantindo-lhes o acesso à direitos, a políticas públicas, a relações comerciais.

Recaem sobre essas populações os impactos, macro impactos e dimensões dos macro impactos de atividades potencialmente degradantes, megaempreendimentos e todos os outros megaempreendimentos a eles associados, cifras trilionárias, enquanto às populações do entorno, tradicionais, originários dos territórios, territórios esses com os quais conformam suas identidades, parentescos, práticas, cosmovisões, populações que são expulsas, como coisas, morando cada vez mais distante de seus locais de pesca, empobrecidos no capital econômico, vulnerabilizados, invisibilizados, seus meios e modos de vida ameaçados, usurpados, extintos, finitos seus mundos, seus vínculos de identidade, coletividade e reciprocidade? Remetendo às reflexões de Krenak (2019) sobre as estratégias da lógica colonial das corporações de separar os grupos, arrancar as pessoas da terra.

No contexto dos sujeitos do presente estudo, contraintuitivamente ao escopo teórico das teorias dos custos da participação, entre o grupo do estudo etnográfico de 3 anos aqui apresentado, encontramos gramáticas de participação e a marca no discurso da necessidade de lutar pelo reconhecimento e de conquistas de quebras de invisibilidade.

Observamos a invisibilidade na agenda pública e carência de quem os represente nas arenas locais, estaduais e federais, nos poucos assentos em organismos participativos ligados às demandas pesqueiras, organismos públicos que foram desarticulados e extintos nas gestões presidenciais pós golpe de 2016 e que, somente agora, ao fim da tese, estão em recriação no

âmbito federal⁵⁰, estadual e municipal. Ensejando trabalhos futuros que investiguem as interações entre os *brokers* da pesca e a elite política.

Como ilustra a fala a seguir:

Olha política para mim é um meio de exercer os nossos direitos, votando sem ter que pagar multa, as coisas já estão difíceis pagar a multa pior ainda, então votando para eleger uma pessoa, um candidato uma candidata que venha nos apoiar lá na frente, que venha nos dar o direito, porque hoje para a gente ter o direito de alguma coisa aqui é muito complicado, não se faz valer a lei, a lei que eles fazem é a mesmo do que nada, A gente vai procurar os nossos direitos é um papel rasgado, então quer dizer que nosso título praticamente não serve pra nada, só serve mesmo pra votar, então que a gente tenha que votar mas de saber votar, votar numa pessoa digna, uma pessoa de respeito, uma pessoa direita, nesta e que tenha palavra, porque o essencial é a palavra, não adianta chegar prometer mundos e fundos e no fundo a gente vai procurar nada feito, eu não posso ajudar, eu não posso fazer. O que eu mais vejo aqui é isso, entendeu? Eu sou bem franca e sincera, eu **apoiei, apoiei, apoiei, apoiei, eu votei e voto com muito prazer que eu amo votar, eu amo fazer política, eu amo fazer campanha, eu amo ir pras ruas, isso aí é comigo mesmo, gosto de arrastar o povo mesmo, mas na hora que eu precisei e como eu disse estou precisando, eu procurei “eu não posso fazer nada, eu não posso te ajudar” para mim é uma pessoa que não tem palavra** (Entrevista Seminário Linguagens e Letramentos, 2021).

Uma vez que dentro desta classe existem diferentes níveis de vulnerabilização e precarização nas dimensões individuais e coletivas, em territórios que sofrem com a sobreposição de riscos, entendemos que tratar como iguais, o que na verdade é distinto, esconde assimetrias e impede a compreensão do *habitus*. Nossa hipótese é que essa heterogeneidade e não autorreconhecimento e reconhecimento mútuo, pode acarretar em dificuldades de organização coletiva e de estabelecimento de redes de solidariedade e cooperação entre pescadores(as), presentes na expressão “a pesca é muito desunida”, tão evocada nos grupos focais realizados pelo PEA Pescarte em 2015.

Isso porque, a reificação que segundo Axel Honneth (2009) é o esquecimento do reconhecimento, coloca os sujeitos na posição de indiferença uns com os outros e descrença nos vínculos de cooperação. O não autorreconhecimento, o não reconhecimento mútuo, o não reconhecimento social e o não reconhecimento jurídico são resultado e resultam na invisibilidade.

Por exemplo, o não reconhecimento no nível afetivo, na dimensão dos vínculos familiares, no nível social e no nível jurídico das marisqueiras, descascadeiras e fileteadeiras que ao não serem reconhecidas como pescadoras não acessam a direitos, não tem reconhecimento e valoração social e no âmbito familiar da pesca, tem sua atividade tratada como ajuda como

⁵⁰ Após o apagamento das pautas da pesca artesanal no pós-golpe de 2016 e gestões pautadas na Necropolítica, agora, as políticas para a Pesca Artesanal estão sendo recriadas, novas arenas e diálogos transdisciplinares com a presença e ação dos sujeitos da ação voltam a ser estimulados e reconhecidos.

evidenciado nos estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto Mulheres na Pesca⁵¹ e por estudiosas do assunto (Cezar; Theis, 2020; Colaço, 2019; Huguenin; Martínez, 2021; Martínez; Hellebrandt, 2019; Ribeiro; Do Nascimento, 2020; Amaral e Gonçalves Neto, 2020; Manhães e Amaral, 2022).

E como observamos na imersão sociológica, há mudanças entre as mulheres que participam das atividades do PEA Pescarte que é de onde pudemos observar avanços, tanto na apropriação de suas atividades como trabalho e não como “ajuda”, no reconhecimento mútuo entre pescadoras e entre pescadores que as reconhecem como pescadoras. Em todo os três anos de observação, nas atividades que acompanhei, em nenhuma vez presenciei constrangimentos no sentido de pescadores questionarem a presença e a autoridade das pescadoras nas atividades. Ao contrário, pude captar muitas falas masculinas de reconhecimento do trabalho das mulheres pescadoras e também a vocalização de que elas precisam acessar aos direitos. Ainda que pese o machismo e não reconhecimento das pescadoras nas colônias cujos representantes não aderiram ao PEA Pescarte, nas arenas em que convivi com pescadoras e pescadores artesanais, observei respeito recíproco e reconhecimento mútuo entre os sujeitos do estudo. Sendo a participação qualificada das mulheres e o quantitativo de mulheres nas atividades um achado que pode ajudar a evidenciar a efetividade de processos de mitigação de impactos.

Uma perspectiva que nos ajuda a pensar a questão participação democrática e dos processos de representação é o esquecimento do reconhecimento, que segundo Honneth (2009) implica e é implicado na reificação, onde as dimensões intersubjetivas são tratadas com indiferença e neutralidade, o que acarreta em prejuízo da confiança e dificultando a formação de vínculos de lealdade e cooperação, fundamentais para a ruptura com a inércia da indiferença e da mera contemplação, próprias à reificação que objetifica as dimensões intersubjetivas. No caso em estudo, impediria de reconhecer a si, e ao outro como comunidade tradicional de pesca artesanal, afastando-se das dinâmicas coletivas e construções participativas e impedindo a busca por direitos ao não se reconhecer e ao não reconhecer às demais marisqueiras, descascadeiras, filetadeiras como pescadoras, por exemplo. No processo de reificação o outro torna-se na percepção do sujeito uma coisa à qual relega-se à indiferença e à neutralidade, refletindo na não adesão a processos cooperativos.

Buscaremos com os resultados a seguir, sustentar o argumento de que sujeitos estimulados ao autorreconhecimento e reconhecimento mútuo tendem a ressignificar vínculos de cooperação e representação e a aderir à participação democrática engajando-se em lutas por

⁵¹ Informações projeto Mulheres na Pesca disponível em: <http://www.mulheresnapesca.uenf.br/>.

reconhecimento e por justiça socioambiental. Apresentamos alguns destaques no âmbito do grupo analisado que podem sugerir potencialidades derivadas da política do licenciamento ambiental federal e em alguma medida, mitigação de impactos aos quais estão expostos os sujeitos do estudo.

3.11 Indicador da organização comunitária

As inovações em tecnologias sociais observadas no âmbito do PEA Pescarte não restringem-se à implementação de projetos de geração de trabalho e renda que iniciam-se na terceira fase, das seis fases do projeto. A cada fase, habilidades são reconhecidas e desenvolvidas, objetivando a autonomia e emancipação dos sujeitos, não apenas no escopo econômico. O fortalecimento da organização comunitária por meio de PGTRs, proposto pelo PEA Pescarte, no âmbito do licenciamento ambiental federal conduzido pelo IBAMA, implica o desenvolvimento de capitais sociais, culturais e simbólicos.

Esses capitais impactam a participação sócio democrática, no entanto, são desprivilegiados nas análises colonizadas por premissas teóricas, metodológicas e analíticas pautadas na lógica economicista.

Demonstrar o incremento desses capitais, seria uma forma de testar a hipótese e responder a pergunta do presente estudo, além de ajudar a responder sobre a efetividade das ações de pesquisa e extensão do PEA Pescarte na mitigação de impactos das atividades petrolíferas, a que estão submetidos pescadores(as). Entretanto, são categorias difíceis de mensurar, assim, além dos esforços descritivos nas demais seções da presente tese, que buscam evidenciar o incremento dos capitais social, cultural e simbólico, aqui, tomamos como *proxy* para a organização comunitária entre os sujeitos do estudo: o cumprimento das exigências do órgão licenciador - IBAMA - no tocante à obrigatoriedade de que os pescadores(as) conquistem os terrenos onde serão implantadas as unidades produtivas.

Dentre os empreendimentos conquistados, 3 (três) estavam autorizados pelo IBAMA para a implementação na terceira fase do PEA Pescarte. Para isso, o IBAMA postulou aos SAEs dos municípios que irão recebê-los como obrigação/contrapartida: conquistar os terrenos nos quais serão implantados os empreendimentos escolhidos pelas comunidades. Dos sete municípios aptos a receberem os empreendimentos de geração de trabalho e renda, por já estarem na terceira fase do PEA Pescarte, cinco já conseguiram os terrenos e já constituíram as cooperativas, evidenciando o fortalecimento da organização comunitária entre os sujeitos do estudo, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 11. Distribuição dos níveis de elaboração e construção das cooperativas no âmbito do PEA Pescarte

MUNICÍPIO	FASE no PERÍODO 2021-2024	ELEIÇÃO GG (1ª FASE)	ELEIÇÃO GAO (2ª FASE)	ESCOLHA PGTR (2ª FASE)	REUNIÕES GT (3ª FASE)	CONSTRUÇÃO /DEBATE ESTATUTO COOPERATIVA (3ª FASE)	CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA (3ª FASE) sim ou não	REGISTRO DA COOPERATIVA NA JUNTA (3ª FASE) sim ou não	CONQUISTA DO TERRENO (3ª FASE) sim ou não	TERRENO já DOADO À COOPERATIVA sim ou não	NOME DA COOPERATIVA
Arraial do Cabo	3ª	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	COOPERAR
Cabo Frio	3ª	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	COOPACAF
Campos dos Goytacazes	3ª	sim	sim	sim	sim	sim					
Macaé	3ª	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	COOPAMAC
Quissamã	3ª	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	COOPEBBR
São Francisco de Itabapoana	3ª	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	COOPEASFI
São João da Barra	3ª	sim	sim	sim	sim	sim					

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do PEA Pescarte.

3.12 O caso das mulheres pescadoras de Arraial do Cabo-RJ

A invisibilidade das mulheres na cadeia produtiva da pesca e o não reconhecimento de sua condição de pescadoras artesanais, vem sendo vocalizada por elas e tem ocupado centralidade, com diversas abordagens, nos estudos sobre a pesca artesanal (Amaral et al., 2021; Cezar; Theis, 2020; Colaço, 2019; Huguenin; Martínez, 2021; Manhães; De Souza Amaral, 2022; Martínez; Hellebrandt, 2019; Stadler, 2015).

O esquecimento do reconhecimento das mulheres na pesca é vocalizado por mulheres pescadoras e percebe conexões e forte protagonismo nas três esferas ao aplicar a perspectiva honethiana: nas relações afetivas, familiares e de autorreconhecimento; nas relações sociais de enfrentamento ao desrespeito, na organização comunitária e quebras de invisibilidade, o reconhecimento mútuo; nas relações jurídicas as lutas por justiça, por inclusão em direitos sociais, pelo respeito às cosmovisões, pela gestão participativa nos territórios.

Se o núcleo de toda reificação reside em um “esquecimento do reconhecimento”, então podemos buscar suas causas sociais nas práticas ou nos mecanismos que possibilitam e perpetuam sistematicamente tal esquecimento (Honneth, 2020, p. 121).

Sobre as mulheres, historicamente invisibilizadas na cadeia produtiva da pesca, recaem sobreposições de riscos socioambientais e ainda a dimensão estrutural ligada à divisão sexual do trabalho (Lima, 2002; Figueiredo & Prost, 2014; Huguenin & Martinez, 2021; Cezar; Theis, 2020; Martínez; Hellebrandt, 2019).

O debate sobre a invisibilidade da mulher na pesca é destacada em diversos estudos, no

âmbito do projeto mulheres na pesca e no âmbito do PEA Pescarte por meio dos debates e ações da linha de Pesquisa “Trabalho e Organização produtiva: um estudo sobre a inserção feminina na cadeia produtiva do pescado”⁵² coordenada pela Prof.^a Dr.^a Shirlena Amaral. Além disso, outras linhas de pesquisa em vigência no período 2021 a 2024, reportam o observado no presente estudo: o destaque do engajamento das mulheres pescadores artesanais no âmbito do PEA Pescarte.

Conforme afirmado pelas marisqueiras e pescadoras em suas lutas por reconhecimento, apesar de fazerem parte da cadeia produtiva da pesca, elas têm seu trabalho tratado como inferior quando comparado às atividades desenvolvidas pelos homens, são impedidas de realizar atividade de captura, quando atuam na mariscagem não são vistas como pescadoras. O trabalho desempenhado pelas mulheres, seja na captura ou pré e pós captura, é apresentado como categoria de ajuda. Reproduzindo o padrão da divisão sexual do trabalho marcada pela dominação masculina e seus aspectos e violências simbólicas, conforme problematizado por Pierre Bourdieu (2007).

A atividade laboral feminina na cadeia da pesca é historicamente considerada como “ajuda” ao trabalho do homem, o que implica não apenas o não reconhecimento emocional e social da atividade do trabalho, o não reconhecimento jurídico que implica o não reconhecimento de direitos como o RGP e seguro defeso, por exemplo. Essa dimensão jurídica vem sendo amplamente debatida (Woortmann, 1992; Fonseca et al, 2016; Huguenin e Martinez, 2021; Amaral e Gonçalves Neto, 2021) mas não é esse o nosso foco. Ainda que a dimensão do reconhecimento jurídico seja fundamental, nosso olhar recai nas dimensões das lutas pelo reconhecimento afetivo, social e jurídico pela perspectiva do evidenciado na imersão etnográfica.

Considerando o papel histórico e cultural das mulheres na sociedade, não somente no âmbito pesqueiro, é importante refletir acerca do fato que suas relações de trabalho se dão, em geral, em paralelo ao cuidado dos filhos, no caso de mulheres mães, da casa e do preparo da alimentação da família, bem como o cuidado com idosos. Assim, em seus espaços de trabalho, as mulheres pescadoras precisam construir estratégias de conciliação e flexibilidade entre os horários de trabalho e as demandas de cuidados da família, principalmente dos filhos menores

⁵² Importantes debates sobre a participação feminina vem acontecendo nas reuniões e formações realizadas pelo Núcleo de Direitos e Benefícios (NDB) do PEA Pescarte, com foco no fortalecimento do reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres na pesca, oferecendo inclusive suporte para a busca por direitos e construção de materiais pedagogicamente orientados e ricamente ilustrados com orientações no escopo principal na temática de Políticas Públicas, Assistência Social e Jurídica. Para maiores informações ver: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/d31e4f725a4e49f7a912.pdf>.

e idosos. Desse modo, percebe-se que a divisão sexual do trabalho somada à carência de aparelhos públicos como creches, saneamento e hospitais, intensifica a opressão e a desigualdade entre os sexos no trabalho pesqueiro.

Além do descrito, as marisqueiras encontram-se em extrema pobreza, vulnerabilização e alta insegurança alimentar, conforme revelado pelos estudos sobre insegurança alimentar, quando em situação de privação e carência de alimentos as mulheres priorizam filhos e companheiros, como evidenciam os estudos sobre Segurança Alimentar (Campos; De Almeida; Timóteo, 2021; Cunha et al., 2019).

No entanto, a observação revelou que entre elas, além de formas de sobrevivência são constituídas estratégias de autorreconhecimento e reconhecimento mútuo que refletem nos atos de fala e práticas de empoderamento coletivo por meio do associativismo. Algumas cooperativas lideradas e compostas por mulheres destacaram-se durante a observação.

A Cooperativa de Mulheres Nativas, composta por 100% de mulheres da pesca artesanal de Arraial do Cabo. Outras associações e cooperativas cambistas dedicam-se à confecção de bijuterias, rendas de bilros e gastronomia – para a preservação da pesca artesanal e do meio ambiente, como apresenta Ribeiro e Nascimento (2020). Desenvolvem e organizam seus trabalhos por meio de cooperativas, que são “compostas majoritariamente por mulheres, como é o caso da “Sol, Salga e Arte” com 70% das cooperadas mulheres (a maioria marisqueiras) e 30% de homens; e, dedicadas ao beneficiamento do pescado em uma composição estatutária de 100% de mulheres apresenta-se a cooperativa “Mulheres Nativas”, localizada na praia Grande (Ribeiro; Nascimento, 2020, p. 29). Em São João da Barra a ação liderada pela presidente da Cooperativa Arte e Pesca, impulsiona a participação sócio democrática, sendo referência regional e amplamente conhecida no âmbito dos PEAs.

Tivemos um contato aproximado com Arraial do Cabo. Esse contato deu-se inicialmente após as análises no período pré-campo, aqui apresentadas na caracterização do objeto. Quando as ocupações marisqueiras-descascadeiras que encontram-se no grupamento das ocupações mais vulnerabilizadas apresentou, contraintuitivamente, resultado elevado para o indicador de Capital Social. Uma primeira luz se acendeu sobre a participação das mulheres, uma vez que essas ocupações são desempenhadas principalmente por mulheres. O outro ponto que inicialmente orientou minha aproximação à Arraial do Cabo foram os resultados obtidos nas análises da adesão aos PEAs, tomado como *proxy* à participação democrática, apresentado nesta tese, onde ser de Arraial do Cabo revelou significância estatística.

Assim aproximamos a lupa da observação ao município de Arraial do Cabo e às

mulheres marisqueiras neste município, acompanhando diversas reuniões no período das atividades remotas.

A interação com elas foi aos poucos dando mais proximidade para ambas as partes, e em certa altura da interação, dado o fato de duas das cooperativas de Arraial do Cabo terem sido contemplada pelo TAC do Frade emergencial durante a pandemia e a coordenação do PEA Pescarte autorizou o suporte de membros da equipe e pesquisadores aos projetos aprovados.

Atuei como pesquisadora e extensionista junto a elas, compartilhando conhecimentos administrativos e de gestão desde 2021 até 2023.

O processo de empoderamento à autonomia perpassa o reconhecimento do self, das cosmovisões. Acompanhar os avanços e desafios da economia solidária, em pesquisa ação, empiricamente situada junto à Mulheres da Cooperativa de Mulheres Nativas, permitiu observar a partir das interações e intersubjetividades, suas lutas por reconhecimento e por justiça ambiental e a adesão delas à participação democrática, na mesma direção do encontrado nas análises dos dados dos CENSOS.

Durante a interação junto a mulheres da cooperativa “Mulheres Nativas” ouvi relatos de não reconhecimento de suas atividades por parte de pescadores, seja para justificar a negativa de deixar que embarquem para pescar, algumas vezes sob o argumento de que mulher traz azar à embarcação ou de que faz muito xixi; seja na venda do pescado quando o pescado da mulher tem menos valor na negociação e o trabalho tido como inferior, com remunerações precarizadas ou quando elas precisam comprar para beneficiar e preparar seus produtos e os pescadores se recusam a vender-lhes os peixes; seja na dificuldade de encontrar embarcação para sair à captura; ou, como elas relataram em falas como: “não dá pra levar mulher pro mar, por quê mulher mija demais!”.

Conforme observado, e constantemente lembrado por mulheres pescadoras, marisqueiras e filhas de pescadores (que são também educadoras socioambientais do PEA Pescarte), a diferenciação entre as mulheres e homens da pesca é muitas vezes associada às diferentes artes da pesca, cabendo às mulheres determinados petrechos e outros, aos homens. Há ainda, a distinção em decorrência, da divisão sexual do trabalho (Bourdieu, 2007) como sustentam diversos estudos, demonstrando a relação desigual entre os gêneros na cadeia produtiva da pesca e do não reconhecimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres como trabalho e sim como “ajuda”, o que implica ficarem a descoberto em direitos sociais e trabalhistas, como amplamente debatido nos estudos com foco nas mulheres da pesca (Carvalho, 2020; Cezar; Theis, 2020; Hellebrandt, 2017; Amaral; Gonçalves Neto, 2021; Huguenin;

Martínez, 2021; Martínez; Hellebrandt, 2019).

Além do não reconhecimento social e jurídico mencionados, há a dimensão das lutas por reconhecimento afetivo. Certa vez me relatou uma educadora socioambiental que é exímia pescadora e liderança na comunidade pesqueira, que não foi fácil começar a pescar, que precisava sair escondida do pai. Esse relato apareceu também entre as cooperadas da cooperativa de mulheres nativas. E ainda, em conversas com pescadoras durante os encontros do PEA Pescarte: microrregionais e regional. O início na captura do pescado, para as mulheres, implica para muitas, lutas por reconhecimento desde a tenra idade. Perpassa questões complexas derivadas da divisão sexual do trabalho, travestido do argumento da “preocupação com a segurança”. O “não é lugar de mulher”, “é perigoso”, “homem quando tá junto fala muita merda, não quero você lá, vai ajudar sua mãe”, entre outros relatos de mulheres pescadoras sobre a entrada e permanência na pesca. A condição de negação da pesca como atividade de valor fruto da reificação, da objetificação da atividade artesanal e tradicional da pesca, a coisificação e baixo valor atribuído na negociação comercial, impõe aos filhos da pesca lutas por reconhecimento para que os pais queiram que eles estejam na pesca, e sobre as filhas da pesca sobrepõe-se a luta por reconhecimento não somente perante ao afeto, amor e estima no âmbito familiar, mas também, o reconhecimento das suas ocupações como pescadoras no âmbito jurídico.

A dimensão do não reconhecimento afetivo, é observado no fato de que segundo os dados do Censo da Pesca (2014/2016), apenas seis mulheres identificaram-se como marisqueiras em Arraial do Cabo. No entanto, a observação em reuniões e entrevistas com mulheres pescadoras da comunidade de pesca de Arraial revela um número bem maior de mulheres pescadoras que se auto identificam como marisqueiras. Essa discrepância pode estar associada, à dimensão do não autorreconhecimento como trabalhadora da pesca, o baixo número de marisqueiras pode ser decorrente do não reconhecimento (afetivo, social e jurídico), da baixa valorização da categoria, o que resultaria na negativa da atividade e escolha de outra resposta em decorrência dos estigmas que recaem sobre as ocupações das marisqueiras. Mas pode estar associado de um lado ao fato de que as pescadoras exercem mais de uma atividade dentro da cadeia da pesca, sendo a mariscagem uma das ocupações. Outro ponto a ser considerado está relacionado ao aspecto sócio linguístico, a categoria marisqueira recebe diferentes significados dentro e entre os municípios⁵³.

⁵³ Observamos diferentes formas de se autoidentificar Marisqueiras é uma categoria nativa que encontra diferenças semânticas nas regiões do estudo. Por exemplo, as mulheres pescadoras que se nominam marisqueira em Farol de São Tomé, no município de Campos dos Goytacazes, descrevem seu trabalho como descasca e

Outra possível origem explicativa do baixo n de marisqueiras encontrado em Arraial do Cabo no primeiro Censo da Pesca do PEA Pescarte pode estar associado à escolha do respondente principal, tendo sido majoritariamente de gênero masculino no primeiro CENSO da Pesca do PEA Pescarte (2016) não por parte dos entrevistadores mas sim dos integrantes dos domicílios e áreas de pesca visitados, o que sugere conexão com o debate honethiano do lugar da reflexividade e autoestima, uma vez que a baixa autoestima e a não identificação das mulheres como trabalhadoras da pesca pode as ter impedido de se prontificarem a responder ao survey completo, como respondentes principais, e não apenas ao bloco de gênero.

Enfim, outra questão na análise do baixo número de marisqueiras em Arraial do Cabo e de mulheres pescadoras no geral, no primeiro CENSO/PEA Pescarte diz respeito ao machismo e violências de gênero. Além do relato da equipe de recenseadores do primeiro CENSO de que maridos impedia as esposas de responder, muitas pescadoras que integram hoje as atividades do PEA relataram que à época teve mulher que apanhou por responder as questões do *survey*, independentemente da mulher ter sido entrevistada por um casal de recenseadores, não ficando em momento algum sozinha com um homem, como argumentado em atos injustificáveis de violência⁵⁴.

Passados dez anos do início do primeiro CENSO, interessa destacar que essas mulheres que vivenciam complexas lutas por reconhecimento, na e da, pesca artesanal em seus contextos sociais, tendo suas lutas por reconhecimento e custos à participação, acrescidos da divisão sexual do trabalho, contraintuitivamente, são maioria nas atividades do PEA Pescarte como um todo.

No escopo qualitativo, a observação em reuniões e leitura de relatórios de atividades e apresentações de resultados dos dez municípios da área de abrangência do PEA Pescarte, surpreendeu o destaque quantitativo e qualitativo da participação das mulheres nas ações do PEA e o potencial organizativo, participativo e motivador dos demais se colocando à frente de empreendimentos pela via da economia solidária antes mesmo da chegada dos PGTRs que serão implantados na terceira fase do PEA Pescarte, evidenciando a potencialidade cooperativista presente nos territórios.

filetagem de peixes e camarões. Já em Armação dos Búzios, as mulheres pescadoras que se autorreconhecem e reconhecem mutuamente como marisqueiras, descrevem suas atividades como cata de mariscos. Em Arraial do Cabo observa-se os dois sentidos. Chamou atenção a disposição ao associativismo, em especial o protagonismo das mulheres pescadoras em articularem-se em sistemas de economia solidária para a pesca e beneficiamento do pescado.

⁵⁴ Essa é outra inovação no PEA Pescarte, diferente do CENSO IBGE em que o recenseador vai sozinho aos domicílios nos CENSOS do PEA Pescarte os recenseadores vão aos domicílios e locais de entrevistas sempre em dupla.

Importantes contribuições vem sendo desenvolvidas pelo pesquisador Dr. Giovane do Nascimento, líder da linha de pesquisa “Saberes e Fazeres Tradicionais” das comunidades pesqueiras litorâneas da região dos Lagos a partir do projeto Pescarte”, ao analisar as práticas e conhecimentos das mulheres da pesca de Arraial do Cabo e Cabo Frio. Observando seus processos de cooperação em Arraial do Cabo Ribeiro e Nascimento (2020) destacam o papel da oralidade e do cooperativismo na perpetuação dos saberes tradicionais das mulheres pescadoras.

Percebe-se que elas mantêm, sustentam e organizam a vida, desfocando-se, assim, a representação da escrita pela ótica política e econômica e privilegiando-se a oralidade, as formas de transmissão pelo operatório, modos de fazer, o cotidiano (...) A necessidade do cooperativar-se surgiu como uma tentativa de pensar coletivamente as demandas dos pescadores e pescadoras, em buscar meios de subsistir evitando a individualização da vida. Num mundo capitalista em que a pesca artesanal esbarra em inúmeros conflitos, inclusive com a pesca industrial (que retira toneladas de pescado do mar) é urgente organizações que possam enfrentar os problemas coletivamente (Ribeiro; Do Nascimento, 2020, p. 29, 30, 31).

A dimensão do fortalecimento de organizações coletivas é fundamental no processo de mitigação, e uma conquista que pode ser atribuída a esse processo, diz respeito à construção do consenso de que a pesca não é apenas a captura do pescado e sim, uma prática tradicional composta pela captura e por etapas pré e pós captura do pescado.

Como mencionado, ao longo da observação as mulheres da pesca relataram a dificuldade das cooperativas, bem como as dificuldades de inserção da mulher na cadeia produtiva da pesca e de suas intenções de criar estratégias de fortalecimento da organização comunitária, ou seja, “a busca pela ampliação da atuação da mulher pescadora no trabalho considerado “produtivo” e nos demais espaços de representação” (Carvalho e Knox, 2018).

Essas mulheres desenvolvem um trabalho baseado na organização coletiva e ressignificam o ato de trabalhar com as artes do fazer culinário para a preservação da pesca artesanal, inspirando e empoderando outras mulheres da comunidade a ocuparem esses espaços que integrados à possibilidade de atuarem na produção da maricultura tornaria possível sua autonomia por meio da independência financeira, além da possibilidade de sua qualificação profissional, somados ao seu contato com outros ambientes e novas relações sociais. Construindo redes com laços fortes. E ainda resgatando e fortalecendo os saberes tradicionais na alimentação, como por exemplo a salga do pescado e o peixe com banana da Cooperativa da Prainha. Essas mulheres, assim como as de outras associações e cooperativas, como PESCAPEGIM (Arraial do Cabo), Cooperativa de Mulheres Nativas e Cooperativa Arte e Peixe (São João da Barra), ademais das sobreposições de riscos a que estão expostas, ademais da invisibilidade e não reconhecimento, ademais os altos custos da participação, organizam-se coletivamente e trazem em suas falas grandes lições, conhecimentos e inspirações, são guardiãs

de um outro mundo possível.

O trabalho “invisível” das mulheres na história oral é de suma relevância para a transmissão dos saberes para outros membros familiares com potencial de expandir para outros grupos, tendo um papel de preponderância sobre os homens em criação de redes de sociabilidade, incremento do capital social para a comunidade, que auxiliam na criação de tecnologias sociais (Ribeiro; Do Nascimento, 2020, p. 31).

Reconhecer e valorizar a figura da mulher pescadora, fundamental na cultura pesqueira, bem como dar visibilidade ao trabalho e funções por elas desenvolvidas, reconhecendo-as como pescadoras, no aspecto afetivo, social e jurídico deve ter centralidade nas ações de mitigação de impactos junto a comunidades pesqueiras, dado serem elas a questão em maior risco entre os sujeitos em risco, .

Cabe destacar, ainda, que no âmbito do PEA Pescarte as reuniões dos grupos de trabalho, bem como os espaços de formações, rodas de conversas, assembleias e reuniões do Núcleo de Direitos e Benefícios, possibilitam o engajamento dessas mulheres e estimulam a lançarem-se na participação no âmbito político e social (conselhos, câmaras técnicas, cursos ODSs, concorrência em editais etc.). No entanto, ainda que participem em igualdade numérica e se destaquem no âmbito do observado no presente estudo, é importante pensar políticas e equipamentos públicos que reduzam as dificuldades múltiplas que elevam os custos da participação feminina.

Gostaríamos de mais uma vez destacar que, ademais os custos de participação a elas sobrepostos (baixa renda, filhos, tarefas relacionadas aos cuidados, trabalho não reconhecido e não remunerado, direitos sociais negados), chama a atenção, o protagonismo das mulheres pescadoras tanto no evidenciado durante a observação das atividades do PEA Pescarte, não apenas em Arraial do Cabo, no aspecto qualitativo, o empunhar de microfones e a profundidade da disposição e qualidade da participação das mulheres pescadoras, merece em si, muitas outras teses.

São elas, as mulheres trabalhadoras da pesca, o grande percebido destacado freireano, observado pela intento da presente tese: suas lutas por reconhecimento, por Justiça Socioambiental, a adesão à participação sócio democrática, o engajamento em oficinas, reuniões, assembleias, corroboram a hipótese do incremento dos capitais sociais entre os sujeitos do estudo.

As análises quantitativas que apresentaram resultados contraintuitivos no indicador de associativismo a partir dos dados do CENSO Pescarte de 2016, conforme apresentado na seção XX. Onde o grupamento no qual estão as marisqueiras, catadoras, descascadeiras e filetadeiras, na interação com a dimensão capital social, para a qual apresentaram alto *score*.

Vimos aqui, indicativos importantes por serem contraintuitivos ao esperado pela teoria dos custos da participação em relação adesão à participação entre os mais pobres. No entanto, não dispomos de informações de sujeitos que não participam das atividades e que não aderiram à participação no CENSO, faltam-nos elementos empíricos de não participantes. O observado diz respeito às interações de pescadoras e pescadores sujeitos da ação educativa do PEA, nos territórios dos dez municípios da área de abrangência do PEA Pescarte.

O incremento nos capitais simbólicos decorrem das ações pedagógicas do PEA Pescarte, indicando a necessidade de estudos com abordagens qualitativas e quantitativas que ajudem a compreender comparativamente, entre sujeitos das comunidades de pesca artesanal que aderem e que não aderem aos PEAs, investigando a partir das trajetórias individuais a disposição dos sujeitos à participação democrática e os motivos da não participação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trazendo para o debate a temática da participação sócio democrática e lutas por reconhecimento e justiça ambiental entre sujeitos vulnerabilizados, coube ao presente estudo observar a disposição à participação sócio democrática entre sujeitos de comunidades tradicionais de pesca artesanal, de municípios limítrofes à Bacia de Campos (BC), no âmbito do PEA Pescarte no trecho da BC do estado do Rio de Janeiro, no Brasil.

Conforme apresentado, a investigação baseou-se em uma estratégia quanti e qualitativa. As análises descritivas e multivariadas no escopo quantitativo da tese, são provenientes de dados sociodemográficos e de opinião de pescadores(as) artesanais entrevistados para o CENSO da Pesca do PEA Pescarte entre 2014 e 2016 e do 2º CENSO da Pesca do PEA Pescarte entre 2022 e 2023. As evidências empíricas qualitativas são provenientes de observação participante realizada de Janeiro de 2020 a Agosto de 2023, análise documental, análise de entrevistas e de grupos focais.

Colocamos a lente da observação na ação e opinião de pescadores(as) artesanais, população historicamente alijada das arenas políticas cujo fortalecimento da organização comunitária é fomentado no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal por meio de ações de mitigação do impacto socioambiental da exploração e exploração de óleo e gás.

Essa população que conforme evidenciado no presente estudo, está localizada nos estratos a baixo de C2 no Critério Renda Brasil e com renda aquém conforme apresentado na seção 2. Além disso, a insegurança alimentar, agravada coloca a população em uma triste realidade de fome entre produtores de alimentos (Campos et al., 2016; Cunha et al., 2019; Vargas et al., 2020).

Nesse contexto, era de se esperar o não engajamento sócio democrático entre sujeitos dessa população pobre e vulnerabilizada como hipóteses construídas a partir de premissas pautadas na lógica unidimensional economicista, na teoria dos jogos e dos custos da participação, de que uma vez pobres, a racionalidade de maximização de satisfação de interesse, impigiria a estes a busca pelo imediato e não adesão às contínuas rodadas de reuniões que o processo de participação democrática exige.

Contra intuitivamente à essas lógicas explicativas hegemônicas, os resultados sugerem aproximação às hipóteses de que capitais sociais, culturais e simbólicos importam. Como *proxy* para a adesão à participação apresentamos análises descritivas e multivariadas sobre a

disposição dos sujeitos para a participação em projetos de educação ambiental que vigoravam na região do estudo, com recorte nos anos de 2010 e 2016, com base nos dados provenientes do CENSO da pesca do Pea Pescarte.

O escopo qualitativo do estudo foi composto por: observação participante de Janeiro de 2020 a Agosto de 2023, análise documental, de grupos focais realizados em 2015 e de entrevistas realizadas em 2021 no âmbito do Seminário de Linguagens e Letramentos do PEA Pescarte.

O presente estudo dialoga com os dados apresentados pelos autores acerca da adesão ao associativismo, estão relacionados com a propensão em ser de Arraial do Cabo e Quissamã e participar nos PEAs. A relação entre esses resultados pode estar relacionada ao fato de que os PEAs se valem da relação com as colônias como porta de entrada nas comunidades de pesca, o que pode esconder um viés, ao remeter pescadores de Rio das Ostras como pescadores de Quissamã, uma vez que se associam nas colônias em Quissamã. Em relação a Arraial do Cabo, a observação participante corroborou os achados das análises quantitativas no tocante ao reportado nas análises das avaliações dos PEAs.

Em relação aos resultados quanto à escolaridade, os dados corroboram com a literatura, visto que é esperado que a taxa de participação seja maior de acordo com o aumento da escolaridade dos indivíduos, tal como a renda. Sendo assim, quanto melhor as condições econômicas e de escolaridade, maiores as chances de participação em projetos de educação ambiental no âmbito do licenciamento, conforme os sujeitos do estudo. Surpreende, no entanto, que no indicador de associativismo, marisqueiras e beneficiadoras, contraintuitivamente, estejam com *score* altos no associativismo, dado serem componentes do *cluster* com o maior grau do índice de sóciorisco, ou seja, menores renda per capita, mais baixos estratos de renda consumo, maior insegurança alimentar, e no quesito capital social, tomando como *proxy* o bloco sobre associativismo do Censo da Pesca do PEA Pescarte (20, encontram-se em posições altas).

Dados os custos da participação, o que explicaria essa adesão ao associativismo por parte das mulheres pescadoras? Elas estão em maior risco alimentar conforme as análises, com menor capacidade econômica, sem reconhecimento nas três dimensões descritas por Honneth (2009), a afetiva, social e jurídica. A hipótese de trabalho do campo qualitativo da presente tese é a de que seja essa luta por reconhecimento afetivo, social e jurídico, o motor principal desse *score* alto no indicador no quesito associativismo, passando pela natureza associativista de suas práticas tradicionais de pesca artesanal. Mas é importante considerar também que talvez seja a escassez que implica em buscar respostas às necessidades básicas em organismos associativos.

Ainda assim, é um achado que faz refletir sobre as condições socioeconômicas necessárias para a participação e que tipo de suporte deve ser oferecido para viabilizar a participação sem que se confunda infraestrutura com privilégios. Após 10 anos do Diagnóstico realizado pela SOMA/PETROBRAS (2012), talvez seja o momento de rever-se junto ao órgão licenciador a ideia de que participação não se remunera, acredito que com critérios claros e transparência, seria possível estimular aos que estão há anos participando. A justificativa dessa recomendação se baseia no fato de que em muitas arenas que frequentam, são os únicos a não serem remunerados pelas horas dedicadas à participação, todos os outros representantes de diferentes setores têm remunerações. Não remunerar os atingidos, parece injusto e reforça a desigualdade de posições nas arenas participativas e decisórias.

A cor ou raça, destacada pela literatura do ecologismo dos pobres, como clivagem importante, não apresentou significância estatística entre os participantes do presente estudo. Ou seja, não se pode afirmar que estas características impactam nas chances dos pescadores participarem ou não dos PEAs. Não obstante, especificamente na questão de gênero, acredita-se que o baixo número de casos tenha elevado sobremaneira o erro-padrão e dificultado a significância estatística.

A partir das discussões acerca da origem e funções dos projetos de educação ambiental no âmbito do licenciamento foi possível realizar as análises acerca das participações e avaliações dos pescadores(as) artesanais em sete PEAs nos municípios limítrofes à bacia de Campos que incluíram essas populações tradicionais em seus respectivos públicos alvo. Importante lembrar que não pretendíamos avaliar a adesão e avaliação dos PEAs em exercício atualmente, esse esforço vem sendo empreendido pelo PARMIS e os resultados vieram a público em Agosto de 2023, juntamente com o Plano Macro que foi apresentado pelo IBAMA no quarto trimestre de 2023, não estando no escopo do presente estudo.

Nas análises bivariadas foram verificados que os membros pertencentes às administrações das colônias são os mais propícios à adesão aos PEAs. Faz parte da estratégia dos PEAs de conseguir acesso aos pescadores via colônia (e associações quando existem). É por meio destas instituições que muitos projetos entram no campo e fazem o primeiro contato com os sujeitos da ação educativa, portanto, não é surpreendente que os membros das colônias tenham maior participação nos PEAs.

Constatou-se nas análises multivariadas por meio de modelos econométricos logísticos binários que pescadores(as) com ensino médio incompleto e residentes em Arraial do Cabo e Quissamã possuem maiores chances de participação em PEA. Não foram verificados impactos

estatisticamente significativos nas variáveis de gênero nem mesmo cor ou raça - fato que merece maior investigação posto que determinadas categorias estão sub representadas no primeiro Censo da Pesca PEA Pescarte, instrumento aqui utilizado para as inferências estatísticas.

Particularmente no que concerne à questão de gênero, a variável não demonstrou impacto estatisticamente significativo ao nível de 0.5%, muito provavelmente pelo baixo número de respondentes principais do sexo feminino no primeiro CENSO do PEA Pescarte. E uma vez que a observação participante permitiu identificar, no mínimo, equilíbrio de gênero entre os participantes. E grande protagonismo das mulheres nas lutas por Justiça Socioambiental e nas Lutas por Reconhecimento.

Ainda que a constatação seja de baixa participação dos pescadores(as) nos diferentes PEAs analisados pelo CENSO da Pesca PEA Pescarte (2016), outro fator que também merece atenção é que os participantes, mesmo sendo relativamente poucos à época, em geral, tendem a conceder notas altas nas respectivas avaliações. Em via de regra, os cinco PEAs analisados obtiveram avaliações muito positivas.

Estes achados empíricos apontaram para a necessidade de cotejar a ação e comportamento dos atores com metodologias qualitativas que permitissem investigar em profundidade a qualidade e efetividade dessa participação conforme apresentado nos debates teóricos. Na direção desse esforço, realizamos reflexões iniciais sobre a adesão à participação democrática por meio de técnicas qualitativas, buscando lançar luzes sobre a participação e lutas por reconhecimento entre os sujeitos do estudo.

As evidências qualitativas também sugerem, para o grupo observado, engajamento e participação social e política entre aqueles em situações de maior sócio-risco. Se a tendência normal de que os mais pobres engajam-se menos confirma-se em casos de estudos das redes de degradação e pobreza, imposição não democrática e desigual da espera e dos riscos, no grupo pesquisado, ainda que pesem os custos da participação, pudemos observar o aumento da disposição para a participação nas atividades do PEA Pescarte, entre 2014 e 2022, e aumento também nas interações com entidades ligadas à pesca e instituições públicas.

Observou-se ainda, aumento da reflexividade e disposição dos sujeitos ao autorreconhecimento e reconhecimento mútuo, aumento do uso da oralidade e ação discursiva nos eventos internos e externos ao PEA, e em, enfrentar obstáculos técnico/burocráticos e a invisibilização de seus modos de vidas e cosmovisões, evocando o reconhecimento, nas dimensões afetivas das relações intra-familiar, sociais e jurídicas, lançando alertas de riscos aos quais estão submetidos e lutando por reconhecimento, colocando as pautas da pesca nos debates

e agenda pública.

Algumas das evidências dessa influência na tomada de decisão nas arenas decisórias, refletem em conquistas como: os projetos de geração de trabalho e renda, PGTRs, conquistados pela comunidade de pesca artesanal como parte do processo de licenciamento, parte da mitigação do impacto ambiental da exploração de Petróleo e Gás na Bacia de Campos; inclusão, a partir de Janeiro de 2021, de 3 novos municípios à área de abrangência do PEA Pescarte, após reivindicação dos comunitários em audiências públicas concomitantemente à execução da Segunda Fase do PEA Pescarte (2017-2019): Armação dos Búzios, Rio das Ostras e Carapebus; Tacs, como o conquistado pelos pescadores e mulheres pescadoras de Campos dos Goytacazes, resultando na Unidade Escola de Produção Aquícola UEPA inaugurada no ano de 2022 na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; TACs, conquistados pela cooperativa de Mulheres Nativas e pela cooperativa Sal e Salga de Arraial do Cabo; mudança do período do defeso da pesca de camarão na Lagoa de Araruama; conquista da criação da Secretaria de Pesca em São Francisco de Itabapoana... além dos outros casos destacados na presente tese e outros tantos não relatados aqui mas que estão descritos em diversos relatórios das atividades do PEA Pescarte.

As falas captadas nos grupos focais realizados em 2015 e relatos dos membros da equipe do PEA Pescarte e pescadores(as) sobre o passado na pesca, sugerem a dimensão do eu, do foco em interesses pessoais e a ideia de que a pesca não coopera, refletidos em frases como: “o que eu vou fazer lá na reunião, não vou ganhar nada!”, “o que você ganha indo lá?”, “pescador é tudo desunido” conforme relatado por participantes dos grupos focais em 2015, como justificativa do não comparecimento de outros(as) pescadores(as), em reuniões e atividades de projetos de educação ambiental, por exemplo.

Se, de um lado, no princípio da implementação do PEA Pescarte a reivindicação dos comunitários evocava benefícios diretos e desacreditavam a possibilidade de cooperação, dado ser “uma classe desunida”, conforme opinião revelada nos grupos focais. De outro lado, a observação nas reuniões, entrevistas e grupos focais realizados entre 2020 e 2022, revelaram a dimensão da cooperação como parte do repertório dos sujeitos.

Seus discursos evocam a dimensão da tradicionalidade da pesca artesanal, se autorreconhecendo e reconhecendo mutuamente seus pares como integrantes de comunidade tradicional, portadora de direitos e disposta a participar e engajar-se em sistemas de construção participativa e com base na economia solidária.

Acaso não fossem dispostas ao engajamento e participação, o que as fariam permanecer

ativos em múltiplas reuniões realizadas pelos PEAs, como parte das medidas de mitigação ambiental na Bacia de Campos? Não recebem remuneração, nem ajudas de custos, uma vez que os projetos são orientados pelas diretrizes do IBAMA, no entendimento de que a participação qualificada deve ser construída com base em processos pedagógicos que visem a autonomia dos sujeitos e não pautados no recebimento de benesses e recursos financeiros para participar.

Em outros termos, não houvesse, entre os sujeitos do estudo, disposições ao engajamento e à participação e cooperação, o que lhes motivaria a participar há sete anos de um projeto que propõe o fortalecimento da organização coletiva por meio de projetos de geração de trabalho e renda, que serão geridos coletivamente, por meio de economia solidária? Conforme as decisões deles próprios expressas em reuniões.

O que os motivaria a participar de reuniões de GG, GAO, GT, oficinas de capacitação, visitas técnicas, se não a disposição em compartilhar conhecimentos e ter os próprios conhecimentos reconhecidos e ampliados?

Se hoje ocupam cadeiras nas resex, no CEDRUS, em comitês de bacia, entre outros, constituem cooperativas e associações, dispõem de seu tempo em reuniões, apresentam pautas ao orçamento público municipal, se hoje reivindicam não na dimensão do “eu”, e sim na dimensão do “nós”, podemos inferir dimensões do fortalecimento da cultura de participação, logo, e em certa medida, a mitigação do impacto no tocante à quebra da solidariedade.

Dimensões da cultura de participação e engajamento para a associação e cooperativismo, percebidas nas formas de associação da pesca artesanal, na lida com o barco, na lida com os apetrechos, nas atividades de pré e pós captura. Conforme relatado, “a pesca não se faz sozinho, vai pôr o barco no mar ou puxar a rede pra você ver!”. Ainda que haja solitude no silêncio no mar, a pesca não é só a captura dos peixes, é uma atividade complexa, por natureza coletiva, passada de pais e mães aos filhos(as), feita a muitas mãos.

Mãos que se ferem no puxar da rede, no cascar o camarão, no filetar os peixes. Mãos que se ferem no preço injusto pago pelos atravessadores, seja *in natura*, seja beneficiado. Mãos que se ferem nas arenas consultivas, deliberativas e decisórias, aliados historicamente dos processos e silenciados.

Ainda assim, com as mãos feridas e calejadas, seguem puxando suas redes, e ocupando outras redes como a rede mundial de computadores e por meio de participação social e política, reivindicando seus lugares às mesas de decisão e se organizando coletivamente para o enfrentamento das injustiças sociais e ambientais a que estão expostos. É o que sugere a observação participante e os achados apresentados na presente tese.

Conforme sugerem os resultados do presente estudo, essas comunidades tradicionais que são portadoras de direitos, compõe a luta por justiça ambiental e lutam por reconhecimento, engajando-se e ocupando arenas deliberativas e decisórias das quais foram historicamente excluídos.

Essa exclusão em espaços de participação por meio do não reconhecimento (afetivo, social e jurídico) da identidade dos membros das comunidades tradicionais de pesca artesanal, negando-lhes autoestima, reconhecimento social e direitos; por meio do não reconhecimento dos passivos históricos do processo colonial que recaem sobre os territórios e modos de vida; por meio do não reconhecimento de que a modificação e incremento dos petrechos de pesca e das atividades tradicionais exercidas por eles, não implica em perda da tradicionalidade; do não reconhecimento de seus conhecimentos ancestrais; sobre o não reconhecimento das cosmovisões; do não reconhecimento da ancestralidade e relação sociedade-natureza, do papel exercido por tais sujeitos na conservação dos biomas; por meio do não reconhecimento da oralidade dos sujeitos e estigmas ligados aos modos de existência que refletem nos sujeitos em vergonha, em estar e falar, em arenas públicas, resultando na exclusão dos mesmos dos espaços de participação. Entre outras dimensões decorrentes do não reconhecimento social, emocional e jurídico, que ameaçam o direito de existir e impedem o bem viver dessas populações.

A observação em atividades on-line e presenciais e a análise das entrevistas, sugere uma maior disposição à participação e cooperação, mas além disso, as falas dos sujeitos, revelam as dimensões de autorrespeito, autoidentificação como membros de comunidades tradicionais de pesca artesanal e reconhecimento mútuo.

Reflexividade essa, que pode estar associada ao fortalecimento da organização comunitária realizado pelos PEAs da linha A e também, em decorrência da ação dos PEAs das demais linhas em execução nos territórios do estudo. Fato é, que os próprios sujeitos, em suas falas, associam aos processos formativos e suporte científico oferecido pelos PEAs, à aquisição de capital social e cultural e o fortalecimento da autoestima e disposição à oralidade e lutas por reconhecimento em ambientes internos e públicos, refletidos em falas como, “antes eu não falava”.

As lutas pelo reconhecimento e por justiça socioambiental, entre sujeitos das comunidades de pesca artesanal, sobre as quais propusemos lançar luzes, revelam o engajamento desses sujeitos na defesa do reconhecimento de sua identidade, de seus modos de vida, seus territórios continentais e pesqueiros.

Pode-se perceber culturas de participação, refletidas no agir comunicativo dos sujeitos,

reivindicando o reconhecimento do conhecimento de que são portadores, reivindicando o reconhecimento de seus modos de vida, reivindicando a prevenção e mitigação dos impactos de atividades portadoras de risco sobrepostas em seus territórios, reivindicando um lugar às mesas de negociação, reivindicando projetos de geração de trabalho e renda, na disposição em participar ativa e na ação crítica no controle social a fim de que não recebam “elefantes brancos”, como restituição de passivos ambientais e como resultado de políticas públicas.

Foi constante também, a reivindicação, de que seja realizada, por meio de política pública, a destinação direta de porcentagem dos *Royalties* às comunidades pesqueiras, em frases com essa demanda, em diferentes arenas, inclusive na ALERJ. Como debatido na Dimensão *Royalties* do DP BC PEA/Pescarte (2022/2023) onde há relatos de conquistas e trocas de conhecimentos para a justificação e efetivação, social e jurídica, como o relato do presidente da colônia de Armação dos Búzios, Dominique, “os caminhos das pedras” para terem conquistado a destinação direta de 3% dos *Royalties*.

Como mencionado, meu contato com as comunidades tradicionais de pescador(as)es artesanais deu-se por meio do Projeto de Educação Ambiental PEA Pescarte, a partir do ano de 2020. Nesses três anos acompanhei reuniões internas e externas, inclusive no período em que o PEA Pescarte estava sem contrato, no período entre a 2ª e 3ª fases do projeto e início da Pandemia de COVID 19. Mesmo sem contrato, técnicos, pesquisadores, educadores sociambientais e sujeitos da ação educativa seguiram em reuniões periódicas e compartilhando conhecimentos. A partir de Janeiro de 2021 as atividades do PEA foram oficialmente retomadas e realizadas em ambiente virtual em função das restrições sanitárias requeridas no enfrentamento à COVID-19.

Em seminários, simpósios e reuniões, pude observar refletidos no agir comunicativo dos sujeitos do estudo, laços de cooperação e solidariedade e de reconhecimento mútuo da identidade de pescador(a) artesanal tradicional, e da liderança exercida uns aos outros e junto às comunidades pesqueiras, as quais representam. A observação permitiu tomar contato com suas dinâmicas comunicativas e pautas prioritárias e a partir da interação com as equipes do PEA Pescarte pude identificar conquistas resultantes do fortalecimento da incidência política dos sujeitos do estudo.

Ainda que seja percebido o desencaixe de que nos fala Giddens, a solidão própria das sociedades modernas conforme apontamos em Simmel, a desconfiança, a não cooperação, a perspectiva do “indivíduo” em detrimento da noção de “coletivo”. Entre os sujeitos do estudo essa dimensão parece estar se modificando. Nossa hipótese, a ser melhor investigada em estudos

futuros, é de que, em certa medida, essas mudanças deram-se em parte em função da educação ambiental crítica fomentada pelos diversos PEA nos territórios onde habitam os sujeitos do estudo. No entanto, não dispomos de dados de grupos de pessoas que não participam, uma vez que o próprio ato de responder aos CENSOs, poderia ser tomado como *proxy* da disposição em participar.

Pudemos notar o autorreconhecimento como membro de comunidade tradicional de pesca artesanal, a autoestima, o reconhecimento de si como portadores de saberes e conhecimentos, como portadores de direitos, como defensores do meio ambiente natural e social, como portadores de potencialidades culturais, econômicas, sociais e simbólicas. Conformando um ecologismo dos pobres que inclui o social à preservação ambiental.

Cabe destacar que as ações dos PEAs são constante e amplamente divulgadas e que os próprios participantes não recebem para participar, aqueles que participam romperam com inúmeras dificuldades para poder participar, o estar presente, o “estar ali” em si, concluímos no presente estudo, já indica grande relevância na disposição à participação.

O argumento é o de que o participar do(a) pescador(a) tem ainda maior relevância pois seu trabalho é diário, dependem do recurso do dia a dia, não recebem pagamento ao fim do mês, eles(as) pescam, beneficiam, vendem, arrumam seus apetrechos, preparam a próxima saída e contabilizam o que sobrou diariamente, “um leão por dia”, “vende o almoço para garantir a janta”, “muitas vezes já voltam para o mar devendo”, conforme relatos. E mesmo assim, mesmo nessa constante condição de incerteza, se dispõe a dispor do “tempo em terra” à participação.

O participar do pescador(a) tem ainda mais valor pela dimensão do “tempo em terra”, que seria dedicado à família e é investido em reuniões, assembléias, oficinas, audiências públicas, etc. E há ainda, no âmbito familiar, a dimensão de não ter com quem deixar os filhos e, ou, idosos. Participar para as pescadoras, conforme argumentado na tese, é ainda mais custoso.

Além disso, o participar do(a) pescador(a) tem ainda mais valor e deveria, portanto, ser remunerado, pois muitas vezes requer que ele esconda a sua fome, fome essa que resulta em fraqueza, dificuldade de andar, e “se não tem dinheiro para o alimento, como é que vai ter o dinheiro para ir até lá”, ao local da reunião, ou como vai ter internet se a reunião for on-line?

Por esses e outros obstáculos à participação rompidos para estarem presentes, o estar ali do(a) pescador(a), por si, já é de grande relevância, mas eles não vão para apenas estar ali, eles vão para participar, tomam a palavra, expressão suas indignações, ideias, sentimentos,

vocalizam demandas de suas comunidades, ensinam, fazem perguntas e questionam a lógica colonial, colocando seus conhecimentos não como acessório e sim como protagonista.

Como disse a Pescadora Dona Enedina “Se a gente não sabe, pergunta. Se não entendeu a resposta, pergunta de novo. Se continuou sem entender, pergunta outra vez. Até entender!”. E essa disposição para aprender reflete em disposição para participar como observado nas atividades do PEA Pescarte e na agenda política municipal, em todos os 10 municípios da área de abrangência do PEA Pescarte.

Esse ambiente propício à participação, pautado em vínculos baseados no autorreconhecimento e reconhecimento mútuo, parece ser um dos pontos de mitigação de impactos realizado pelo PEA Pescarte. No entanto, como já advertido, não dispomos de dados de não participantes que nos permitisse a comparabilidade e inferências.

Fica indicada como agenda futura, investigar os que não participam de PEAs, pensando estudos sobre a permeabilidade da política do licenciamento nos territórios, no alcance de suas metas e objetivos, na ponta, onde a política pública efetiva-se ou não. Mas não como aqui, olhando um caso que indica o sucesso da política e sim cotejando os sujeitos da comunidade de pesca artesanal, grupo prioritário da política de licenciamento do petróleo e gás na Bacia de Campos, mas os que não aderem às ações dos PEAs. Por quais motivos não participam?

Outra agenda de pesquisa que se apresentou a partir da observação, diz respeito às diferenças sociolinguísticas na autonomação: marisqueira, que mostrou sentidos diferentes entre as marisqueiras do Farol de São Tomé (Campos dos Goytacazes-RJ), marisqueiras da Comunidade da Raza (Armação dos Búzios-RJ) e em Arraial do Cabo entre marisqueiras da Praia Grande e marisqueiras da Prainha.

Conforme abordamos no estudo, a solidariedade e cooperação são categorias nativas às atividades de pesca artesanal. A atividade, que é fortemente marcada por relações de parentesco, é em geral praticada em família ou entre camaradas, mantendo-se fortes vínculos de parentesco e de cooperação entre “os de casa”, “os da família da pesca”. Até mesmo os que diziam que a pesca é desunida, argumentam que se outro pescador estiver em perigo, seja no mar ou na terra, ou por exemplo passando fome ou em acidente com a embarcação, ajudam-se mutuamente. Outros disseram que avisam quando avistam cardumes, mas somente aos que avisam também, expressando a dimensão da reciprocidade.

Outra dimensão que ilustra os vínculos de pertencimento é a dimensão: entrada de pescadores de outras localidades nas áreas de pesca. Os sujeitos relatam que “não é só chegar e pescar não”, reivindicando o pertencimento ao território e antiguidade na pesca, como marca da

autoridade sobre quem entra ou não na área de pesca.

Fica também indicada para estudos futuros, investigar as interações entre os SAEs e a elite política. Como vimos nas análises do Bloco CSFL, com foco na representação política, a maioria dos respondentes do 2º CENSO da Pesca do PEA Pescarte, informou não ser procurado nem procurar por políticos com regularidade, sendo o período da procura, tanto o vetor ativo como o vetor passivo, concentrado no período eleitoral. Podendo indicar aproximações com o descrito por Nichter (2018) ao separar o clientelismo em: clientelismo relacional e clientelismo eleitoral.

Entrecruzados pelas dinâmicas tradicionais de suas atividades e as ferramentas e recursos tecnológicos disponíveis na contemporaneidade, os sujeitos do presente estudo travam suas lutas por reconhecimentos valendo-se de seus conhecimentos e a eles agregando novos conhecimentos. Apropriando-se das ferramentas de TIC's para amplificar sua comunicação, para aprimorar suas atividades. Valendo-se das mídias para perpetuar seus saberes e conhecimentos, em documentários, lives, podcasts, entrevistas a rádios e canais na *web*, participando em publicações coletivas, em oficinas, assembléias, reuniões internas e externas aos PEAs, esses sujeitos em suas intersubjetividades fortalecem o autorrespeito e o respeito e reconhecimento mútuo.

Não deixam sua tradicionalidade e artesanidade “para estar no mundo”. Ao fazerem uma live, ao adotarem luvas de segurança, ao construírem novos usos com seus conhecimentos tradicionais, não são seres exóticos, isolados à esmo da complexificação e reificação das sociedades modernas, estão expostos aos processos de reificação. Neste sentido, o autorrespeito, o autorreconhecimento e reconhecimento mútuo visibilizados por meio das mídias, os usos de engenharia de processos aplicados aos PGTRs, não afastam a artesanidade e tradicionalidade e muito ao contrário lhes aproxima da ancestralidade ao perpetuar conhecimentos às novas gerações da pesca artesanal. A ideia de que a tradicionalidade é sinônimo de atraso é fruto dessa forma reificada de anular a intersubjetividade e relegar ao outro o tratamento de objeto.

Assim as lutas por reconhecimento são eixo *sine qua non* às culturas de participação sociopolíticas nas comunidades tradicionais, objeto do presente estudo.

Usam celulares, participam de reuniões via meet, lives no youtube, usam a internet também para proteger melhor sua vida e isso não faz com que deixe de ser um sujeito de comunidade tradicional, nem tão pouco tira a autoridade de sua prática artesanal ancestral. Por exemplo, acaso uma mensagem de aviso de tempestade que chegue pelo WhatsApp ou seja

pesquisada em tempo real na página do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) ou em sites que informam a previsão climática, que permitem mudanças de rotas e retornos ao continente, salvando vidas, tira a tradicionalidade?

O pescador e a pescadora perceberão a mudança das marés, do vento, dos pássaros, de forma tradicional, pelo aprendizado, pelo conhecimento passado pelos ancestrais, mas tem direito de usar as tecnologias de informação, comunicação, *softwares*, algoritmos... que podem auxiliar sem que a tecnologia tradicional de pesca artesanal, e todos os conhecimentos complexos nela contidos, sejam deletados do seu HD cerebral. E assim, seu reconhecimento social e jurídico não pode ser ancorado em condições reificadas, objetificando suas práticas para medir sua tradicionalidade.

Um debate importante vem sendo desenvolvido no PEA Pescarte acerca do conceito de comunidade tradicional da pesca artesanal, a partir de debate teórico multidisciplinar, escuta sensível a sujeitos da ação educativa e contribuições das equipes de campo e pesquisa.

Não é por que o processo de pandemia acelerou processos de comunicação virtual, obrigando que as reuniões fossem on-line, que os(as) pescadores(as) que passaram por mais esse letramento, deixaram de ser pescadores(as) artesanais. Esse idilismo é estéril. É preciso superar a reificação, disfarçada na ideia bucólica do(a) pescador(a) artesanal vivendo em verdes campos à beira do mar, intocado pela urbanização, o capitalismo e os complexos fenômenos das sociedades modernas. Até porque, foram e são, expulsos de seus territórios e áreas de pesca, exatamente por esses processos e fenômenos.

E para inserirem-se no mercado e nos pleitos nas arenas públicas, privadas e do terceiro setor, os sujeitos do estudo, se engajam cada vez mais no uso de novas tecnologias, participado de inúmeras reuniões on-line, gravado podcasts, entrevistas, participando de pesquisas. Tem refletido sobre ergonomia e segurança em seu trabalho e se organizado em processos cooperativos de Economia Solidária. E isso não os faz, menos pescadores artesanais tradicionais. Nem tão pouco, o engajamento destes à participação retira-lhes a tradicionalidade. Ao contrário, esses processos estimulam e são estimulados pelo autorreconhecimento e reconhecimento mútuo, são processos que atuam exatamente no processo de superação do esquecimento do reconhecimento descrito por Honneth (2009, 2020).

Além disso há um passivo histórico com as comunidades tradicionais, e esse passivo sim, tem que remeter desde o século XVI, no tocante aos pescadores(as) artesanais brasileiros, os povos originários, as comunidades quilombolas, de nosso território. Cujas cosmovisões, mística multiespécies e práticas tradicionais podem sim, adiar o fim do mundo.

Se formos pensar em escala global os impactos dos processos coloniais persistentes nos territórios e a injusta disposição de riscos, a dívida é ainda maior. Os processos coloniais vem ao longo do tempo, e persistem, sobrepujando a natureza, as comunidades tradicionais e os mais pobres, objetificando suas práticas e modos de vida, tratando a tudo como coisa. Assim, no âmbito do presente estudo as lutas dos(as) pescadores(as) por reconhecimento, exemplo de luta decolonial, perpassa a substituição da ideia reificada do que é ser pescador(a) artesanal pela ideia que o(a) próprio(a) pescador(a) tem sobre si e sobre os seus fazeres, potencialidades e suas lutas por reconhecimento.

A amplitude de janelas em análise se justifica na temática de Educação Ambiental Crítica e também no fato de estarmos em uma pesquisa-ação que ao propor-se dialógica precisa incorporar o revelado no campo e análise de dados, observando e participando do estudo de caso, a partir da teoria crítica, por meio de pesquisa ação e observação participante, onde as demandas, as reflexões e os conhecimentos oriundos dos sujeitos do estudo, são incorporados ao processo da pesquisa, redesenhando percursos e ajudando a construir as análises, e inserindo, a cada interação, novas camadas temáticas, sentidos, *insights* e assim, requerendo novas perspectivas teóricas para a análise.

Ainda que possa “ser um pouco de tudo”, e assim “ser nada” de efetivamente inovador, o presente trabalho em seu esforço descritivo pode contribuir para estudos futuros uma vez que o grande achado do estudo é o incremento dos capitais simbólicos dos sujeitos do estudo, com destaque as lutas por reconhecimento (afetivo, social e jurídico) das mulheres pescadoras, o emponderar e empostar as vozes, o engajar-se em ações sócio democráticas, a disponibilidade de cooperação e adesão à participação democrática em cada arena que pude acompanhar ao longo de 3 anos de imersão etnográfica híbrida, on-line e presencial.

Importa destacar os resultados contra intuitivos, no tocante à participação e cooperação entre sujeitos vulnerabilizados, para os quais a expectativa teórica seria de tendência de não adesão à participação e organização comunitária. Dado que, segundo essa lógica, quanto menor os estoques de capital econômico mais pesos incidem na decisão de aderir a processos sócio democráticos, que requerem investimentos de tempo e recursos (econômicos, sociais e simbólicos).

Postulam nessa escola que quanto menor a disponibilidade de capital econômico menor as chances das pessoas se engajarem em processos de participação democrática, uma vez que incidem sobre elas mais obstáculos ao engajamento comunitário, como: a fome, mais dificuldades e maiores distâncias no deslocamento até os locais de reuniões, assembléias, locais

de votação, carências nos serviços públicos, adoecimentos agravados pela má nutrição, contaminações pela ausência ou precariedade de estrutura de saneamento, violências e riscos sobrepostos em suas vidas e comunidades, vulnerabilizações que quanto mais elevadas, a tendência observada é apresentar menos disposição para participar e menor disponibilidade de ação em algo que não seja a sobrevivência imediata, o sanar a fome que embriaga como escreveu Carolina de Jesus, a tontura, a fraqueza do corpo sem alimento.

Era de se esperar como hipótese, partindo da premissa de variação positiva entre baixa renda e baixa adesão à participação democrática, que encontraríamos baixa adesão aos processos de fortalecimento da organização comunitária empreendidos pelo PEA Pescarte, uma vez estando os pescadores artesanais nos mais baixos níveis de renda recaem sobre eles elevados custos de participação.

Também nos Grupos Focais (2015) as marcas no discurso sugeriam desconfiança com projetos, indisponibilidade em participar de reuniões, discurso de desunião entre pescadores(as), à ideia do trabalho da mulher como ajuda e não como trabalho. No entanto, os dados do campo etnográfico e observação em reuniões on-line e presenciais, acompanhamento e análise de dados produzidos pelas equipes de campo e equipe de pesquisa do PEA Pescarte entre 2020 e 2023, revelam o engajamento e o protagonismo feminino. Achados que sugerem quebras de paradigmas sobre a adesão à participação entre pessoas vulnerabilizadas, no âmbito do PEA Pescarte.

Tanto no CENSO da Pesca (2016) quanto nos grupos focais (2015) realizados pelo PEA Pescarte, os pescadores e pescadoras, apresentavam baixo número na adesão ao associativismo e baixa adesão aos PEAs, tomados no presente estudo, como *proxy* à adesão à participação democrática, o contraintuitivo foram os altos scores de participação entre marisqueiras e descascadeiras, ocupações majoritariamente ocupadas por mulheres. E isso nos levou a uma observação mais de perto junto a essas mulheres, conforme apresentado na tese.

O grande achado do estudo foi, o engajamento de mulheres pescadoras em lutas por reconhecimento, na busca pela ruptura da invisibilidade feminina na pesca artesanal. Uma luta antiga evidenciada por estudos que certamente contribuem, no próprio fazer das pesquisas, como mecanismo dialógico de reconhecimento da mulher pescadora, como portadora de direitos, cujo trabalho seja na pré-captura, na captura ou na pós captura, é trabalho e não mera ajuda.

Essas mulheres da pesca artesanal vem engajando-se com superioridade numérica, quantitativamente e qualitativamente, em reuniões, pesquisas e oficinas no âmbito do PEA

Pescarte, mas para além, com grande destaque na incidência política empreendida na conquista dos terrenos nos municípios e na constituição das cooperativas, colocadas pelo IBAMA como requisito aos pescadores, para a implantação dos PGTRs previstos para a Terceira Fase do PEA Pescarte. Assim, sendo as conquistas dos terrenos e a formação das cooperativas propostas como *proxy*, para a mitigação em ação no fortalecimento da organização comunitária, uma vez que o IBAMA vincula a essas conquistas a instalação dos PGTRs por parte da Petrobras, no processo de licenciamento que origina o PEA Pescarte.

Era de se esperar que não conseguiriam. Que, passados dez anos do momento em que o IBAMA determinou a conquista dos terrenos e formação das cooperativas aos sujeitos da ação educativa do PEA Pescarte, como pré-requisito, como *proxy* à participação, sendo elevadíssimos os custos da participação sobre os pescadores(as), não alcançariam êxito. Mas alcançaram uma vez que cinco dos sete municípios aptos a receberem PGTRs (por já estarem na Terceira Fase do PEA Pescarte), já cumpriram os pré-requisitos determinados pelo IBAMA. Era de se esperar o insucesso dado que como diziam os próprios pescadores e pescadoras nos grupos focais empreendidos pelo PEA em 2015: “a pesca é desunida”, “a gente tá cansado de projetos”...

Entretanto, o que encontramos na imersão ao longo de três anos de trabalho de campo entre 2020 e 2023? Disposição à cooperação e à economia solidária, conquista de quatro terrenos, formação de quatro cooperativas e grandes avanços na articulação dos sujeitos dos outros municípios, com reuniões mensais de grupos de trabalho na direção da conquista do terreno e da construção dos estatutos das futuras cooperativas.

Os sujeitos do estudo, pescadores e pescadoras artesanais, tem os elementos cooperativos nos seus modos de vida e cosmovisões, mas a menos de uma década atrás informavam que os pescadores eram “desunidos” e “não cooperativos”, “cada um por si”, enquanto hoje além de trazerem em suas falas a ideia de que “uma andorinha só, não faz verão”, “juntos somos mais fortes”, trazem em suas ações concretas diversos exemplos de lutas coletivas e em defesa da ideia da força da coletividade, refletindo em avanços na incidência política, na amplificação de suas vozes historicamente silenciadas.

Essa mudança de paradigma, que pode ser elencada como mitigação de impactos resultante das ações de pesquisa e extensão empreendidas no âmbito do PEA Pescarte, é vista na constituição de cooperativas entre os sujeitos do estudo e na articulação coletiva em busca de terrenos para implantação de projetos de geração de trabalho e renda (vinculados à mitigação de impactos da atividade petrolífera na Bacia de Campos, para os quais, o IBAMA exigiu como

requisito aos pescadores(as) que fossem eles a conquistar os terrenos.

No presente estudo, cotejamos a adesão à participação e à organização comunitária, não nos restringimos ao escopo quantitativo, cotejamos também dimensões intersubjetivas captadas por meio de observação participante, dentre as quais, algumas me arrisco a descrever na presente tese, como evidências empíricas: a conquista dos terrenos, a constituição das cooperativas, a adesão em reuniões, a incidência política, as lutas por reconhecimento, que sugerem o sucesso do processo de transferência de tecnologias sociais empreendido pelo PEA Pescarte, podendo contribuir na tarefa de evidenciar e mensurar o que o PEA, enquanto projeto de educação ambiental crítica que combina pesquisa e extensão, mitiga, no tocante ao fortalecimento da organização comunitária, ao responder: Qual a disposição para a participação democrática entre pescadoras e pescadores no âmbito do PEA Pescarte?

Pretendemos contribuir ao campo transdisciplinar dos estudos sobre Justiça Ambiental, trazendo ao estudo dados quantitativos e qualitativos, evidenciando algumas das interações e conquistas de pescadores(as) artesanais, observados, que se auto intitulavam como invisíveis no início da implementação do projeto e hoje atuam como lançadores de alertas na perspectiva ascelradiana, atuando na luta por justiça ambiental e por reconhecimento, denunciando problemas e evidenciando conflitos em seus territórios.

Ao evidenciar algumas das conquistas vocalizadas por lideranças eleitas para os grupos de gestão (GG) e de acompanhamento de obras (GAO) no âmbito do PEA Pescarte - pretendemos sustentar que são importantes lançadores de alertas (Acselrad, 2002, 2018) cujo desabrochar de potencialidades pode ser reflexo do incremento ao capital simbólico por meio do fortalecimento da organização coletiva e da participação social e política, podendo ser um indicativo de mitigação de impactos e podendo indicar o fortalecimento de processos de mudança social entre a comunidade do estudo, como a quebra da invisibilidade histórica a que estão submetidas as populações tradicionais e as mulheres trabalhadoras da pesca, refletindo e sendo reflexo de reconhecimento mútuo, social e jurídico (Honnet, 2009, 2021) que permite aos sujeitos superar a condição reificada de objeto/coisa e passar à condição de agente nos pleitos, nas lutas e nas conquistas, de forma a inspirar outros sujeitos em suas lutas por reconhecimento e justiça ambiental e quiçá, inspirar também aos agentes na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como na construção de parcerias público-privado na direção de reconhecer os ganhos, no médio e longo prazo, do investimento em Projetos de Educação Ambiental.

É válido ressaltar novamente que a presente tese enquadra-se em um campo

transdisciplinar, a Justiça ambiental daí olharmos aspectos sócio democráticos e processos de interações, com intuito de descrever os processos da organização comunitária. Nem todos os debates teóricos construídos ao longo da tese encontram-se aprofundados no texto da presente tese, nem todas as análises quantitativas, nem todas dimensões de lutas por reconhecimento identificadas e nem todos os *insights* teóricos, a partir do revelado no campo e das análises dos dados, foram apresentados na presente tese⁵⁵. De um lado buscando a estética textual, a concisão, de outro, pela necessidade do recorte, o que não é tarefa simples estando em uma imersão etnográfica/netnográfica como trabalhadora socioeducadora, supervisora das vinte e uma linhas de Pesquisa do PEA Pescarte, em contato com sujeitos da ação educativa, dia a dia convidada a aprofundar as camadas da análise e a modificar lentes teóricas que ajudassem a ler a vida natural do campo.

No entanto, ainda que não evidenciadas explicitamente, as observações, análises e debates teóricos suprimidos da presente tese visando a objetividade do texto final, foram debatidos entre pares e publicados em periódicos com Qualis superior a B3⁵⁶ e em Congressos Nacionais e Internacionais das áreas que o estudo toca: sociologia, ciência política, ecologia política, meio ambiente, educação ambiental crítica e interdisciplinar. Agradeço aos debatedores e pareceristas pelas contribuições e críticas e aos colegas pelas cocriações.

⁵⁵ As reflexões presente na tese foram construídas em parceria com pesquisadores(as) e membros da equipe do PEA Pescarte aos quais agradeço. Em especial, aos que foram coautores em trabalhos apresentados em congressos científicos e publicados em periódicos: Dr. Vitor de Moraes Peixoto, Dra. Carmem Imaculada Brito, Me. Hudson Cassio Gomes de Oliveira, Larissa Martins Marques, Géssica da Silva dos Santos, Lara Bernardo de Oliveira, Olga Maria de Souza Santos, Patricia Pereira da Silva, Daniele Cantanhêde Gomes.

⁵⁶ Publicações : Imposição desigual do risco. Pandemia COVID-19. Estamos no mesmo barco? <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/175/183>; PARTICIPAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS LÍMITROFES À BACIA PETROLÍFERA DE CAMPOS(RJ) <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13950/10044>; Resenha do livro A Gramática Política no Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/50433/29385; Avaliação de serviços e equipamentos públicos em municípios limítrofes à Bacia de Campos <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/26107/20704>; QUE MERDA É ESSA? AÇÃO CRIATIVA E CONFLITO SANITÁRIO NA REGIÃO DOS LAGOS-RJ <https://even3.blob.core.windows.net/processos/f49cf0b8b93d4f3598dd.pdf>; PARTICIPAÇÃO FEMININA: AUTONOMIA E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA PESCA <https://even3.blob.core.windows.net/processos/8aaa5ede5c624331859c.pdf>; POLÍTICAS PÚBLICAS E COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL IMPACTADAS POR EMPREENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NA BACIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ <https://even3.blob.core.windows.net/anais/567604.pdf>; BREVES DESCRIÇÕES ACERCA DAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES PESCADORAS NA BACIA DE CAMPOS-RJ <https://even3.blob.core.windows.net/anais/570783.pdf>.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Neaera; KECK, Margaret E. **Autoridade Prática: ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2017.

ABEP - **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa**. Disponível em: <http://www.abep.org/>. Acesso em: 13. Dz. 2023.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Desenvolvimento e Meio ambiente, v. 5, 2002a.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. p. 49–60, 2002b.

ACSELRAD, H. **Cartografias sociais e território**. 2018.

ACSELRAD, H.; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AMARAL, S. C. D. S. et al. **A Mulher na Pesca Artesanal: Um debate sobre o difícil acesso as políticas públicas e a invisibilidade do trabalho produtivo**. InterSciencePlace, v. 16, n. 3, 2021.

AMARAL, S.; NETO, A. **Mulheres na pesca e a luta por reconhecimento**. InterSciencePlace, v. 16, n. 1, 2021.

AUYERO, J. **Poor people's politics**. [s.l.] Duke University Press, 2001.

AUYERO, J. **Invisible in Austin: Life and labor in an American city**. [s.l.] University of Texas Press, 2015.

AUYERO, J.; SWISTUN, D. A. **Inflamable: Estudio del sufrimiento ambiental**. Em: Inflamable: estudio del sufrimiento ambiental. [s.l.: s.n.]. p. 234–234.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and multidimensional poverty**. In: BRAUN, J. et al. The poorest and hungry: assessment, analyses, and actions. Washington: International Food Policy Research Institute, 2009.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. **PORTARIA Nº 1.217, DE 3 DE JUNHO DE 2019.** Institui a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-1-217-de-3-de-junho-de-2019>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BELO, Diego Carvalhar; PEIXOTO, Vitor de Moraes. **Confiança e Participação Social: a construção do Capital Social entre os pescadores artesanais do litoral norte do estado do Rio de Janeiro.** In: Congresso Fluminense de Pós-Graduação-CONPG. 2017.

BELO, DIEGO CARVALHAR. **Participação Social e Ação Coletiva: A Construção do Capital Social entre os Pescadores Artesanais do Litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro.** 2018.

BECK, U. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BOURDIEU, P. **A Distinção. Crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, P. **Sociologia Geral, vol.2: habitus e campo: Curso no Collège de France (1982- 1983).** [s.l: s.n.].

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais.** São Paulo: Perspectiva, 1989.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BORBA, J. "Apresentação". In: Scherer-Warren, I. e Lüchmann, L. H. . (Org.). **Movimentos Sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina** 1 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, v. 1, p. 9-16.

BUENDÍA, R. R.; WALTER, T. **A conquista de espaços de participação na gestão ambiental pública por pescadores artesanais envolvidos em ações de educação ambiental atreladas ao licenciamento ambiental de atividades petrolíferas.** [s.d.].

BULLARD, R. D. **Confronting environmental racism: Voices from the grassroots.** [s.l.] South End Press, 1993.

CAMPOS, M. M.; DE ALMEIDA, L. C.; TIMÓTEO, G. M. **Entraves no mercado da pesca artesanal: entre a dependência e a desconfiança.** Novos Cadernos NAEA, v. 24, n. 1, 2021.

CAMPOS, M. M.; TIMÓTEO, G. M.; ARRUDA, A. P. S. N. DE. **A dinâmica da pesca artesanal na Baía de Campos: organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 116, p. 71–102, 2018.

CAMPOS, M. M., MACHADO, M., TIMÓTEO, G. M., & MESQUITA, P. B. **Pescadores artesanais da Bacia de Campos: a saúde pela perspectiva da (in) segurança alimentar.** *Cadernos Metrópole*, 18, 481-501, 2016.

CAMPOS, Mauro Macedo; DE ALMEIDA, Lohana Chagas; TIMÓTEO, Geraldo Márcio. **Entraves no mercado da pesca artesanal: entre a dependência e a desconfiança.** *Novos Cadernos NAEA*, v. 24, n. 1, 2021.

CARVALHO, V. E. N. T. DE. **Mariculturas na praia de Rio do Fogo/RN: autonomia e trabalho feminino na pesca.** 2020.

CASTELLS, M. **O poder da identidade: a era da informação.** São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CEZAR, L.; THEIS, R. **Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da Bacia de Campos, RJ.** v. 63, n. n 3:e178848 | USP, p. 1–20, 17 dez. 2020.

COLAÇO, J. **Pesca é Coisa de Mulher, Sim Senhor! Algumas reflexões sobre o papel da mulher na atividade pesqueira no Brasil e em Portugal.** *Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil*, v. 1, p. 309–332, 2019.

COLEMAN, James S. **Individual interests and collective action: Studies in rationality and social change.** 2009.

CUNHA, A. et al. **Insegurança alimentar entre os pescadores artesanais: status e perspectivas a partir do inquérito alimentar do censo pea-pescarte.** v. 13, n. 1, p. 73–89, 2019.

DA VEIGA, J. E. **A desgovernança mundial da sustentabilidade.** [s.l.] Editora 34, 2013.

DE PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea.** [s.l.] FGV Editora, 2005.

DAHL, Robert A. **Who governs?: Democracy and power in an American city.** Yale University Press, 2005.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia.** São Paulo: Edusp. Cap. 7. [1957],(1999).

DUBET, F. **O tempo das paixões tristes.** São Paulo, vestígio, 2020.

ENGELS, Friedrich. **As grandes cidades.** In, ENGELS, Friedrich, A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, Ed. Boitempo, São Paulo, 2010. Pp. 67-116.

FERNANDES, F. **A integração do Negro na sociedade de classes. (O legado da raça branca).** 5ª ed. São Paulo: Ed. Globo, 2008. v. 1

FERREIRA, M. B. M.; SALLES, A. O. T. **Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas.** Revista de Economia, v. 42, n. 2, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire.** Editora Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GRANDISOLI, E.; CURVELO, E. C.; NEIMAN, Z. **Políticas públicas de Educação Ambiental: História, formação e desafios.** Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 16, n. 6, p. 321–347, 2021.

GRAMSCI, Antonio; SOLÉ-TURA, Jordi. **Introducción a la filosofía de la praxis.** ediciones Península, 1972.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole.** Rio de Janeiro: Record, 2007.

GRILLO, S. V. C.. **Dimensão verbo-visual de enunciados de Scientific American Brasil. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso,** v. 1, p. 8-22, 2009.

HELAL, D. H.; NEVES, J. A. B. **Superando a pobreza: o papel do capital social na região metropolitana de Belo Horizonte.** Cadernos Ebape. BR, v. 5, p. 01–13, 2007.

HELLEBRANDT, L. M. **Mulheres da Z3-o camarão que come as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca.** 2017.

HILGERS, T. **‘Who is Using Whom?’ Clientelism from the Client’s Perspective.** Journal of Iberian and Latin American Research, v. 15, n. 1, p. 51–75, 2009.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Editora 34, 2009.

HONNETH, A. **Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento.** São Paulo: Editora Unesp, 2018.

HILGERS, T. **Clientelism and conceptual stretching: differentiating among concepts and among analytical levels.** Theory and society, v. 40, n. 5, p. 567–588, 2011.

HUGUENIN, F. P.; MARTÍNEZ, S. A. **Mulheres Da Pesca: Invisibilidade E discriminação Indireta No Direito Ao Seguro Desemprego.** Direito Público, v. 18, n.

97, 2021.

IBAMA, I. B. DO M. A. E DOS R. N. R. **Nota Técnica Cgpeg/Dilic/Ibama Nº 01/10. 10 de fevereiro de 2010.** Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. 2010.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição).** [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2019.

LIJPHART, Arendt. **Modelos de democracias: Desempenho e padrão de governo em 36 países.** Editora José Olympio, 2019.

LOUREIRO, C.; ANELLO, L. **Educação Ambiental no licenciamento: aspectos teóricos-metodológicos para uma prática crítica.** PEDRINI, A. DE G.; SAITO, CH Paradigmas metodológicos em Educação Ambiental. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

LOUREIRO, C. F. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política.** São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. (ED.) **Cidadania e meio ambiente.** Em: Cidadania e meio ambiente. Construindo os recursos do amanhã. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003. v. 1p. 46–58.

MALM, A.; HORNBORG, A. **The Geology of Mankind? A Critique of the Anthropocene Narrative.** The Anthropocene Review, MALM e HORNBORG. p. 62–69, 2014.

MANHÃES, K. R.; AMARAL, S. C. **Da mobilização a participação: a importância da organização no enfrentamento da invisibilidade das mulheres da pesca artesanal que participam do peá pescarte.** InterSciencePlace, v. 17, n. 5, 2022.

MARTÍNEZ, S.; HELLEBRANDT, L. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil: uma introdução.** Em: [s.l: s.n.]. p. 9–20.

MARTÍNEZ, ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo, Contexto, 2018.

MELUCCI, A.; AVRITZER, L. **Complexity, cultural pluralism and democracy: collective action in the public space.** Social Science Information, v. 39, n. 4, p. 507–527, 2000.

MENDONÇA, G. **O Brasil licenciando e andando: as relações da política pública ambiental brasileira com a produção ea expansão capitalista do território.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

MEAD, George H. **Movements of thought in the nineteenth century.** Read Books Ltd, 2013.

MORIN, E. **Como viver em tempo de crise?** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, Edgar; LISBOA, Eliane. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, Edgar et al. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Cortez Editora, 2014.

NICHTER, S. (2018). Introduction. In **Votes for Survival: Relational Clientelism in Latin America (Cambridge Studies in Comparative Politics**, pp. 1-24). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/9781316998014.001

NICHTER, S. Electoral Clientelism. In **Votes for Survival: Relational Clientelism in Latin America (Cambridge Studies in Comparative Politics**, pp. 25-26). Cambridge: Cambridge University Press.

NUNES, E. DE O. **A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. NÚMERO 29–ANO XV–DEZEMBRO 2010.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EdUSP, 1999.

OLSON JR, Mancur. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups, with a new preface and appendix**. Harvard University Press, 1971.

PAUGAM, S. **Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza**. 2003. C. Giorgetti, T. Lourenço, Trans. São Paulo: Educ & Cortez. (Originalmente publicado em 1991).

PEIXOTO, V.; BELO, D. **Capital Social e associativismo dos pescadores artesanais de municípios limítrofes à Bacia de Campos: análise a partir dos dados do Projeto PEA-Pescarte**. v. 13, n. 1, p. 28–46, 2019.

PEIXOTO, Vitor; BELO, Diego Carvalhar; SANTOS, Géssica Silva. Análise socioeconômica e caracterização familiar dos pescadores artesanais dos municípios confrontantes à bacia de Campos-RJ. In: TIMOTEO; Geraldo Marcio. (Coord.). **Trabalho e pesca no litoral fluminense: reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte**. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

PEIXOTO, V.M., Bastos, G. B., MARQUES, L. M., & SANTOS, G. D. S. (2021). **Avaliação de serviços e equipamentos públicos em municípios limítrofes à bacia de campos**. *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 24388-24400.

PETROBRAS. **Programa de Educação Ambiental – Bacia de Campos**. 2012.

Disponível em: <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=pea-diagnostico>. Acesso em: 26 out. 2019.

- PEA-BC - **Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos. Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 001/2010**. Disponível em: <http://pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=pea-nota>. Acesso em: 26 out. 2019. PORTO, M. **Uma Ecologia Política dos Riscos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.
- PITKIN, Hannah F. **O conceito de representação. Política e Sociedade**. São Paulo: Nacional, v. 2, p. 8-22, 1979.
- QUINTAS, J. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. [s.l.] IBAMA, 2006.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- RIBEIRO, N.; DO NASCIMENTO, G. **Guardiãs das tradições: mulheres da pesca em Arraial do Cabo-RJ**. *Humanas Sociais & Aplicadas*, v. 10, n. 29, p. 20–33, 2020.
- SAPIRO, Gisèle. **Entre o nacional e o internacional: o surgimento histórico da sociologia como campo**. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 349-372, 2017.
- SANTOS, B.S. **A Sociologia das ausências e a Sociologia das emergências: para uma ecologia de saberes**, in, SANTOS, Boaventura de Sousa, *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*, ed. Boitempo, São Paulo, 2007. Pp. 17-50.
- SANTOS, B. Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v. 3, 2002.
- SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice-o social e o político na pós-modernidade**. [s.l.] Leya, 2013.
- SARTORI, Giovanni. **Parties and party systems: A framework for analysis**. ECPR press, 2005.
- SERRÃO, M. A. **Remando Contra a Maré: O Desafio da Educação Ambiental Crítica no Licenciamento Ambiental das Atividades Marítimas de Óleo e Gás no Brasil Frente À Nova Sociabilidade da Terceira Via**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. *Mana*, v. 11, p. 577-591, 2005.
- SIMMEL, Georg. **Les pauvres**. Presses Universitaires de France. Paris, França, 1998.
- SIMMEL, Georg. **Sociology: Inquiries into the construction of social forms**. Brill, 2009.
- SOUZA, J.; GRILLO, A. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. [s.l.] editora UFMG Belo Horizonte, 2009.
- SOUZA, J. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro LeYa, 2018.

SOUZA, M. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2019.

STADTLER, H. H. C. **Mulheres na pesca artesanal: lutando por previdência e saúde**. Retratos de Assentamentos, v. 18, n. 1, p. 91–112, 2015.

SZTOMPKA, Piotr, **A Sociologia da Mudança Social**, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1998.

TIMÓTEO, G. M. **Trabalho e Pesca no Litoral Fluminense**. Reflexões a partir do Censo do PEA Pescarte. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019.

TRIGUEIRO, A.; KNOX, W. **Imagens da pesca artesanal no Espírito Santo**. Vitória: GM, 2014.

VAN DETH, J. **Introdução, envolvimento social e política democrática**. Londres, Routledge, 2001.

VEIGA, J. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. [s.l.] Editora 34, 2013.

WALTER, T. et al. **A história dos PEAs: um olhar sobre os projetos de educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás**. São Lourenço do Sul, RS: Ed. dos Autores, 2021.

WALTER, T.; DE ANELLO, L. DE F. S. **A educação ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de Petróleo e Gás tendo a pesca artesanal como contexto**. Ambiente & Educação, v. 17, n. 1, p. 73–98, 2012.

YOUNG, I. M. **Representação política, identidade e minorias**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 139–190, 2006.

YOUNG, I. M. **Desafios ativistas à democracia deliberativa**. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 187–212, 2014.

ZHOURI, A. et al. **O desastre no Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações**. In: ZHOURI, A. (org.). *Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: Editorial iGuana: ABA, 2018.